

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDRESSA WAGNER BASSO

RELAÇÕES SINO-LATINO-AMERICANAS: UMA ANÁLISE DOS INTERESSES
ADJACENTES À APROXIMAÇÃO CHINESA COM A AMÉRICA LATINA E
IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Florianópolis, 2016

ANDRESSA WAGNER BASSO

RELAÇÕES SINO-LATINO-AMERICANAS: UMA ANÁLISE DOS INTERESSES
ADJACENTES À APROXIMAÇÃO CHINESA COM A AMÉRICA LATINA E
IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Monografia submetida ao Curso de
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo
Ouriques

Florianópolis, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à discente ANDRESSA WAGNER BASSO, na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho “Relações Sino-Latino-Americanas: uma análise dos interesses adjacentes à aproximação chinesa com a América Latina e implicações para a economia brasileira”.

Florianópolis, 14 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques - Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fernando Seabra
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt
Universidade Federal de Santa Catarina

*Dedico este trabalho à minha
família, meu porto seguro, e ao Filipe,
pelo companheirismo durante os anos de
graduação.*

RESUMO

Nas últimas décadas, o mundo testemunhou grandes mudanças políticas, econômicas e financeiras. Muitas modificações em curso apresentam como ponto central a ascensão da República Popular da China no meio internacional. As modificações recentes pelas quais a China passou alteraram suas necessidades internas e fizeram com que estabelecesse novas estratégias acerca da aproximação com o Terceiro Mundo. Este estudo busca entender as bases do relacionamento que delinea-se entre a América Latina e a China, assim como expor as modificações que ocorreram no Brasil em detrimento desta aproximação. Assim, ao final, será possível depreender as consequências dos vínculos emergentes e debater acerca de um possível padrão de dependência em novos moldes.

Palavras chave: China, Relações Bilaterais, América Latina, Relações Econômicas, Dependência.

ABSTRACT

In the last decades, the world testified great politic, economic, and financial changes. Many of these transformations have as focus People's Republic of China's rise in the international system. The recent modifications that China went through altered its internal needs and made possible to establish new approach strategies to the Third World. This study investigates the ground of the relation between Latin America and China, and exposes what changed in Brazil because of this approximation. Therefore, at the end, it will be possible to comprehend the consequences of the bonds created and to discuss a possible new dependence pattern in new forms.

Keywords: China, Bilateral Relations, Latin America, Economic Relations, Dependency.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- EPI - Earth Policy Institute
- EUA – Estados Unidos da América
- FDI – Foreign Direct Investment
- GE – Grande Estratégia
- IDE – Investimento Direto Externo
- IEA – International Energy Agency
- IED – Investimento Externo Direto
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OECD – Observatory of Economic Complexity
- OMC - Organização do Comércio Mundial
- PCC - Partido Comunista Chinês
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- SOE – State Owned Company
- URSS – União Soviética
- WDI – World Development Indicator
- ZEE – Zonas Econômicas Especiais
- ZDTE - Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento do valo agregado da indústria chinesa (US\$ milhões).....	32
Gráfico 2 - Consumo, Produção e Importação de energia na China (quadrilhões de Btus).....	33
Gráfico 3 - Produção, Importação, Exportação e Abastecimento Doméstico de Petróleo e Carvão na China, 1990-2013	34
Gráfico 4 - Evolução da urbanização e crescimento populacional na China, 1980-2014.....	36
Gráfico 5 - Importações chinesas de Soja, 2001-2014 (US\$)	37
Gráfico 6 - Desempenho do PIB chinês, 1980-2015 (%).....	39
Gráfico 7 - Câmbio do Iene em relação ao dólar, 1960-2016	39
Gráfico 8 - Importações e Exportações de bens e serviços, 1984-2014 (US\$).....	40
Gráfico 9 - Gastos com P&D na China, 1996-2013 (% do PIB).....	43
Gráfico 10 - Investimento Externo Direto da China, 1990-2013	44
Gráfico 11 - Investimento Externo Direto da China no Mundo, 2010.....	44
Gráfico 12 - Evolução do Comércio Total entre AL e China, 2001-2014 (US\$).....	48
Gráfico 13 - Participação da América Latina nas importações e exportações da China (%) ...	48
Gráfico 14 - Evolução do IED chinês no mundo, 2003-2012 (US\$ bilhões).....	55
Gráfico 15 - Crescimento do PIB do Brasil e da China, 1990-2000 (%)	65
Gráfico 16 - Comércio bilateral entre Brasil e China, 1995-2014.....	68
Gráfico 17 - Importações do Brasil provenientes da China e EUA, 2001-2014(US\$)	69
Gráfico 18 - Participação da China nas importações do Brasil, 2001-2014 (%).....	69
Gráfico 19 - Exportações do Brasil para a China e EUA, 2001-2014.....	69
Gráfico 20 - Participação da China nas exportações do Brasil, 2001-2014 (%)	69
Gráfico 21 - Evolução dos projetos de investimento chinês no Brasil, 2007-2013.....	71
Gráfico 22 - Investimentos chineses no Brasil por setor da economia, 2007-2012	72
Gráfico 25 - Participação do comércio intraindústria do Brasil com alguns de seus principais parceiros (%).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Consumo, Produção e Importação de energia na China.....	33
Tabela 2- Principais parceiros comerciais da China em 2014.....	40
Tabela 3 - Importações da China provenientes do Mundo, por Capítulo HS (US\$ milhares) .	41
Tabela 4- Exportações da China para o Mundo, por Capítulo HS (US\$ milhares).....	42
Tabela 5 – Exportações da AL para a China, por Capítulo HS (US\$ mil).....	49
Tabela 6 - Reservas de petróleo na AL e importação chinesa de petróleo da AL, 2014.....	50
Tabela 7 - Participação da China nas exportações totais dos países selecionados, 2001 e 2014 (US\$)	50
Tabela 8 - Participação da China nas importações totais dos países selecionados, 2001 e 2014 (US\$)	51
Tabela 9 – Importações da AL provenientes da China, por Capítulo HS (US\$ mil)	52
Tabela 10 - Parcerias Estratégicas firmadas pela China, 1993-2008	54
Tabela 11 - IED estimado chinês em países selecionados da Am. Latina, 1990-2012 (US\$ milhões).....	56
Tabela 12 - Investimentos chineses na AL – principais transações realizadas pelos chineses na AL (US\$ milhões)	57
Tabela 13 - Exportações da Argentina para a China, por Capítulo HS (US\$)	58
Tabela 14 - Importações da Argentina provenientes da China, por Capítulo HS (US\$).....	59
Tabela 15- Exportações do Chile para a China, por Capítulo HS (US\$)	61
Tabela 16 - Importações do Chile provenientes da China, por Capítulo HS (US\$).....	61
Tabela 17- Exportações do Peru para a China, por Capítulo HS (US\$).....	63
Tabela 18 - Importações do Peru provenientes da China, por Capítulo HS (US\$).....	63
Tabela 19 - Composição do PIB por setor (valor agregado, % do PIB).....	66
Tabela 20 - Corrente de comércio bilateral, importações e exportações entre China e Brasil, 1995-2014 (US\$ Milhões).....	67
Tabela 22 - Principais investimentos chineses no Brasil, 2007-2013 (US\$ milhões).....	73
Tabela 23 - Exportações do Brasil para a China, por setor (US\$ mil)	75
Tabela 24 - Exportações do Brasil para a China, por Capítulo HS (US\$)	76
Tabela 25 - Importações do Brasil provenientes da China, por setor (US\$ milhões)	78
Tabela 26 - Importações do Brasil provenientes da China, por Capítulo HS (US\$ milhões) ..	79
Tabela 27 - Evolução das exportações brasileiras para o Mundo por fator agregado, 1995-2014 (%)	81
Tabela 28 - Exportações brasileiras para o Mundo por fator agregado, 2000 e 2014 (%)	82

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1. 2. OBJETIVOS	14
1.2.1. Objetivo Geral	14
1.2.2. Objetivos Específicos	14
1.3. JUSTIFICATIVA	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO E DA RELAÇÃO CENTRO- PERIFERIA	18
2.2. ASPECTOS TEÓRICOS DA COMPLEMENTARIEDADE E DA DEPENDÊNCIA: APLICAÇÕES NO CASO DA CHINA E AMÉRICA-LATINA.....	20
2.2.1. Complementariedade	21
2.2.2. Dependência	22
3. CHINA: ASCENSÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES DETERMINANTES PARA A SUA DINÂMICA INTERNACIONAL.....	24
3.1. A TRAJETÓRIA DE ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA	24
3.2. ALTERAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA INTERNA CHINESA E NOVAS NECESSIDADES ESTRATÉGICAS DO SÉC. XXI	31
3.3. PANORAMA GERAL DA ECONOMIA CHINESA.....	38
4. CHINA E AMÉRICA LATINA: INTERESSES, APROXIMAÇÃO E PADRÃO DE RELACIONAMENTO.....	46
4.1. INTERESSES CHINESES NA AMÉRICA LATINA	47
4.1.1. América Latina como fornecedora de recursos naturais.....	48
4.1.2. América Latina como grande mercado consumidor	51
4.1.3. América Latina para a questão da Ilha de Taiwan.....	53
4.1.4. América Latina como Parceria Estratégica.....	54
4.1.5. América Latina como destino de IED	55
4.2. BREVE PANORAMA DAS REL. ECONÔMICAS ENTRE OS PAÍSES LATINO- AMERICANOS E A CHINA: ARGENTINA, CHILE E PERU	57
4.2.1. Argentina	58
4.2.2. Chile.....	60
4.2.3. Peru	62

5. CHINA E BRASIL: MUDANÇAS QUE LEVAM À DEPENDÊNCIA ECONÔMICA?	65
5.1. A EVOLUÇÃO COMERCIAL NO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000.....	66
5.1.1. Corrente de Comércio	67
5.1.2. Investimento Externo Direto.....	70
5.2. MUDANÇAS NA PAUTA IMPORTADORA E EXPORTADORA BRASILEIRA .	73
5.2.1. Pauta exportadora do Brasil para a China.....	74
5.2.2. Pauta importadora do Brasil de produtos provenientes da China.....	77
5.3. DEBATE BRASIL-CHINA: COMPLEMENTARIEDADE OU DEPENDÊNCIA?..	79
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	88

1. INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, o mundo testemunha mudanças de cunho político, econômico, produtivo e financeiro, que acentuam-se na atualidade. A globalização intensifica as transformações e gera um mundo mais interdependente, no qual nota-se que muitas das modificações em curso apresentam como ponto central a ascensão da República Popular da China. O país chama a atenção pelo seu admirável desempenho econômico do seu PIB, que nos últimos 25 anos cresceu a uma taxa média de 10% a.a. Seu notável crescimento colocou o país como a 2ª maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos da América, e está relacionado intimamente ao comércio exterior e ao aumento paulatino de sua participação nos fluxos de comércio mundiais, principalmente após sua entrada na Organização Mundial do Comércio.

A trajetória de ascensão da República Popular da China iniciou-se quando Deng Xiaoping deixou de lado o modelo econômico que a China seguia desde a sua fundação, em 1949, de economia planificada, e adotou uma economia mista. Em 1978, Deng iniciou as Reformas de Abertura para o Exterior, que em 1992 foram reforçadas pelo “Grande Compromisso”, e transformaram toda a dinâmica econômica do país. A partir de então, a economia chinesa abriu-se para o internacional: as decisões econômicas foram descentralizadas, iniciou-se forte incentivo às exportações, criaram-se Zonas Econômicas Especiais, redirecionaram-se os investimentos para setores estratégicos e se passou a buscar a inovação e transferência tecnológica. Além destes fatores internos, fatores externos como a aproximação chinesa com os Estados Unidos e a ascensão do país à Organização do Comércio Mundial também foram determinantes para o aumento do peso da China no sistema internacional.

Desde o início dos anos 2000, a China também vem passando por mudança significativas em sua economia política doméstica, com reflexos diretos em seu padrão de desenvolvimento e no seu relacionamento em variados âmbitos com outros países. A China começa a passar de uma produção leve e intensiva em trabalho para uma produção industrial pesada. A partir de então, sua demanda por energia aumenta exponencialmente, assim como aumenta a população urbana. O governo passa a investir em infraestruturas, especialmente após 2008, e a demanda por recursos energéticos, matérias primas e alimentos aumenta exponencialmente. De grande produtora de minerais, a China passa a grande importadora, principalmente de petróleo, minérios, carvão e gás, além de insumos alimentícios como a soja.

O país, então, recorre ao mercado internacional como forma de suprir suas necessidades mais primordiais, e aproxima-se principalmente de países considerados do “Terceiro Mundo”, países em desenvolvimento, como a África, Austrália e América Latina. A América Latina passa a ter grande visibilidade para a China principalmente devido à grande quantidade de recursos naturais, além de seu vasto mercado consumidor potencial para os produtos chineses. Por parte dos latino-americanos, a China também passa a ser vista como a oportunidade de alcançar o desenvolvimento econômico que busca historicamente.

A partir de 2000, os laços com a República Popular da China estreitaram-se e, em poucos anos, a China aumentou sua participação no mercado da América Latina, e passou a ser o maior destino das exportações da região, assim como o principal fornecedor dos produtos que estes importam. A região tornou-se grande fornecedora de *commodities* para a China, enquanto passou a importar do país produtos manufaturados, principalmente aqueles intensivos em tecnologia e capital. A China também tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, e é um dos principais fornecedores de soja e minério de ferro chinês. Mas, apesar de receber grandes investimentos do país asiático e produzir superávits comerciais com a China, o Brasil também seguiu a tendência latino americana de exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados.

O que começa a delinear-se é um padrão de relacionamento questionável para a evolução econômica latino-americana. A aproximação com estas nações, notoriamente o Brasil, tem sido feita sobre a égide da cooperação sul-sul; porém, o que se nota é o crescimento de assimetrias entre as trocas econômicas, que favorecem mais a República Popular da China do que os demais parceiros. Com o aumento do peso do país no comércio internacional e no comércio regional, os demais países do globo experimentam as consequências e as novas necessidades de adequação frente a uma nação que ocupa papel cada vez mais central na economia internacional.

Tendo isto em vista, este estudo se propõe a entender as bases do relacionamento bilateral entre China e América Latina a partir dos anos 2000, com atenção especial ao Brasil, além de identificar as mudanças que ocorreram até recentemente nas pautas importadoras e exportadoras da região. Desta forma, tem-se o intuito de compreender até que ponto tal relacionamento é benéfico para os latino americanos, e até que ponto se configura um novo relacionamento entre centro e periferia, semelhante àquele que por muito tempo a América Latina tenta libertar-se. É importante ressaltar que o objetivo da análise é estritamente econômico, e não relacionado à política externa e afins.

Assim, a primeiramente, as bases da ascensão chinesa serão expostas, a partir da elucidação de fatores internos e externos que lançaram a estratégia econômica da República Popular da China no século XX, além da análise de mudanças recentes por que passou o país no início dos anos 2000. O segundo capítulo buscará entender quais são os principais interesses chineses na América Latina, e em que medida atendem as necessidades produtivas e populacionais emergentes no país asiático. Em seguida, a investigação do panorama comercial de alguns países específicos ajudará a compreender o padrão de relacionamento que delineia-se entre a América Latina e a China. O terceiro capítulo buscará analisar a emergência dos laços entre China e Brasil e as mudanças econômicas ocorridas entre 2001 e 2014 que decorreram desta aproximação. Por fim, um debate acerca dos posicionamentos entre complementariedade econômica e dependência econômica será realizado, com vistas a compreender qual colocação conforma-se mais com as tendências econômicas apresentadas pela América Latina, e especificamente o Brasil, nos últimos anos.

1. 2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Estudar as relações econômicas entre América Latina e China, especialmente com o Brasil, a partir dos anos 2000, de forma a compreender o padrão de relação que delineia-se e depreender mudanças comerciais e produtivas decorrentes dessa aproximação.

1.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos subsidiarão a pesquisa, são:

- a) Decompor o fatores internos e externos relevantes para a ascensão da economia chinesa, bem como as mudanças econômicas recentes pelas quais o país tem passado nos anos recentes;
- b) Analisar a aproximação chinesa com a América Latina, considerando como a América Latina atende aos interesses da China e estratégias semelhantes observadas em relação a outros países exportadores de matérias-primas;
- c) Ponderar acerca do padrão de relacionamento que forma-se entre China e América Latina, especialmente o Brasil, considerando as mudanças econômicas que vem ocorrendo nos países latino americanos desde sua aproximação com o país asiático;

- d) Utilizar-se dos dados e tendências observadas ao longo dos últimos anos a fim de encontrar evidências de eventuais mudanças da pauta exportadora e da especialização regressiva do parque industrial brasileiro, para então discutir acerca da presença de uma complementariedade comercial ou de uma dependência comercial latino-americana e brasileira em produtos primários e na China.

1.3. JUSTIFICATIVA

O mundo, notoriamente após 1970, vive um intenso processo de integração dos processos econômicos, financeiros e produtivos. O “encolhimento do mundo” proposto por David Harvey¹, reflete propiciamente a globalização da atualidade, no qual as relações de interdependência nos mais diversos âmbitos, enfaticamente econômico e ambiental, afetam diversos setores da sociedade e constroem um mundo crescentemente interligado e dependente. Assim, torna-se essencial o estudo e entendimento das relações econômicas, políticas e sociais que cada país desenvolve com os demais.

As laços brasileiros estabelecidos com a China ganham mais importância na medida em que este país aumenta o peso no cenário internacional, assim como prova-se indispensável para o equilíbrio comercial da América Latina e do próprio Brasil isoladamente. A América Latina e a China estreitaram seu relacionamento notavelmente a partir dos anos 2000, e em menos de quinze anos o país já o principal parceiro comercial da região. Porém, segundo o Banco Mundial², concomitante a esta aproximação, nota-se mudanças grandes mudanças da pauta exportadora dos latino americanos, especialmente da brasileira: o Brasil, no ano 2000, tinha como principal parceiro comercial os Estados Unidos (a China não estava nem entre os 5 principais destinos das exportações do país), e 19,6% das exportações brasileiras foram de matérias primas, 31,6% de bens intermediários, 22,6% de bens de consumo e 23,7% de bens de capital; na China, estas porcentagens foram, respectivamente, de 5,3%, 17,1%, 48,2% e 27,3%. No ano de 2014, a China aparece como principal parceiro comercial brasileiro, e as taxas de exportação de matérias primas aumentaram para 45% das exportações brasileira, e respectivamente 26,7%, 12,6% e 13,2% nos demais fatores. A China, neste período, manteve seus índices com alterações menos exacerbadas, correspondendo a 1,6%, 16,3%, 37,1% e 43,1% nos respectivos fatores.

¹ HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992 - 16ª Edição: maio de 2007

²As porcentagens retiradas do site do Banco Mundial foram arredondados pela autora

Tomando-se em consideração um certo grau de dependência da América Latina e do Brasil no mercado chinês para a exportação (já que é o principal parceiro comercial da região), assim como a possível “primarização” do seu parque industrial exportador, torna-se essencial uma análise das consequências das relações comerciais com um parceiro de tamanha relevância como a China, tanto em âmbito econômico, quanto político e social. Além disso, o melhor entendimento das intenções e estratégias deste país no tocante à América Latina e ao Brasil, para além dos discursos diplomáticos, e sim através de dados empíricos, contextualização das situações e análise de relacionamentos com outros países, torna-se indispensável em um momento em que cada vez mais o sucesso de um país depende do sucesso de muitos outros. Portanto, o tema problema deste trabalho de conclusão de curso justifica-se por agregar conhecimento ao estudo das Relações Internacionais, tanto econômicos, quanto sociais e políticos, além das razões supracitadas.

1.4. METODOLOGIA

A pesquisa que será desenvolvida, para abarcar os objetivos geral e específicos, pode ser classificada como do tipo exploratório, já que se baseará em levantamentos bibliográficos para tornar o tema mais explícito e melhorar sua compreensão. A análise será qualitativa, pois juntamente com a coleta de dados estatísticos, buscar-se-á interpretá-los levando em conta contextos políticos, sociais e econômicos de cada momento, a fim de encontrar as razões no todo que resultaram em tais dados.

Serão utilizadas fontes de informações secundárias e terciárias. Os dados estatísticos, referentes principalmente ao comércio e economias brasileira e chinesa, serão coletados das seguintes base de dados: Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Trending Economics; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Economy Watch; Banco Mundial (World Bank); Organização do Comércio Mundial (OMC) e UNComtrade. Além disso, haverá o levantamento bibliográfico de publicações realizadas tanto em meio eletrônico quanto impressos, que abarcam: livros; jornais; revistas; artigos científicos; monografias, dissertações e teses; documentos; relatórios; dentre outros.

As publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) terão papel fundamental na condução deste trabalho, já que

seus estudos periódicos fornecem panoramas tendenciais, tanto da economia brasileira, quanto de seu relacionamento econômico internacional com terceiras nações.

Os dados utilizados são referentes apenas até o ano de 2014, pois diversas fontes ainda não haviam disponibilizado os dados de 2015 até o início deste estudo, ou haviam disponibilizado dados incompletos. Porém, o trabalho não será prejudicado, já que o intuito principal deste estudo é analisar tendências econômicas de longo e médio prazo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De forma a subsidiar a análise a que este trabalho se propõe, faz-se necessário apresentar alguns dos marcos teóricos da literatura econômica internacional que demonstrem convergência e facilitem o entendimento das informações empíricas das relações comerciais entre América Latina, Brasil e China. Primeiramente, à luz das teorias da Geografia Internacional, serão expostos autores que explanam as teorias desenvolvimento e das relações entre centro e periferia. Posteriormente, serão elucidadas as correntes da “Dependência” e da “Complementariedade” aplicadas ao caso América Latina, Brasil e China, e que serão de fundamental importância para a avaliação do panorama geral final que se delineará no estudo.

2.1. ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO E DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

O geógrafo escocês Neil Smith (1954), em sua obra “*Desenvolvimento Desigual*”, de 1993, clássica a divisão do trabalho na sociedade como a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento (SMITH, 1993). Para o autor, na maior parte da história, as diferenças nas condições naturais de cada nação traduziriam-se em diferenças quantitativas e qualitativas da organização social e da divisão do trabalho. Assim, geralmente, as nações mais ricas eram aquelas com maior disponibilidade de recursos naturais. Porém, a modernidade fez afastar-se tal conceito, já que o progresso tecnológico e de transportes fez com que a lógica social do processo de acumulação do capital nivelasse, de certo modo, as diferenças naturais, pois as novas tecnologias seriam responsáveis pela diferenciação do espaço nas escalas interurbanas, regionais e internacionais. Desta forma, a geografia espacial seria socialmente produzida, e não mais um padrão natural recebido.

Fernand Braudel (1902-1985) foi um importante historiador francês que, em sua obra “*O tempo do Mundo*”, de 1998, dá prerrogativas acerca da organização socioeconômica da estrutura mundial. Segundo o autor, as diversas economias do mundo estariam voltadas para o mesmo ponto: o centro (BRAUDEL, 1998). Este fator explicaria a construção das economias-mundos e as circunstâncias da existência do capitalismo e da economia de mercado. Assim,

Uma economia local sempre seria periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento racional em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes. [...] É como se a centralização e a concentração dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação (BRAUDEL, 1998, p. 26).

Segundo Braudel (1998), uma economia-mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a níveis diferentes. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. Isto retrata uma geografia discriminatória, em que o centro possui o que há mais de avançado, enquanto a imensa periferia é o arcaísmo e a exploração. Assim, estas economias marginais concedem as suas produções aos mercados externos, e menos às suas necessidades. Para o autor, a modernidade acentua tais diferenciações e as perpetua por muito tempo, o que forma “cadeias de subordinação”, em que a troca desigual, criadora da desigualdade do mundo, e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada na troca, são velhas realidades (BRAUDEL, 1998).

Giovanni Arrighi, em seu livro “*A Ilusão do Desenvolvimento*”, de 1997, problematiza a característica da economia mundial, em que alguns Estados permanecem estacionados na posição intermediária entre maturidade e atraso, ou entre “centro” e “periferia”. Esta seria uma condição estrutural (não conjuntural), que ligaria as relações das cadeias de mercadorias além-fronteiras. Para o autor:

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como semiperiféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o lócus de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o lócus da exploração e da impotência. (ARRIGHI, 1997, p.140).

Segundo o autor, não há atividades tipicamente do núcleo orgânico (centro) e da periferia, pois a inovação é o que definirá a posição de um Estado frente aos demais. Os Estados participariam de um “jogo de soma zero”, no qual a melhora da combinação das atividades de seu núcleo orgânico e da periferia, obrigatoriamente implica no rebaixamento das combinações de outros Estados. Para Arrighi (1997), restringindo ou aumentando a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, os Estados podem melhorar algumas atividades para fazer com que estas atinjam status de núcleo e rebaixar outras ao status de periferia. Desta forma, o poder de um Estado determinar as relações entre o centro-periferia limita-se de acordo com a capacidade de os outros Estados fazerem o mesmo, o que é determinado pelas inovações tecnológicas que exercem pressões competitivas (ARRIGHI, 1997).

As teorias destes teóricos podem ser claramente correlacionadas ao padrão de relacionamento estabelecidos entre China, Brasil e América Latina como um todo. Tratam-se de formulações gerais que englobam a maior parte das nações da economia mundial atualmente. Em se tratando especificamente da região latino-americana, a teorização cepalina também ajuda a compreender tais relações.

Os cepalinos têm como principais contribuintes Celso Furtado e Raúl Prebisch, que consideravam que a dimensão histórica era a determinante do subdesenvolvimento, que atrelava-se de forma singular ao desenvolvimento. O passado colonial e o subdesenvolvimento da região só poderiam ser superados com a industrialização, que traria mudanças econômicas, sociais e políticas. Para Prebisch, a divisão internacional do trabalho geraria uma grande distância entre os países centrais e periféricos, na medida em que isto impõe que os países periféricos se especializem na produção de produtos primários para exportação aos países do centro, e estes últimos exportariam produtos manufaturados à periferia (GONÇALVES, 2006).

Celso Furtado desenvolveu as três dimensões do desenvolvimento. A primeira dimensão é a que interessa a este estudo, e trata da racionalidade técnica ou instrumental, que é determinada pela eficiência do sistema de produção e que assenta-se na acumulação do progresso técnico. Assim, o desenvolvimento seria baseado no desenvolvimento econômico, e analisado segundo o índice do PIB e da renda *per capita*. Por esta dimensão, Furtado legitima que “*os sacrifícios impostos à população seriam apenas as ‘dores do parto’ de um mundo melhor*” (FURTADO, 1980, p. 6 apud BOCK, 2014). A segunda dimensão considera o desenvolvimento humano, enquanto que a terceira dimensão vê o desenvolvimento como projeto de interesses de alguns setores da sociedade.

2.2. ASPECTOS TEÓRICOS DA COMPLEMENTARIEDADE E DA DEPENDÊNCIA: APLICAÇÕES NO CASO DA CHINA E AMÉRICA-LATINA

A expansão chinesa de comércio e investimentos para o mundo, especialmente para os países em desenvolvimento, tem causado importantes mudanças no meio internacional. As consequências da nova dinâmica que se delineia passam a não ser mais negligenciáveis, e os debates em diversas plataformas acadêmicas aumentam sua significância. Atualmente, as interpretações de maior destaque no âmbito das relações entre China e AL são duas: a de “Complementariedade”, que visiona consequências positivas entre tal conexão, de forma que a mesma traz benefícios mútuos para ambas as partes (relacionamento *win-win*); e a de “Dependência”, que vê esse relacionamento como uma nova forma de dependência da AL, semelhante àquela que os países renunciaram no passado, mas que aparece em novos moldes de relação centro-periferia. As duas opiniões serão descritas a seguir conforme a análise de Ferschen (2013), que capta conjuntamente a ideia dos autores de ambas as correntes. Ao final deste estudo, sua análise será aplicada aos fatos expostos neste trabalho, de forma a proporcionar melhor compreensão e verificar quais fenômenos aplicam-se ao Brasil a partir dos dados empíricos.

2.2.1. Complementariedade³

Baseia-se na ideia de que a abundância de recursos naturais da AL complementa as necessidades chinesas, carente de tais recursos. Esta “complementariedade natural” cria expectativas otimistas acerca do desenvolvimento da região e da evolução das relações econômicas e políticas entre AL e China. A política oficial de governo chinês, conjuntamente com os *think tanks*⁴ do país, advoga que a ideia de complementariedade traduz o quadro de relações entre China e AL. Na AL, os membros dos governos também enfatizam a complementariedade entre as demandas chinesas e as ofertas da região.

A diplomacia pública chinesa está consagrada no “Documento de Política para a América Latina e o Caribe” chinês de 2008. A partir dele, pode-se extrair o utilizado discurso do “ganha-ganha”, “*win-win*” e “benefício mútuo” para ressaltar as vantagens positivas para a China e AL. Também evocam o relacionamento “Sul-Sul”, como países pertencentes ao Terceiro Mundo que, através da cooperação, podem estimular o desenvolvimento, estabilidade e as igualdades fundamentais que buscam desde suas bases históricas. Acadêmicos chineses que participam da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS em inglês), estudantes da AL, e outras organizações, enfatizam o benefício mútuo desta relação.

Na AL, alguns⁵ países também apoiam esta visão. O Brasil, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, também descreveu as crescentes relações sino-brasileiras como “Sul-Sul”. Nas plataformas do G20 e BRICS, as relações têm sido promovidas como forma de suscitar uma liderança internacional alternativa (aos EUA, por exemplo). A Cepal também reconheceu as implicações positivas da relação durante a crise financeira internacional de 2008, já que a alta demanda chinesa por *commodities* teria minimizado os efeitos negativos da crise na AL e estimulado uma recuperação mais rápida da região.

A relação “Sul-Sul” seria alternativa às relações “Norte-Sul” (seja o Norte os EUA ou a Europa), as quais historicamente são consideradas exploratórias e desiguais. O relacionamento “Sul-Sul” refere-se às ligações entre países do Terceiro Mundo e/ou em desenvolvimento e que, portanto, seriam automaticamente de “ganha-ganha”, já que teriam natureza mais igualitária, estável e de não exploração. Alguns críticos desta visão preocupam-se com a igualdade desta relação, principalmente no que se refere ao crescimento chinês.

³ Segundo Ferschen, 2013, p. 114-115.

⁴ *Think Tanks*, segundo Hector Leis (2009), “faz referência a uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos”.

⁵ Para Ferschen (2013), o México dificilmente vê a relação nesses termos, já que possui grande déficit comercial com a China e porque compete pelo mercado dos EUA na exportação de manufaturas.

2.2.2. Dependência⁶

A Cepal foi o berço institucional das principais correntes da teoria da dependência, principalmente até a década de 1970, durante a fase de acelerada industrialização de substituição de importações, com papel protagonista do economista argentino Raúl Prebisch. Segundo o economista, havia uma dependência histórica nas exportações de *commodities* em troca da importações de manufaturas por parte da AL, o que levava a um desequilíbrio estrutural dos termos de troca a longo prazo pelo fato de o valor das exportações de *commodities* tenderem a deteriorar-se relativamente às importações de manufaturas (PALMA, 1978). Porém, contrariamente a esta posição do século XX, como foi exposto na descrição da teoria da “complementariedade”, a Cepal viu com otimismo a relação China-AL para a recuperação da região no pós crise internacional de 2008.

Atualmente, os maiores críticos⁷ da relação entre os latino-americanos e chineses utilizam-se da crítica original cepalina da dependência. Rejeitam a ideia de complementariedade e seus ditos “benefícios” e preocupam-se com a comercialização de *commodities* com a China, em troca de produtos manufaturados. Outros ainda argumentam que a China assumiu o papel que possuía a Grã-Bretanha no século XX, como Delfim Netto, que relacionou a relação sino-latino-americana a um imperialismo ou colonialismo por parte da China. Os argumentos mais comuns relacionados à dependência “são colocados no nível do que é tido como a natureza assimétrica ou desequilibrada dos laços de comércio e de investimento entre a China e a América Latina” (FERSCHEN, 2013).

Outros estudiosos também preocupam-se com as distorções decorrentes do padrão de relacionamento China-AL. Ferschen destaca as preocupações de Evan Ellis, que advoga que o retorno corrente das exportações de *commodities* pelos latino-americanos é apropriada pelas elites, além de que as exportações chinesas de manufaturados beneficiam mais o crescimento chinês do que o fazem os *commodities* para a AL. Para Ferschen (2013),

O que alguns caracterizam como uma relação mutuamente benéfica e complementar é, para outros, tanto “assimétrica” como próxima demais dos padrões historicamente traumáticos de desenvolvimento que muitos na região trabalharam tão duramente por tanto tempo para superar. (FERSCHEN, 2013, p. 117)

Porém, o autor também destaca a importância dos argumentos de “como a AL pode ser capaz de controlar mais efetivamente os benefícios de sua atual relação de exportações de *commodities* com a China”, como ressaltam alguns relatórios da Cepal do Banco Mundial.

⁶ Segundo Ferschen, 2013, p. 116.

⁷ Ferschen não especifica quais são os maiores críticos.

É importante considerar que esta visão indaga os possíveis efeitos para os países economicamente dependentes das exportações de *commodities* para a China no caso de o país diminuir sua demanda pelos insumos. É incerto até que momento os chineses poderão sustentar suas altas taxas de crescimento, ou mesmo *se* vão querer fazê-lo. A partir disso, indaga-se qual seria a alternativa para países extremamente dependentes do mercado chinês e que especializaram-se para atender às suas demandas específicas.

A teorização aplicada nesta parte do projeto ajuda a compreender a observação feita por Barbosa (2011):

Como a relação bilateral com a China pode levar a um padrão de especialização produtiva incapaz de trazer por si só transformações estruturais e aumento pronunciado da produtividade para os países da região. Neste sentido, a ascensão chinesa jogaria a “última pá de cal” na promessa de um desenvolvimento minimamente endógeno latino-americano, devendo neste caso a “culpa” ser imputada à ausência de visão estratégica por parte dos países da região. (BARBOSA, 2011, p. 22).

3. CHINA: ASCENSÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES RECENTES DETERMINANTES PARA A SUA DINÂMICA INTERNACIONAL

A realidade internacional sofreu diversas modificações nos anos recentes. A ascensão da República Popular da China, é notoriamente uma mudança que alterou profundamente a dinâmica mundial, principalmente no âmbito econômico. O extraordinário desempenho do seu PIB nos últimos trinta anos e seu papel de grande exportador mundial chamam atenção para o seu modelo de ascensão econômica. Para Anna Jaguaribe,

O histórico da sua ascensão é parte integrante do seu sucesso, pois ela rompe com os entraves ao crescimento tradicionalmente atribuídos a nações periféricas, da mesma forma em que contradiz o modelo social democrático de crescimento de tradição europeia e difere de todas as transições do comunismo a economia de mercado. (ANNA JAGUARIBE, 2011, p. 40)

O capítulo abordará as determinantes internas e externas da ascensão do país, e posteriormente caracterizará as transformações recentes por que passou, no que tange ao desenvolvimento de uma forte indústria de base, urbanização e industrialização. A compreensão destes fatores torna-se fundamental para entender a aproximação chinesa com outros países em desenvolvimento, principalmente os países latino-americanos, e especialmente o Brasil, que são o foco deste estudo.

3.1. A TRAJETÓRIA DE ASCENSÃO DA ECONOMIA CHINESA

Para entender a trajetória de ascensão da República Popular da China, que a título de simplificação será referida apenas como “China”, faz-se necessário a análise dos seus fatores externos e fatores internos específicos. Separadamente sua importância pode ter sido limitada, e mesmo que não se possa calcular o seu peso causal, a conjunção destes fatores provavelmente contribuiu para o crescimento econômico do chinês nas últimas três décadas. Para Nonnemberg (2010, p.3), *“houve uma coincidência de fatores geográficos, históricos, políticos e econômicos, que não podem ser replicados em outros países ou outras ocasiões ainda que a experiência chinesa ofereça lições importantes”*, como será exposto a seguir.

3.1.1. Fatores internos: reformas políticas governamentais, com início em 1978, e características inerentes ao país

Deng Xiaoping foi o principal idealizador das reformas iniciadas em 1978, que visavam a modernização industrial e o desenvolvimento econômico da China. A orientação do planejamento burocrático chinês era altamente centralizado e marcado por movimentos de

agitação política centrada na luta de classes (sobretudo durante a Revolução Cultural⁸). A partir da Reforma e Abertura para o Exterior iniciada em 1978, segundo Martins (2008), a economia chinesa foi tornando-se uma economia de mercado socialista bastante descentralizada e desburocratizada, na qual os esforços passaram a centrar-se na edificação econômica, e em que a economia planificada era tomada como principal e auxiliar na regulação do mercado. Para Ferschen (2011),

Desde o início de suas políticas de “reforma e abertura” ao final dos anos 1970, a China distanciou-se do modelo de desenvolvimento industrial pesado de capital intensivo do “Grande Salto” da Era de Mao em direção a uma dependência de manufatura leve de trabalho intensivo. (FERSCHEN, 2011, p. 118)

Segundo Acioly, Pinto e Cintra (2010, p. 9), essa nova rota do modelo de desenvolvimento chinês baseou-se na “*i) descentralização das decisões econômicas por meio da delegação de poder para as províncias e as autoridades locais; e ii) adoção de modelos gerenciais e tecnologias do ocidente*”. Segundo Medeiros (1999, apud ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010, p. 8):

A reforma iniciada pelo governo chinês em 1978 pode ser resumida da seguinte maneira: a) ampla mudança na utilização da terra, a possibilidade de comercialização do excedente agrícola, b) agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno, c) formação de grandes empresas estatais, d) reformas das empresas estatais e redefinição da relação entre o planejamento e o mercado, e) promoção das empresas coletivas, f) transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado (MEDEIROS, 1999).

Pinto (2013, p. 8), ainda cita como iniciativas das reformas de 1978, a “*reformulação do setor público por meio de reformas, privatizações de boa parte das empresas públicas e o fortalecimento de algumas empresas estatais que atuavam em setores estratégicos*”, além da criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) como consubstancializadora da “*a abertura ao mundo exterior*”.

Deng Xiaoping foi o idealizador e criador das ZEE; a partir de sua criação, parte do poder das decisões econômicas da autoridade central foram delegadas a autoridades locais (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010). Em 1979, as cidades de Shenzhen, Zuhai, Shantou e Xiamen receberam o status de ZEE, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para introduzir novas tecnologias e métodos modernos à administração (*ibid.*). Com o intuito de atrair capitais, o governo passou a conceder diversos incentivos a estas Zonas, tais como redução de tarifas e burocracias, flexibilização salarial e melhora na infraestrutura. A produção

⁸ A Revolução Cultural Chinesa ocorreu a partir de 1966, mobilizou as massas chinesas e foi liderada por Mao Tsé Tung, que buscava retomar o poder após ter sido politicamente derrotado devido à falha da política do “Grande Salto Adiante”.

industrial de Hong Kong, principalmente de setores intensivos em mão de obra, deslocou-se para as ZEE, enquanto Hong Kong passava a produzir produtos mais intensivos em tecnologia (NONNEMBERG, 2010). Já em 1984, um segundo pacote criou catorze “cidades abertas”, chamadas de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDTE), dentre as quais destaca-se Xangai. Em 1986 o governo acabou com o monopólio sobre o comércio exterior, permitindo que os exportadores e importadores fizessem as transações de bens e serviços de forma mais livre, concomitante à incorporação de barreiras tarifárias e não tarifárias (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010).

Esta política de abertura chinesa sofreu forte resistência do Partido Comunista Chinês (PCC), ao fim dos anos 1980, os quais seguiam uma linha marxista-leninista; as manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial, em 1989, contra o PCC e o governo, foram o ponto mais alto do conflito de interesses. Deng já encontrava-se fora do governo e em 1992, para evitar um novo direcionamento do governo chinês e do PCC, buscou reestabelecer suas diretrizes. Assim, articulou “O Grande Compromisso”, “*que garantia um processo de reformas e aberturas com o compromisso econômico que ensejava tornar a China uma nação rica e poderosa até metade do século XXI*” (ibid., p. 10). Desta forma, acelerou-se a abertura chinesa ao mundo exterior pela ampliação das ZEE, descentralização dos planejamentos e reformas nas empresas estatais

O processo de liberalização do comércio exterior foi uma das medidas de maior importância tomadas na Reforma e Abertura para o Exterior. Até aquele momento, as exportações e importações cresciam lentamente, já que a autoridade central monopolizava o planejamento do comércio exterior, além de as operações serem integralmente realizadas por empresas públicas. Inicialmente, tarifas aduaneiras e, posteriormente, barreiras não tarifárias foram utilizadas para o controle das importações; essas medidas foram gradualmente suprimidas e, segundo Nonnemberg (2010, p. 204), “*a partir do final da década de 1990, as medidas de liberalização do comércio exterior chinês foram aceleradas com vistas ao seu ingresso na Organização Mundial do Comércio, efetivada em dezembro de 2001*”.

Além das ZEE, a política cambial chinesa também foi responsável pela promoção das exportações. As diretrizes cambiais do iene, que mantinha-se desvalorizado em relação ao dólar, visionavam objetivos de longo prazo. Nesse sentido, não se moldam às variações internas ou externas, e sim aos objetivos das demais políticas industriais, comerciais, dentre outras, e do Estado Nacional, de aceleração do desenvolvimento econômico do país e de uma “ascensão pacífica” da China no cenário geopolítico, como sustentam Acioly, Pinto e Cintra (2010). Para a consecução do primeiro objetivo nacional, buscou-se a proteção da indústria nacional e

dinamização das exportações; para o segundo objetivo, buscou-se uma articulação “harmoniosa” com as principais esferas de poder no sistema internacional (*ibid.*).

A ampliação do *funding*⁹ e criação de instrumentos para direcionar esses recursos financeiros para os investimentos, foi o que possibilitou a reforma do sistema financeiro e a consequente expansão pela via do investimento. Mesmo que o setor privado tenha se expandido, o sistema bancário continuou sendo controlado pela administração pública, o que possibilitou, segundo Pinto (2013), o “*direcionamento da poupança das famílias e das empresas para as corporações públicas e privadas que desejam investir*”. O crescimento do país também impulsionou-se pela “*condução gradualista da política macroeconômica (monetária e fiscal)*”, que mescla o “*controle inflacionário*” com a tentativa de “*manutenção do ritmo de crescimento estável e relativamente rápido*” (*ibid.*).

A liberalização do sistema de formação de preços iniciou-se no setor rural, no ano seguinte ao início das reformas. Os preços eram fixados pelo Governo Central e, a partir de então, passou a abrigar um sistema duplo. Como descreve Nonnemberg (2010, p. 204), “*o Governo Central fixava a cota de produção que cada comunidade (Township and Village Enterprise) deveria entregar a um preço predeterminado. O restante da produção poderia ser negociado livremente no mercado*”, e assim os preços passaram a ser liberalizados gradativamente. Isso gerou aumento da produtividade rural, além de agir sobre os níveis de emprego e renda.

A expansão do comércio chinês deriva-se de medidas econômicas e políticas voltadas para o crescimento que relacionam-se profundamente com o desenvolvimento interno. Este, é puxado por uma política fiscal expansionista por meio de grandes investimentos públicos em infraestrutura; por concessões especiais de créditos que subsidiam as empresas estatais; e por aumentos de produtividade das empresas, especialmente públicas. As políticas de descentralização do planejamento e concentração do mercado foram grandes responsáveis pelo dinamismo do crescimento chinês, principalmente após o “Grande Compromisso” de 1992.

Para Dahlman (*apud* ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010, p. 12-13), os eixos centrais dessa política chinesa são:

- 1) Políticas macroeconômicas (monetária, fiscal e cambial) que articulam, por um lado, o controle inflacionário e, por outro, o crescimento econômico – que tem seu piso estabelecido nos planos quinquenais [...];
- 2) Intenso processo de reformas e privatização das empresas estatais em 1991, no entanto ainda persiste alto o número de empresas de propriedade do Estado;

⁹ Segundo o conceito do *Cambridge Dictionaries*, “*funding*” é o dinheiro dado por um governo ou organização para um evento ou atividade. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/funding>. Original Inglês.

- 3) Crédito subsidiado para as empresas estatais por meio dos bancos públicos que são o núcleo do sistema financeiro chinês;
- 4) Incentivos fiscais voltados aos investimentos estrangeiros de alta tecnologia;
- 5) Barreiras tarifárias mais baixas após a entrada da China na OMC em 2001, mas a manutenção de significativas barreiras não tarifárias;
- 6) Políticas de estímulos ao IDE, especialmente em áreas de alta tecnologia. Investimentos estes que vem sendo atraídos tanto pelo mercado interno chinês quanto pelo baixo custo de fabricação que permite a configuração de zonas de re-exportação. Cabe observar que este estímulo está condicionado à transferência de tecnologia por meio de mecanismo que requer a produção de conteúdo por empresas locais;
- 7) Múltiplos instrumentos que tem como objetivo criar empresas nacionais (privadas ou públicas) de classe mundial que possam concorrer com as empresas multinacionais tanto no mercado interno como externo.

Além dos fatores políticos para a estratégia de ascensão chinesa, outras características inerentes ao país também foram fundamentais para a complementariedade de seu êxito. Um deles foi o deslocamento de um grande quantidade de mão de obra rural de baixa produtividade para as cidades, que aumentou a demanda por trabalho mas manteve os salários baixos. Assim, os grandes aumentos da produtividade reduziram o custo unitário do trabalho, enquanto os salários cresceram a uma média de 11% ao ano. Deve-se considerar também que o grande contingente populacional chinês favoreceu o surgimento de economias de escala, que impacta diretamente nos custos de produção das indústrias do país (NONNEMBERG, 2010).

Houve também grande crescimento de Investimentos Externos Diretos (IED), que inicialmente direcionavam-se às ZEE - onde recebiam incentivos e facilidades governamentais - e que logo resultaram em transbordamentos tecnológicos (*spillovers*) e agrupamentos de indústrias, que impactaram no desenvolvimento tecnológico e mudança da pauta exportadora do país no decorrer dos anos. Assim, pode-se dizer que o incentivo às inovações e transferências tecnológicas liga-se diretamente aos investimentos estrangeiros. Segundo Nonnemberg (2010, p. 205), *“durante vários anos, a permissão ou o incentivo a empresas estrangeiras esteve condicionado a compromissos no sentido de realização de transferência de tecnologia ou de abertura de centros de P&D no país”*, processo que tornou-se ilegal após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outro fator importante para a absorção de tecnologias do exterior foi a ausência de um mecanismo que garanta plenamente a proteção à propriedade intelectual. As empresas multinacionais, para ingressar na China, *“necessitavam de sócios locais que se apropriavam ilegalmente do conhecimento transferido do exterior para produzir por conta própria”*, em uma empresa doméstica, *“produtos análogos por preços inferiores”*, como descreve Nonnemberg (2010, p. 205).

Os fatores internos apresentados foram de importância crucial para a ascensão chinesa, mas os fatores externos envolvidos para seu desempenho também devem ser analisados.

3.1.2. Fatores externos: Estados Unidos da América, Organização Mundial do Comércio e eixo sino-americano

Alguns condicionantes externos também foram determinantes para o êxito da estratégia chinesa de abertura para o exterior e desenvolvimento econômico interno.

O Japão teve papel fundamental para a derrocada chinesa; o país exportou para o Leste Asiático o modelo de “subcontração de múltiplas camadas”, caracterizado pela descentralização das atividades produtivas (BOCK, 2014, p. 64). Durante a Guerra Fria, o Japão foi visto como uma parceria estratégica norte-americana para o isolamento da União Soviética (URSS), o que também motivou a aproximação com a China. Porém, ao final do conflito, os Estados Unidos da América (EUA) já havia conseguido maior abertura e liberalização desses mercados, e para evitar os déficits que incorria com os mesmos, realizou uma política de fechamento gradativo de seu mercado para a China e Japão (*ibid.*, p. 66). O Acordo de Plaza, realizado em 1985, fez parte da ofensiva comercial norte-americana direcionada ao Japão, e que impactou na dinâmica macroeconômica do Sudeste Asiático. Com isso, segundo Medeiros (2012, p.12), “*o iene e posteriormente as moedas dos Tigres Asiáticos valorizaram-se fortemente em relação ao dólar*” e, como consequência, houve “*amplo deslocamento de capitais para países de menor grau de desenvolvimento como Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, mas sobretudo para a China*”, o que estimulou os IED e as exportações chinesas.

De acordo com Acioly, Pinto e Cintra (2010),

Com a desvalorização da moeda japonesa em relação ao dólar, a partir de 1995, e o com o colapso financeiro do Sudeste Asiático de 1997, o modelo de crescimento sincronizado e integrado dos “gansos voadores” se fragiliza e a China começa a emergir, cada vez mais, como o centro da dinâmica asiática, articulada aos Estados Unidos. A manutenção de sua taxa nominal de iuane em relação ao dólar e o lançamento de um programa de obras públicas e de investimento possibilitaram a aceleração da acumulação de riqueza e poder chinês na Ásia, num contexto em que vários países da região foram fortemente afetados pela crise. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010, p. 14)

A aproximação dos EUA com o governo da China foi um elemento externo importante que ocorreu em um contexto de isolamento e desgaste da URSS, em 1972, por parte dos EUA. A política apadrinhada por Richard Nixon possibilitou a abertura do mercado ocidental aos produtos chineses, além de seu acesso ao financiamento internacional. Esta nova configuração de inserção geopolítica internacional permitiu a arrancada exportadora chinesa; porém, com o

fim da URSS, em 1989, a relação aliada próxima entre EUA e China passou a ser marcada pela forte concorrência entre ambos (*ibid.*).

Ainda assim, consolidou-se entre os países uma forte relação econômica, que configurou o eixo sino-americano. O eixo sino-americano foi um dos fatores que propiciou a ascensão chinesa, e o dinamismo entre as duas economias, de complementariedade comercial, produtiva e financeira - uma “relação econômica siamesa”, como denomina Pinto (2011) - que aumentou ao longo do tempo e estendeu-se no início do século XX, de forma que pouco abalada fora mesmo com a crise internacional de 2008. No sentido comercial, houve aumento de trocas comerciais entre os países (exportações e importações), caracterizado por aumento das exportações de produtos de maior valor agregado da China para os EUA; pelo aumento do déficit comercial dos EUA com os chineses; pela redução das importações chinesas de produtos norte-americanos de maior valor agregado. Na esfera produtiva, destaca-se o fato de a China tornar-se no centro de montagem e produção manufatureira a nível global. No meio financeiro, devido ao grande volume de IED americanos na China e ao acúmulo chinês de reservas de títulos do Tesouro dos EUA, a China tornou-se simultaneamente devedora e credora dos EUA (pelas razões respectivamente ordenadas) (*ibid.*).

Na primeira década do séc. XXI, a crescente integração destas três áreas em âmbito mundial, por consequência dos mecanismos de transmissão, afetou o crescimento mundial como um todo. Os Estados Unidos tornaram-se um grande mercado consumidor, enquanto que a China, por suprir bens e capitais aos norte-americanos, transbordou para a América Latina, África, Ásia e Europa, os efeitos positivos que desfrutava. “*Nesse contexto, vários países obtiveram superávits comerciais, o que, por sua vez, permitiram a redução da vulnerabilidade externa e o acúmulo de reservas internacionais*” e, assim, “*políticas econômicas voltadas à expansão do produto e do emprego*” puderam ser executadas (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010, p. 16).

Para Acioly, Cintra e Pinto (2010, p.16), a China tornou-se a nova “oficina do mundo” por centralizar um circuito de produção que fez do país o “*centro global de montagem e de produção de manufatura*”; e isto se deve ao

[..] processo de integração produtiva que articula ao mesmo tempo as grandes empresas americanas detentoras de grandes marcas mundiais – que geralmente capturam o maior valor agregado das cadeias produtivas globalizadas – e as grandes empresas de países ou regiões asiáticos, especialmente Japão, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul, que fornecem suprimento de máquinas e equipamentos, para a indústria chinesa que os transforma, reexportando produtos acabados para o mundo, especialmente para Estados Unidos. (ACIOLY; CINTRA; PINTO, 2010, p. 16)

Diversos acordos de preferência comercial foram realizados entre a China e os países do Leste Asiático no intuito de explorar e aprofundar a complementariedade produtiva entre as duas regiões. É esta complementariedade que aumenta a eficiência produtiva da região, de forma que torna possível entender o elevado grau de competitividade exportadora chinesa. Esta integração produtiva aliada à política cambial chinesa, que mantém a estabilidade do iene em relação ao dólar, fez com que as importações e exportações do país fossem estimuladas, resultando em superávits nas transações correntes e conta de capital. Para manter a sua política cambial, o governo da China aproveita-se dos superávits para acumular reservas estrangeiras, principalmente em títulos do Tesouro americano – de forma que estreita as relações econômicas entre China e EUA (*ibid*).

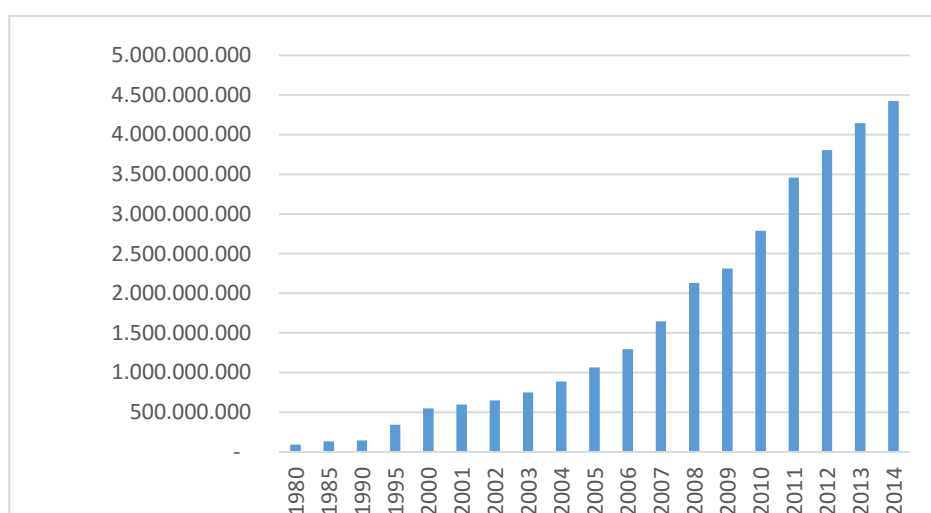
A inserção externa do comércio chinês também foi afetada pela ascensão do país à OMC, ao final do ano de 2001. Devido ao peso do comércio internacional para a estratégia de crescimento chinês, a adesão às regras da OMC garantiria que suas exportações não fossem discriminadas, ao mesmo tempo que, os membros da Organização teriam acesso ao grande mercado chinês, além de assegurarem-se de que “a invasão de produtos chineses” seria controlada pelo regimento da mesma (THORSTENSEN, 2010-11). Ainda assim, as regras de acesso para a ascensão da China à OMC foram mais rígidas comparativamente às de outros países, e apenas um *status* parcial de “país em desenvolvimento” lhe foi concedido, o que consequentemente proibiu a transferência tecnológica dos investimentos estrangeiros exigida pelo país.

3.2. ALTERAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA INTERNA CHINESA E NOVAS NECESSIDADES ESTRATÉGICAS DO SÉC. XXI

A economia chinesa, nos primeiros anos da década de 2000, passou por mudanças significativas em sua economia política doméstica, com reflexos diretos em seu padrão de desenvolvimento e no seu relacionamento em variados âmbitos com outros países. Para Ferschen (2011, p. 118), “*a economia doméstica da China e sua relação com a economia global tornaram-se crescentemente “desequilibradas”*”, já que “*enquanto o crescimento total continuou em ritmo acelerado a uma média de quase 10%, outros componentes do padrão de desenvolvimento chinês mudaram dramaticamente*”. A China aumentou seu superávit comercial e sua participação em reservas estrangeiras enquanto que, internamente, vivenciou o rápido desenvolvimento da indústria pesada, reflexo da acelerada urbanização e desenvolvimento da infraestrutura estimulada pelo governo.

As Reformas para o Exterior iniciadas por Deng canalizaram a economia chinesa para um modelo de desenvolvimento mais dependente de manufatura leve e intensiva em trabalho. Porém, a partir de 2002, segundo Ferschen (2011, p. 114), “a China começa uma reversão dramática, inesperada e não planejada em direção a uma produção industrial pesada”, em que “o tamanho relativo da produção industrial pesada¹⁰ na economia praticamente triplicou”, como pode ser observado na Gráfico 1¹¹.

Gráfico 1 - Aumento do valo agregado da indústria chinesa (US\$ milhões)



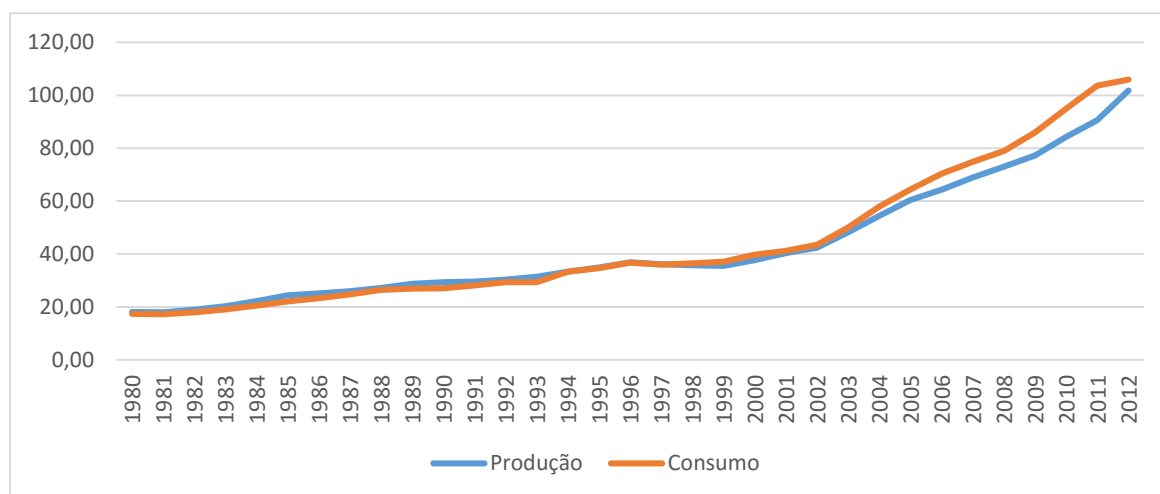
Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Nesse período, ocorreu um aumento inesperado da demanda total de energia, reflexo principalmente do aumento da produção manufatureira pesada de produtos como o aço, cimento e químicos. Como pode-se observar na Gráfico 2, o consumo de energia chinês tornou-se gradativamente maior do que a produção de energia nacional, superando-a no ano de 1998. Desta forma, a importação de recursos energéticos passou a ser indispensável para o país.

¹⁰ Produção industrial pesada refere-se aço, metais, químicos, energia eólica, produção de papel e todos os setores intensivos em eletricidade, como explica Ferschen (2011, p. 118)

¹¹ Segundo o Banco Mundial: “Industry corresponds to ISIC divisions 10-45 and includes manufacturing (ISIC divisions 15-37). It comprises value added in mining, manufacturing (also reported as a separate subgroup), construction, electricity, water, and gas. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3”. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>

Gráfico 2 - Consumo, Produção e Importação de energia na China (quadrilhões de Btus)



Fonte: International Energy Agency (IEA). Elaboração própria.

Na década de 1980 e quase toda a década de 1990, a China exportava energia primária. Quando o consumo interno ultrapassa a produção, o país começa a importar energia, e em 1999 já importa 2,2% do total que consome (Tabela 1). Em 2013 a China já possuía uma taxa de importação energética de 13% do total consumido. É importante lembrar que a Energia Primária abrange todos os tipos de energia, sejam eles crus ou refinados, renováveis ou não, a exemplo do petróleo, carvão, gás natural, combustíveis, energia elétrica, dentre outros.

Tabela 1 - Consumo, Produção e Importação de energia na China

Produção total de Energia Primária (quad. Btus)	Consumo total de Energia Primária (quad. Btus)	Importação de Energia Primária (% das unidades usadas)		
1980	18,12	17,29	1980	-2,9
1990	29,37	26,99	1990	-1,1
1997	36,09	35,97	1999	2,2
2000	37,71	39,76	2005	4,1
2010	84,23	94,92	2010	10,7
2013	-	114,62	2013	13,5

Fonte: IEA. Elaboração própria.

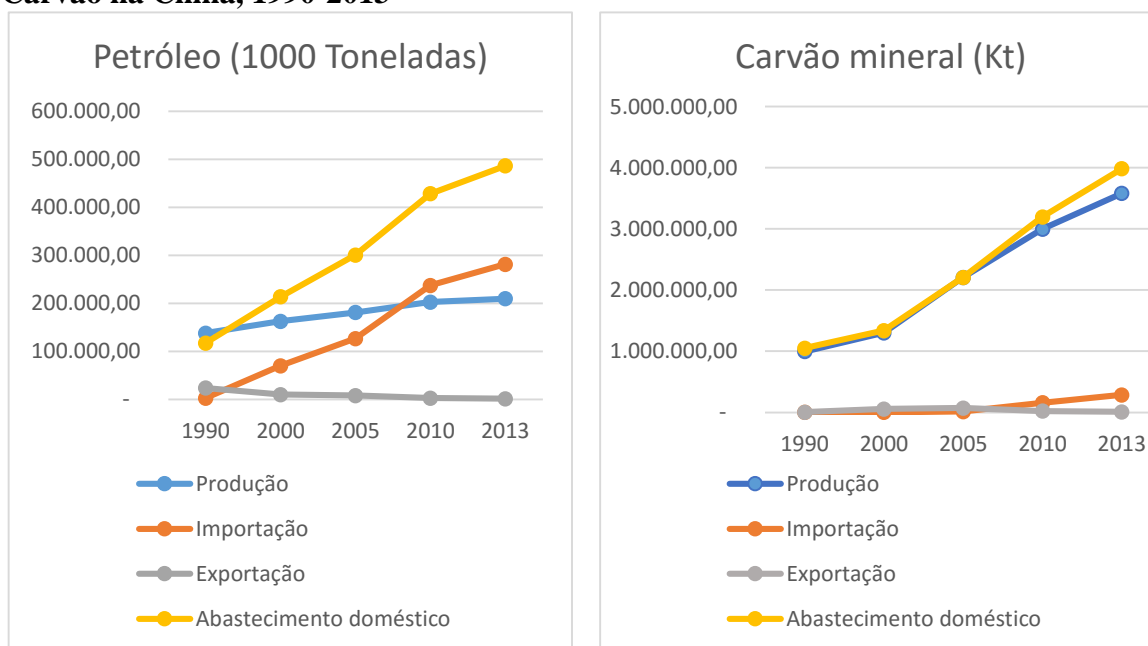
Seguindo uma tendência mundial, a energia produzida e consumida na China é composta principalmente pela base energética do carvão. Segundo dados da *International Energy Agency* (IEA), em 2013 52% da demanda de carvão do país foi utilizado para a geração de energia elétrica, ainda que o carvão também seja destinado, em menor quantidade, para a produção de ferro, aço e cimento. Quanto à produção mundial de carvão, a China foi o maior produtor global no ano, responsável por 48% da produção total. O país também lidera o consumo global, e consumiu 52% da demanda mundial por carvão em 2013. Pode-se ver na

Gráfico 3 que a importação de carvão acentuou-se apenas a partir de 2005, enquanto as exportações caíram.

O consumo do petróleo na matriz energética chinesa vem aumentando nos últimos anos. Desde 1990, a quantidade necessária para o abastecimento doméstico aumenta progressivamente, mas a uma velocidade maior do que a capacidade produtiva do país. De grande exportador do produto, o país passou a grande importador ainda na década de 1990, tendência que se acentuou na década de 2000, especialmente ente 2005 e 2010 (Gráfico 3). Segundo dados da IEA, as importações de petróleo aumentaram de 2,92 milhões de toneladas em 1990 para 281,7 milhões de toneladas em 2013. A China está entre os maiores produtores de petróleo do mundo (4º), mas é o segundo maior importador e consumidor do produto, atrás apenas dos EUA (IEA, 2014).

Em 2014, 13% das importações totais do país foram de petróleo (OEC). Frente à crescente dependência no insumo, as empresas chinesas buscaram expandir seus investimentos diretos em territórios internacionais, como no Brasil, através da Sinopec e Sinochem, que realizaram investimentos em 2010 e 2011. Em 2014 o Brasil exportou para a China 1,7% das importações totais do país, cujo principal exportador é a Arábia Saudita, do qual a China importa 16% das importações totais de petróleo, segundo dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC).

Gráfico 3 - Produção, Importação, Exportação e Abastecimento Doméstico de Petróleo e Carvão na China, 1990-2013



Fonte: IEA. Elaboração própria

O país também é grande dependente de importações de *commodities* minerais específicos, como cobre e minério de ferro - matéria prima do aço -, principalmente devido à grande expansão da produção doméstica chinesa de indústria pesada. Segundo Ferschen (2011 p. 119), “*apenas entre 2002 e 2005, a produção chinesa de ferro e aço, como porcentagem do PIB, aumentaram de aproximadamente 1,5% para mais de 3%*”. A produção de aço cresceu a 18,3% a.a., e de importadora de aço no início da década, passou à maior produtora mundial em 2007, quando produziu 37% da produção mundial de aço bruto (YONGDING, 2009). A velocidade da transição é posta em perspectiva por Ferschen (2011, p.119), que explica que “*em 2002 a importação chinesa de aço ultrapassava sua exportação em 450%, mas em 2006 a exportação excedia a importação em 230% na medida em que a China se tornou o maior produtor e exportador de aço no mundo*”. Essa explosão de produção de aço aumentou a demanda de minério de ferro; em 2014, 4,8% de suas importações totais foram de minério de ferro. A Austrália é seu maior fornecedor, responsável por 63% das importações totais de minério de ferro chinesas, seguida do Brasil, que em 2014 o Brasil exportou 17% das importações totais chinesas do insumo (correspondente a US\$12,4 bilhões) (OEC).

Para a China, uma indústria siderúrgica potente é fundamental para sustentar o ritmo do grande crescimento do país e suprir as necessidades provenientes da dinâmica da urbanização, principalmente pelo grande contingente populacional que torna-se crescentemente urbanizada, e menos rural. O aço é fundamental para sustentar esse processo devido à sua alta utilização em obras de infraestrutura, construções e para a fabricação de bens duráveis (CINTRA, 2013).

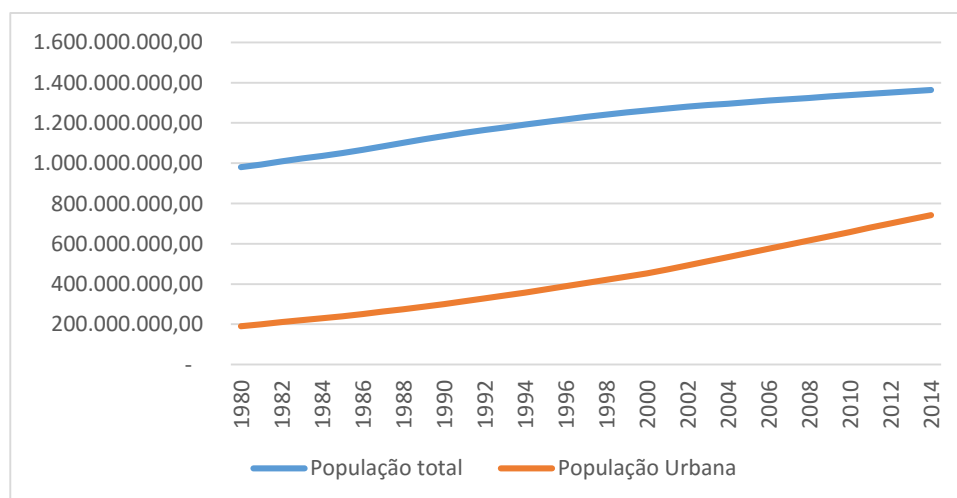
O efeito da demanda chinesa para abastecer as necessidades internas estende-se por diversos setores, além dos acima ilustrados. É um efeito em cadeia, que expande as necessidades por *commodities* até mesmo indiretamente, de forma a suprir sua indústria de base. Como exemplifica Ferschen (2011, p. 120), “*boa parte da produção industrial pesada chinesa serviu para abastecer o rápido desenvolvimento de propriedade e infraestrutura*” que por sua vez “*tem impulsionado o aumento das importações de outras commodities minerais latino-americanas como o cobre chileno*”. É devido à satisfação destas demandas crescentes que a China, principalmente após os anos 2000, voltou-se para os grandes países exportadores e abundantes em *commodities*, como a América Latina, Austrália e África, de forma a estreitar laços e garantir minerais e fontes energéticas que necessita.

Porém, é importante entender que a mudança do padrão de desenvolvimento baseado em trabalho intensivo para o desenvolvimento baseado na indústria pesada de capital intensivo não foi intencional por parte do governo chinês. Na realidade, houve uma combinação de fatores que propiciou o crescimento da indústria pesada. Por parte dos fatores macroeconômicos, pode-

se citar a crescente taxa de poupança aliada a baixas taxas de juros – o primeiro ocorrendo principalmente por parte dos setores empresariais, os quais direcionavam seu capital para investimentos; o segundo buscando criar capital abundante e barato. Por parte dos fatores microeconômicos, houve o estímulo governamental (sob forma de subsídios) para aumentar os níveis de investimento e de crescimento local, doravante as crescentes possibilidades de lucro da indústria pesada. O investimento na indústria pesada também é estimulado pelas oportunidades de exportação, as quais são subsidiadas (em algumas categorias de produtos), e beneficiam-se do baixo iene, o qual permite a expansão da participação dos produtores em setores determinados de alguns países.

A China tornou-se profundamente marcada pela industrialização, porém grande parte do seu alto desempenho só foi possível devido à grande quantidade de mão de obra disponível no país. Apesar da modernização de Deng na agricultura a partir das Reformas iniciadas em 1978, o setor secundário desenvolveu-se de forma a atrair a população rural para as cidades, que expectava trabalhar nas indústrias e aumentar sua renda. Como pode ser visto Gráfico 4, a tendência que já apresentava-se antes de 1980 era a urbanização da população, ou seja, o êxodo rural. Segundo dados do *World Development Indicator (WDI)*, desde o ano de 2011 esta população é majoritariamente urbana, com um percentual de 54,4% de pessoas vivendo em áreas urbanas no ano de 2014. A população da China é, hoje, a maior do mundo: é composta, em 2015, por 1,3 bilhões de pessoas e, a crescimento médio de 0,5% a.a., prevê-se que em 2020 tenha ultrapassado a marca de 1,4 bilhões de pessoas.

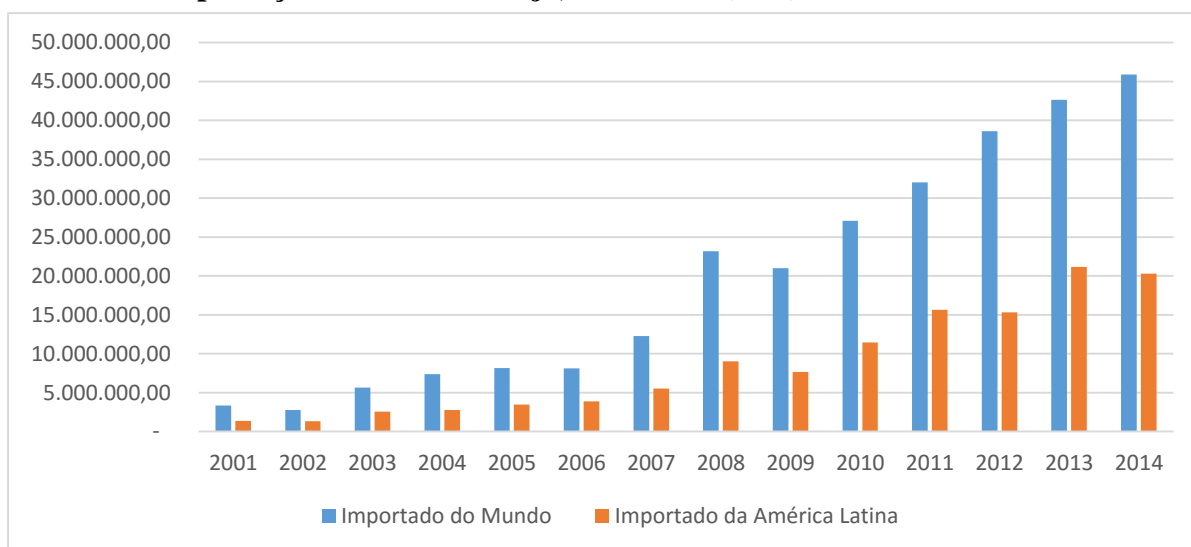
Gráfico 4 - Evolução da urbanização e crescimento populacional na China, 1980-2014



Fonte: World Development Indicator (WDI). Elaboração própria.

Assim, o desafio de fornecer alimentos a uma população tão grande, crescente e diariamente mais urbanizada, intensificou-se no século XXI. De forma geral, a produção de trigo e arroz do país conseguem suprir a demanda existente, mas a produção de milho e soja é insuficiente, o que tornou necessário a importação crescente destes dois artigos a partir de 2004 (AZEVEDO, 2011). Como aponta a Gráfico 5, praticamente metade das importações chinesas de soja são provenientes da América Latina, sendo o Brasil o seu principal fornecedor.

Gráfico 5 - Importações chinesas de Soja, 2001-2014 (US\$)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

É importante destacar que a demanda por soja e milho são destinadas principalmente ao setor agropecuário. Segundo dados do *Earth Policy Institute* (EPI), o farelo de soja é amplamente utilizado nas rações animais, notoriamente gado, aves e suínos. Devido à diminuição da população rural, que podia produzir seu próprio alimento, e ao incremento do poder aquisitivo dos indivíduos, a demanda por carne, ovos e leite aumentou, de forma que a produção dos animais teve que expandir-se (BROWN, 2013).

As matérias primas que a China demanda, principalmente alimentícias e energéticas, são fornecidas principalmente de regiões “periféricas”, países em desenvolvimento como os da América Latina e África. As necessidades do país, como expõe Medeiros (2011), “vem mobilizando uma vasta rede de fornecedores espalhadas em todo o mundo e a resolução desta pressão estrutural vem guiando os investimentos externos chineses, em grande expansão e redefinindo sua estratégia” (MEDEIROS, 2011, p. 211), conforme será visto no capítulo 3 e 4.

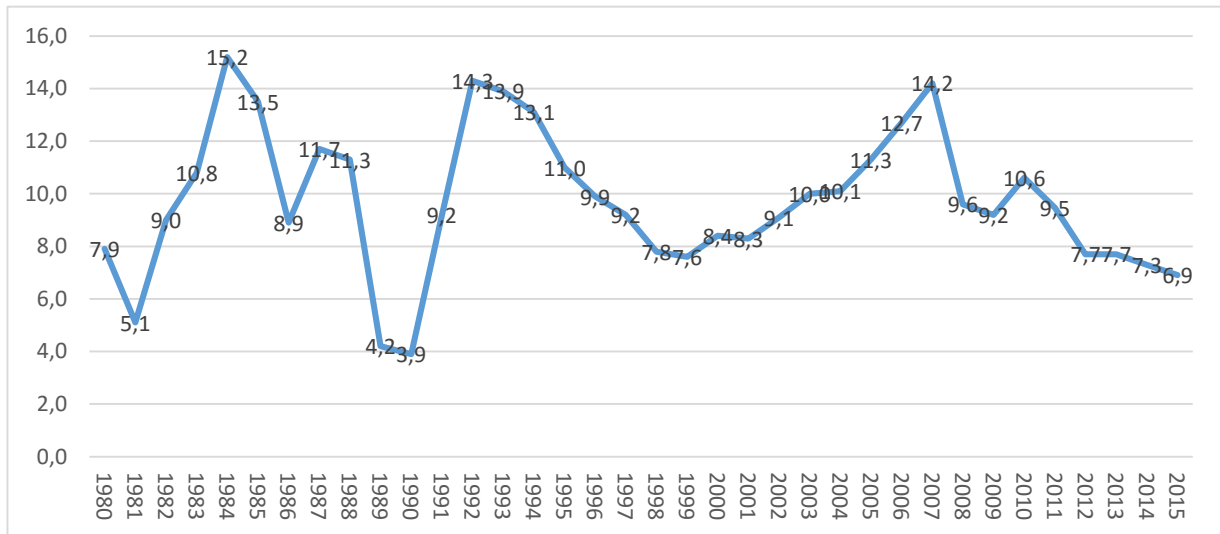
3.3. PANORAMA GERAL DA ECONOMIA CHINESA

A China chama a atenção do mundo nas últimas décadas principalmente pelo seu notório crescimento econômico. O alto desempenho da sua economia teve bases nos fatores conjunturais internos e externos vistos na primeira seção deste capítulo. A Gráfico 6 traça o desempenho do PIB a partir do início das Reformas para o Exterior iniciadas por Deng Xiaoping. Ao observar o desempenho do PIB na década de 1980, pode-se notar que houve grande instabilidade no seu crescimento: ao mesmo tempo em que a década obteve o maior crescimento do PIB já registrado na história chinesa, de 15,2% em 1984, também obteve o pior desempenho dos últimos 35 anos, entre 1989 e 1990. Grande parte disto se deve à resistência interna da parte mais conservadora do PCC em relação às implementações das reformas políticas, com ápice em 1989, ano do conhecido “Massacre da Praça Celestial”, em que manifestantes pacíficos protestavam contra a corrupção do governo, lentidão das implementações das reformas, desemprego e inflação.

O ano de 1992 obteve, novamente, um crescimento extraordinário de 14,3% do PIB, e foi o ano em que Deng instituiu o “Grande Compromisso”. Durante a década de 1990, o crescimento do PIB foi mais estável, porém diminuiu progressivamente, com um desempenho mais baixo nos anos em que a Ásia passava por uma crise financeira e econômica¹². A partir dos anos 2000 o PIB aumenta a um nível constante, e registra um crescimento de 14,2% em 2007, antes de cair subitamente para 9,6% no ano seguinte, marcadamente o ano da Crise Imobiliária norte-americana, com efeitos para o mundo todo. A partir de então, registrou um crescimento menor do PIB, e em 2011 já se esperava uma desaceleração do seu crescimento econômico, no 12º Plano Quinquenal. Em 2015 aprovou-se o 13º Plano Quinquenal, segundo o qual espera-se um crescimento médio do PIB de 6,5% a.a., 0,5% a menos do que o Plano anterior.

¹² A Crise Asiática aconteceu na Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul, em que houve desvalorização cambial em relação ao dólar e queda dos preços acionários. Resultou em grande influxo de capital, e afetou outros países da região. Para saber mais, ver Canuto (2000).

Gráfico 6 - Desempenho do PIB chinês, 1980-2015 (%)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Quanto ao valor do Iene em relação ao dólar, é notável uma progressiva desvalorização da moeda desde 1979, que acentua-se muito em 1993, após a implementação do Grande Compromisso (Gráfico 7). As diretrizes cambiais do Iene o mantinham desvalorizado em relação ao dólar como uma política que visava objetivos de longo prazo, de forma que a moeda não sofreria variações internas ou externas, e apenas variaria para adaptar-se aos objetivos das políticas industriais, comerciais, dentre outras. A moeda manteve-se estável por muitos anos, e sofreu valorização súbita no período da Crise Imobiliária de 2008. A partir de então, o Iene valorizou-se mais, progressivamente, mas ainda mantém-se na faixa de 6,5 ienes para cada 1 dólar.

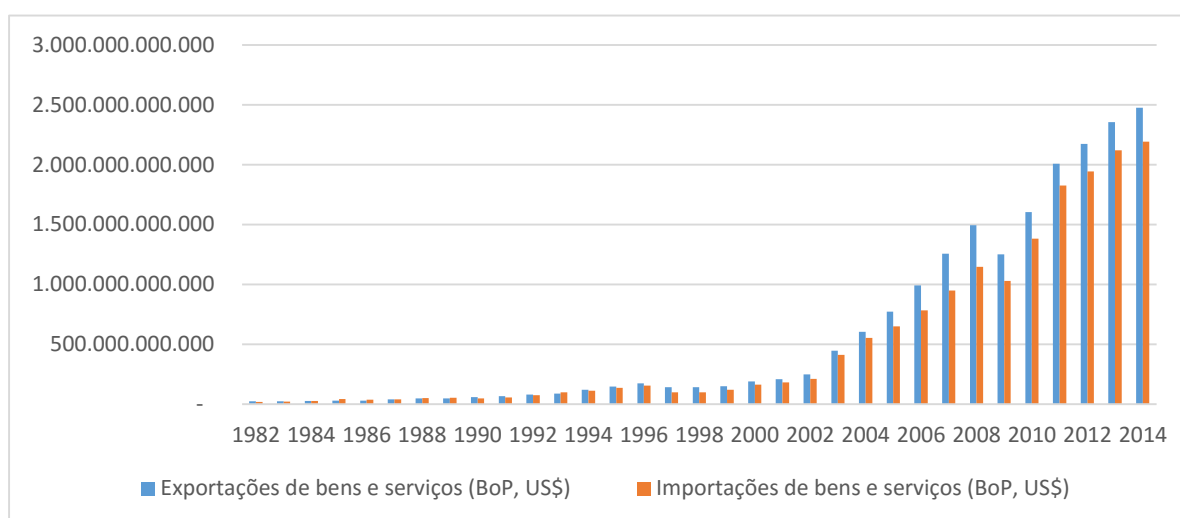
Gráfico 7 - Câmbio do Iene em relação ao dólar, 1960-2016



Fonte: Trading Economics.

No que tange ao seu comércio internacional, fica evidente que a partir das Reformas para o Exterior, tanto importações quanto exportações eram inexpressíveis comparativamente aos valores registrados a partir da década de 2000, conforme a Gráfico 8. A acentuação do comércio exterior iniciou-se principalmente a partir de 2002, provavelmente devido ao ingresso do país na OMC no ano de 2001. No ano da Crise Internacional de 2008, suas taxas diminuíram levemente, mas voltaram a recuperar-se no ano seguinte e aumentaram progressivamente.

Gráfico 8 - Importações e Exportações de bens e serviços, 1984-2014 (US\$)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Em 2014, os países que mais exportaram para a China foram EUA e República da Coreia (Tabela 2). Dentre os dez principais exportadores, o Brasil é o único país latino-americano e encontra-se na 8ª posição, responsável por 2,6% das importações totais chinesas. Quanto às exportações, o país importa 18% do total para os EUA, ou seja, o dobro da quantidade que importa dos norte-americanos. Nesta lista não há nenhum país latino-americano.

Tabela 2- Principais parceiros comerciais da China em 2014

Importações	%	Exportações	%
República da Coreia	10,4	Estados Unidos de América	18
Estados Unidos da América	9	Hong Kong, China	14,6
Taipei, China	8,6	Japão	6
Japão	8,5	República da Coreia	4,4
Alemanha	5,2	Alemanha	3
Austrália	4,4	Vietnã	2,9
Malásia	3,2	Reino Unido	2,6
Brasil	2,6	Países Baixos	2,6

Fonte: cálculos ITC baseados nos dados da UNComtrade. Elaboração própria.

A maior parte das importações chinesas provenientes do Mundo são compostas pelo Capítulo 85, “Equipamentos elétricos, eletrônicos”, desde o início da década até 2014 (Tabela 3). Destes, o produto “8542 – Circuitos eletrônicos integrados e microconjuntos” corresponderam a 11,1% das importações totais em 2014. É notória a importação destes artigos pelo fato de serem usados para a fabricação e montagem de outros produtos chineses, que são reexportados para o mundo posteriormente. Por este motivo, ao analisar a Tabela 4, nota-se que o Capítulo 85 também é o mais exportado para o mundo, mas o produto “8547 - Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia”, os quais incluem a maior parte das partes de aparelhos telefônicos, além dos telefones em si – em 2014, a China foi responsável por 43% das exportações dos telefones do mundo, de acordo com dados da OEC.

As importações chinesas também foram compostas por 16,1% do Capítulo 27, “Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação”, o qual mais do que dobrou a parcela de 2001 (7,1%). Aqui, o produto mais importado é o “2709 – Óleo bruto de petróleo”, correspondente a 11,6% das importações totais do país em 2014. Isto segue a tendência do desenvolvimento da indústria de base chinesa, processo já visto na seção 2.2. O capítulo 84 também possui posição de destaque em ambas as pautas: é responsável por 9,1% das importações, e por 18,6% das exportações. Em ambas, o principal artigo comercializado é “8471 - Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos”; porém, o volume exportado é praticamente cinco vezes maior do que o volume importado (em US\$). A importância relativa deste Capítulo aumentou entre 2001 e 2014 em ambas as pautas.

Tabela 3 - Importações da China provenientes do Mundo, por Capítulo HS (US\$ milhares)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	243.552.881	100,0	659.952.762	100,00	1.396.001.600	100,00	1.958.021.301	100,00
'85	Equipamentos Elétricos, Eletrônicos	55.881.167	22,9	174.835.242	26,49	314.282.498	22,51	424.349.528	21,67
'27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação	17.516.515	7,2	64.088.956	9,71	188.965.812	13,54	316.836.741	16,18
'84	Máquinas, Reatores Nucleares, Caldeiras, etc.	40.534.480	16,6	96.283.691	14,59	172.150.025	12,33	179.408.835	9,16
'26	Minérios, escórias e cinzas	4.175.734	1,7	26.032.520	3,94	109.386.524	7,84	134.861.278	6,89

'90	Equipamento ótico, fotográfico, técnico, etc.	9.775.006	4,0	49.963.325	7,57	89.919.369	6,44	105.788.595	5,40
-----	-----------------------------------------------	-----------	-----	------------	------	------------	------	-------------	------

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Tabela 4- Exportações da China para o Mundo, por Capítulo HS (US\$ milhares)

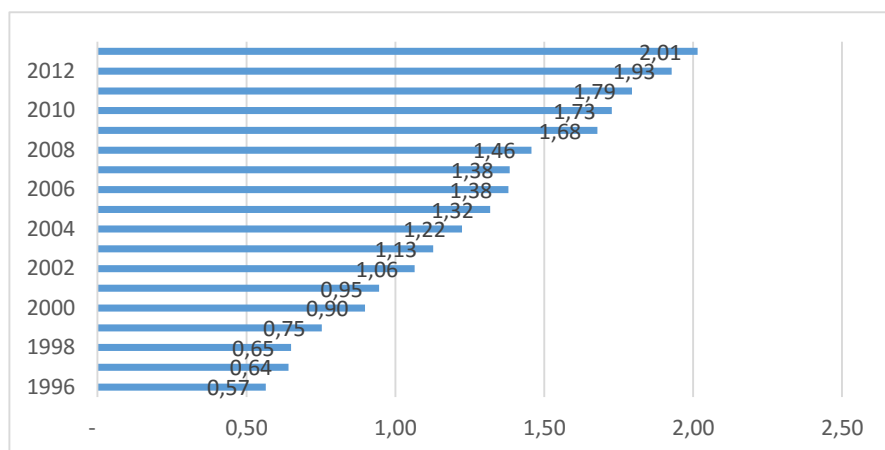
Capítulo HS	Descrição	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	266.098.209	100,00	761.953.410	100,00	1.577.763.800	100,00	2.342.343.011	100,00
'85	Eletrônicos, equipamento elétrico	51.299.483	19,28	172.313.776	22,61	388.755.010	23,48	570.939.696	24,37
'84	Máquinas, Reatores Nucleares, Caldeiras, etc.	33.579.011	12,62	149.694.351	19,65	309.813.672	18,63	400.844.172	17,11
'94	Móveis, iluminação, construções pré-fabricadas	7.559.205	2,84	22.361.426	2,93	50.584.032	3,13	93.374.041	3,99
'61	Vestuário e seus acessórios, de malha	13.455.949	5,06	30.870.775	4,05	66.710.933	4,22	91.991.969	3,93
'62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	18.952.050	7,12	35.030.828	4,60	54.361.478	3,32	81.446.011	3,48

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

A relevância de produtos tecnológicos na pauta exportadora chinesa torna-se evidente, e muito deve-se aos aumentos em P&D realizados pelo governo chinês. Como anteriormente visto, os IED e as ZEE chinesas foram grandes responsáveis pelas inovações e transferências tecnológicas, até porque muitas empresas só eram autorizadas a adentrarem o país mediante transferências tecnológicas ou abertura de centros de P&D (processo ilegal atualmente). Aumentar a intensividade tecnológica dos produtos e da indústria do país também tornou-se parte de alguns Planos Quinquenais do governo. Como pode ser visto na tabela 9, em 1996 os gastos com P&D eram de apenas 0,5% do PIB. Em 2013, os gastos quadruplicaram, e chegaram a 2% do PIB. Como descreve Sarquis (2011),

Há muitos anos a China superou o Brasil em número de patentes registradas e publicações de artigo científicos e se coloca, assim, em condição para especializar-se na produção de bens intensivos em capital sofisticado e mão de obra qualificada. (SARQUIS, 2011, p. 185).

Gráfico 9 - Gastos com P&D na China, 1996-2013 (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial.

O IED chinês evoluiu aos poucos a partir das reformas de 1978. Inicialmente, eram cautelosos e regulamentados pelo Estado, e apenas empresas estatais selecionadas eram permitidas. A partir de 1986 o governo passou a encorajar mais a internacionalização das empresas, principalmente empresas que estimulassem as exportações chinesas e que suprissem necessidades de recursos naturais do país. Entre 1992 e 1998 o IED expande-se mais, e é incluído na estratégia de desenvolvimento nacional da China. A crise financeira asiática de 1997-98 pode ser novamente vista, com efeitos que diminuíram o IED, tanto de entrada quanto de saída. Em 2000, o governo lança a estratégia do “*Go Global*” que, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil China (2012),

Promoveu e apoiou a internacionalização de empresas chinesas por meio de políticas favoráveis aos investimentos no exterior, [...] como: descontos de imposto de exportação, assistência de câmbio e apoio financeiro direto, particularmente em atividades de comércio que promovessem as exportações de matérias-primas, máquinas e equipamentos, e em setores de indústrias leves como têxteis. (CEBC, 2012, p. 26)

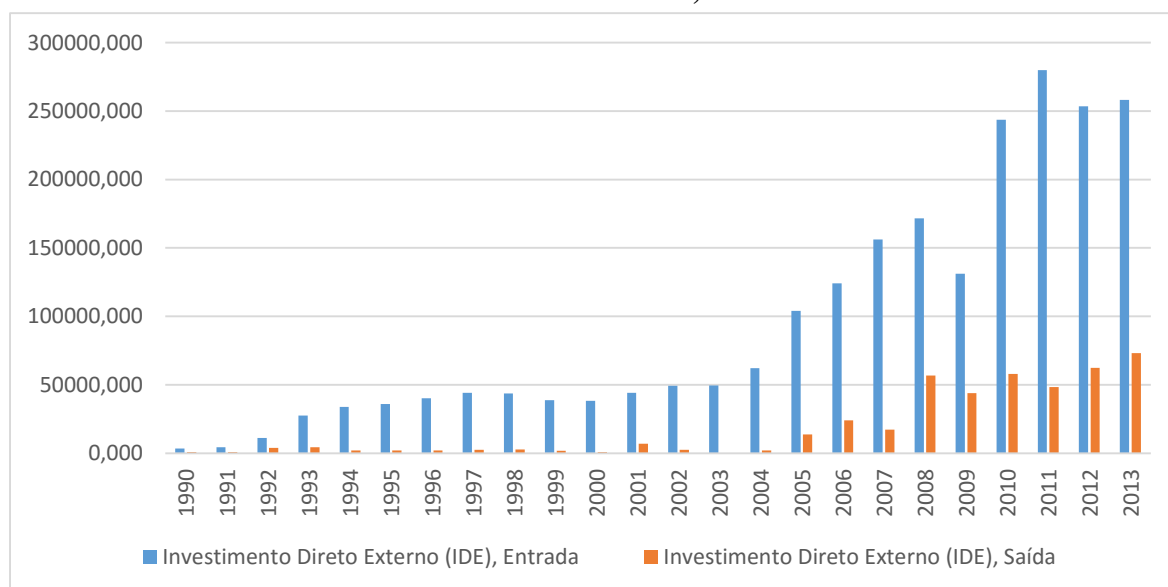
Até 2002, apenas companhias estatais eram possibilitadas de investirem no exterior, o que mudou em 2003, quando as empresas privadas também obtiveram este direito. Em 2001 a China adere à OMC e expande sua abertura à economia internacional, e os IED aumentam progressivamente. O 11º Plano Quinquenal reforçou a política de “*Go Global*”, com o intuito de “*aumentar a competitividade das empresas e da economia como um todo*” (CEBC, 2012, p. 26). A partir de 2005, há expressivo aumento do IED chinês, com notabilidade para o ano de 2008, em que houve um IED de US\$ 56.742 bilhões, maior do que o registrado em 2009. A partir de 2010 os investimentos tornam-se mais expressivos, e em 2013 registrou-se o valor de US\$ bilhões em IED.

À luz da política de estímulo de IED, de acordo com Cintra (2013),

Em 2007 iniciou-se o funcionamento da Corporação de Investimentos da China (CIC), um fundo de inicialmente US\$200 bilhões, destinado à aplicar as reservas internacionais do país em investimentos externos, e utilizado principalmente para a compra de ações de empresas em diversos setores nas diversas regiões do mundo. (CINTRA, 2013, p.9).

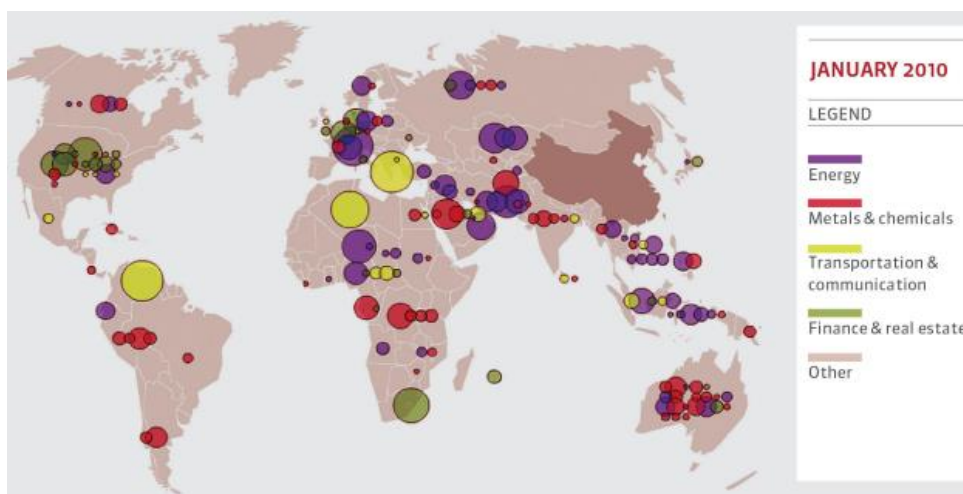
Segundo a Gráfico 10, a maior parte dos investimentos chineses destinam-se à África, Austrália e Oriente Médio. Em sua maioria, são investimentos feitos na área de energia e metais e químicos. A área financeira é mais concentrada nos EUA e na Europa, ainda que possua investimentos também na África. A América Latina só começou a receber IED chinês de forma mais notável a partir de 2010, e ainda mostra-se pouco explorada.

Gráfico 10 - Investimento Externo Direto da China, 1990-2013



Fonte: Organization for Economic Co-operation and Development

Gráfico 11 - Investimento Externo Direto da China no Mundo, 2010



Fonte: Heritage Foundation. Retirado de CEBC (2011).

Ainda segundo observações do Conselho Empresarial Brasil-China¹³ (CEBC) (2011),

Do ponto de vista do governo, o IED atende a múltiplos objetivos, como reduzir a dependência da China em relação a reservas cambiais de retorno excessivamente baixo e permitir que empresas chinesas garantam suprimentos de energia e matérias-primas de longo prazo. Finalmente, é um veículo importante para a maior integração da China no sistema econômico global, fortalecendo a cooperação econômica e criando alianças políticas com os países receptores. Ademais, o acesso aos mercados estrangeiros, capital, novas tecnologias e conhecimentos de gestão contribuirão para aumentar ainda mais o poder econômico da China e, sobretudo, a competitividade de suas empresas. (CEBC, 2011, p. 27).

Este capítulo tratou acerca dos fatores que marcaram a ascensão chinesa, reconhecida atualmente pelo alto desempenho do PIB, pauta exportadora de alta tecnologia, investimentos em P&D e grandes montantes de IED pelo mundo. As Reformas realizadas por Deng abriram a economia chinesa para a economia internacional e transformaram o modo de produção e inserção externa do país, que passou a ser pautada pela exportação de produtos manufaturados. O papel do Japão e dos EUA também foi fundamental para a abertura do país para o mundo, na forma que mostraram o caminho para um mercado internacional amplo que estendeu-se para todo o mundo e culminou na adesão do país à OMC. Porém, as transformações recentes na China modificaram alguns aspectos do desempenho econômico do país. A China despreendeu-se do modelo de Deng de manufatura leve e desenvolveu uma indústria pesada forte, estimulada principalmente pela urbanização e investimentos em infraestrutura no país, o que desenhava duas grandes necessidades chinesas: segurança energética e segurança alimentar. A China, carente de recursos naturais para abastecer a indústria pesada e a população crescentemente urbanizada, foi compelida a estreitar laços com países ricos em matérias-primas, como América Latina, África e Austrália. O capítulo seguinte abordará os interesses do país no que tange à aproximação com a AL e uma breve análise dos padrões de relacionamento com países selecionados da região, cujos laços são pautados primordialmente pela exportação de *commodities* latino-americanos para a China em troca de produtos manufaturados para os latino-americanos.

¹³ O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) foi fundado em 2004, e “é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, no Brasil e na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países. O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países. A agenda de trabalho envolve contatos com autoridades de ambos os governos, reuniões periódicas com empresas brasileiras e chinesas, seminários temáticos, mecanismos de intercâmbio de experiências empresariais e divulgação de estudos relevantes para as atividades empresariais” (CEBC, 2016). Disponível em: <http://www.cebc.org.br/pt-br/sobre-o-cebc/institucional/quem-somos>.

4. CHINA E AMÉRICA LATINA: INTERESSES, APROXIMAÇÃO E PADRÃO DE RELACIONAMENTO

Como visto na seção anterior, as mudanças na dinâmica interna chinesa, desde as reformas iniciadas em 1978 e principalmente após 2002, fizeram com que o país mudasse suas necessidades e se voltasse para *commodities* a fim de atender a demanda interna. As mudanças produtivas criaram diferentes necessidades energéticas, infraestruturais, populacionais e alimentícias, de forma que o país precisou recorrer a fontes externas para garanti-las. A política de “*Go Global*”, desenvolvida pela China desde os anos 1990, procura aumentar os recursos do país no exterior, e nos últimos anos também cumpre o papel de garantir o acesso chinês às fontes de recursos naturais no mundo.

Assim, este capítulo procura entender como a América Latina (AL) articula-se com os objetivos e necessidades chinesas, já que o país aproximou-se, como nunca antes, de países exportadores de *commodities*, principalmente na África, América Latina e outros lugares, a fim de suprir suas demandas. Então, uma análise do panorama comercial de relacionamento China-AL permitirá delinear as mudanças para o último no decorrer do século XXI.

Para um melhor entendimento acerca do papel e expectativas chinesas para a AL e, em especial, o Brasil, deve-se fazer uma análise de sua formulação estratégica política, conformados como a Grande Estratégia (GE) chinesa. A partir disso, entende-se seus objetivos e as ações que estruturam sua realização, ou seja, o guia do plano de ação chinês. A estratégia política chinesa poderia ser resumida em três objetivos estratégicos interligados, apontados por Swaine e Tellis (2000, apud AZEVEDO, 2011):

- 1) Preservação da ordem interna e do bem-estar do povo, diante das diferentes formas de conflitos sociais.
- 2) Defesa diante das persistentes ameaças externas à soberania nacional e à integridade territorial.
- 3) Obtenção e manutenção da influência geopolítica da China como Estado proeminente.” (SWAINE E TELLIS, 2000, apud AZEVEDO, 2011, p. 11-12).

O primeiro objetivo busca a harmonia social através da ordem interna (hierarquia e leis). Ele depende do provimento da segurança energética e segurança militar, que são as condições objetivas de sobrevivência as pessoas. O segundo objetivo busca uma China una, que incluiria os territórios reivindicados pelo país, como a ilha de Taiwan. O terceiro objetivo busca uma harmonia social hierárquica no plano internacional, de forma que é elemento necessário para a paz entre os povos. Estes objetivos serão fundamentais para explicar o panorama sobre o qual se baseiam os objetivos chineses na AL.

A título de simplificação, América Latina se referirá aos conjuntos de dados de todos os países da América Latina e Caribe, enquanto que a menção a “países selecionados” irá se referir aos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Assim, haverá maior facilidade quando houver a necessidade de um detalhamento maior acerca das informações, de forma a demonstrar mais claramente tendências em alguns setores. Na última parte deste capítulo, as relações bilaterais entre Chile, Argentina, e Peru (os países com as maiores taxas de participação da China nas importações totais) serão brevemente expostas de forma a entender de forma mais específica os padrões de relacionamento com a China.

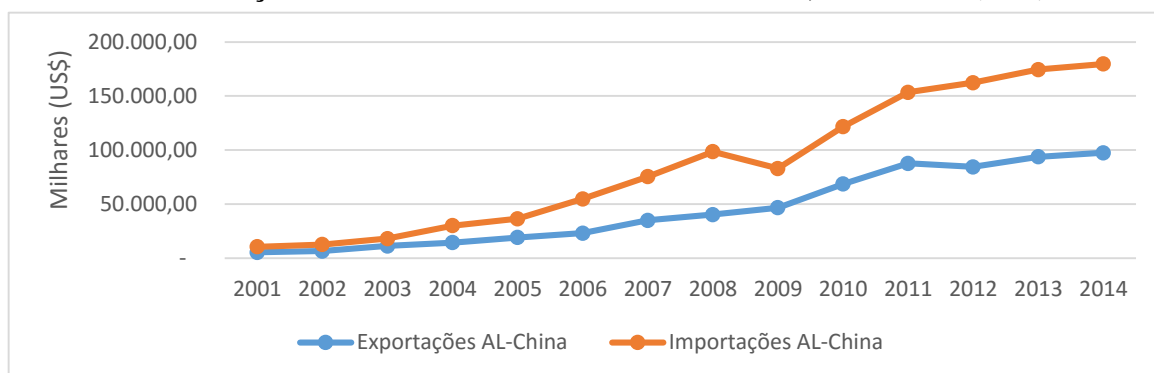
4.1. INTERESSES CHINESES NA AMÉRICA LATINA

Desde as reformas iniciadas em 1990, e principalmente após as mudanças ocorridas na década de 2000, o principal objetivo das empresas chinesas através da estratégia de *go global* na AL¹⁴ é garantir o acesso às fontes minerais e energéticas para a indústria, e a provisão de alimentos ao seu crescente contingente populacional. O país também considera a AL como um importante mercado para a diversificação da exportação de seus produtos, principalmente após a retração de outros mercados tradicionais após a crise econômica de 2008 (CINTRA, 2013). Para além dos fatores econômicos, também é relevante a questão de Taiwan para a Política Externa chinesa, principalmente na AL, já que 12 dos 23 países que reconhecem a sua independência da China estão localizados na região. Por fim, a China busca parcerias estratégicas na AL, como forma de aumentar sua influência no local.

A Gráfico 12, abaixo, ilustra o aumento do fluxo comercial progressivo entre AL e China, no período de 2001 a 2014, e sua compreensão será desmembrada nos tópicos que se seguirão.

¹⁴ América Latina e Caribe é uma região composta por 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela

Gráfico 12 - Evolução do Comércio Total entre AL e China, 2001-2014 (US\$)

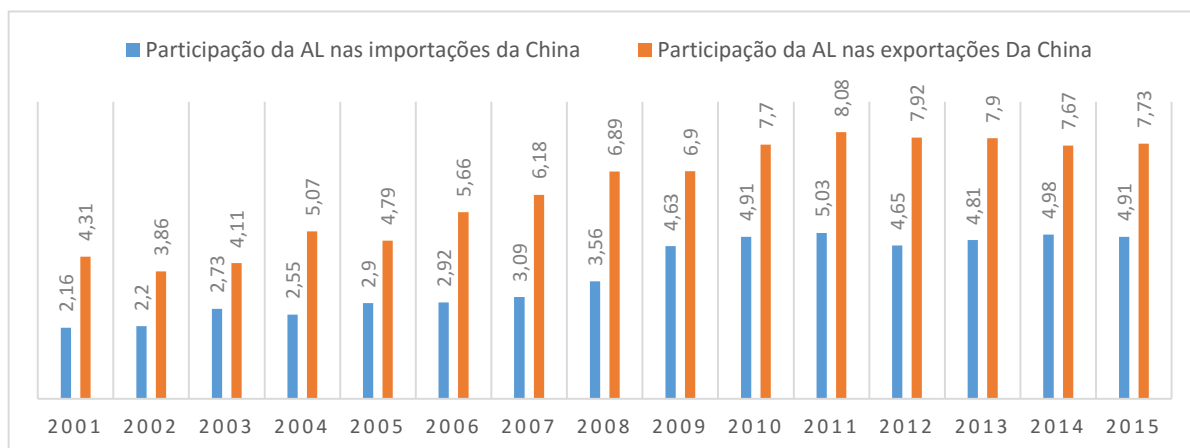


Fonte: UNComtrade. Elaboração própria

4.1.1. América Latina como fornecedora de recursos naturais

O primeiro objetivo estratégico chinês baseia-se no bem estar do povo, o que implica o provimento de segurança energética e alimentar do país. A AL é rica em recursos naturais, e tornou-se fundamental para o provimento das necessidades do país à medida em que as exportações de produtos primários intensificaram-se ao longo dos anos 2000. No ano de 2001, a AL representava apenas 2,1% das importações chinesas e participava de 4,3% as exportações totais do país (Gráfico 13). Pode-se notar que estes números praticamente duplicaram no decorrer de 10 anos, com ápices de participação da AL nas importações e exportações chinesas de 5% e 8%, respectivamente, no ano de 2011, com estabilização das taxas a partir de então. Mesmo que a participação no comércio global da china ainda seja relativamente pequena, sua importância aumentou principalmente após a crise internacional de 2008, concomitante a perda de importância relativa de mercados parceiros tradicionais como os EUA e a União Europeia (UE) (CINTRA, 2013).

Gráfico 13 - Participação da América Latina nas importações e exportações da China (%)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Tabela 5 – Exportações da AL para a China, por Capítulo HS (US\$ mil)

Capítulo HS	Descrição do produto	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos e frutos diversos	1.369.904	25,9	3.460.115	18,1	11.453.046	16,7	20.061.313	24,3
26	Minérios, escórias e cinzas	944.212	17,9	5.336.114	27,9	23.543.151	34,3	19.371.864	23,5
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação	117.348	2,2	813.515	4,3	7.128.379	10,4	13.480.175	16,3
74	Cobre e suas obras	413.338	7,8	2.411.929	12,6	12.930.802	18,9	10.223.483	12,4
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar	378.079	7,2	620.753	3,2	1.855.259	2,7	2.961.535	3,6
2	Carnes e miudezas, comestíveis	20.619	0,4	107.644	0,6	343.323	0,5	2.059.389	2,5
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	131.878	2,5	109.761	0,6	668.378	1,0	1.514.202	1,8
TOTAL	Todos os produtos	5.279.929	100,0	19.134.827	100,0	68.546.089	100,0	82.556.684	100,0

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

A partir da tabela 5, pode-se notar que a AL exporta primordialmente produtos primários – ainda que a categoria de veículos automóveis também esteja entre as principais exportadas, é pouco significativa frente à soma total das categorias de produtos primários e, inclusive, diminuiu sua participação relativa entre 2001 e 2014 para apenas 1,8%. O Capítulo 12 (sementes e frutos) é composto por exportações do grão de soja em quase sua totalidade, o qual representou 20% das exportações totais latino-americanas para a China em 2014 (equivalente a US\$ 20,1 bilhões).

O Capítulo 26 (minérios, escórias e cinzas) aumentou sua participação relativa em 5% nos 13 anos. O principal produto exportado é o minério de ferro, que representa 14% das exportações totais da AL para a China. Já o Capítulo 27 (combustíveis minerais), aumentou sua parcela relativa nas exportações para o país em 14,1%, representando 16,3% em 2014, equivalente a US\$ 13.480.175, e é composto principalmente pelo petróleo cru. Conjuntamente, o Capítulo 26, 27 e 74 (cobre e suas obras) corresponderam a 52,2% das exportações totais latino-americanas para o país asiático.

Isto se deve, em parte, pela grande demanda chinesa por insumos energéticos, como petróleo, carvão e minério de ferro, tanto para abastecer sua demanda energética, quanto para suprir as necessidades infraestruturais crescentes. Como visto no capítulo 2, a China passou de autossuficiente em petróleo para grande importadora do insumo, e recorreu ao mercado internacional para suprir sua demanda. A AL é a segunda região do mundo que mais possui

reservas petrolíferas, cerca de 20,1% do total mundial, atrás apenas do Oriente Médio (47,1%), de acordo com a *British Petroleum* (BP). Do total de petróleo importado pela China, 10% provem da AL, e destes, 17,5% são fornecidos pela Venezuela.

Tabela 6 - Reservas de petróleo na AL e importação chinesa de petróleo da AL, 2014

Reservas de Petróleo na América Latina 2014				China - Importação de Petróleo 2014		
	Milhões de barris	% do total	Média R/P		Barril/Dia	%
México	11,1	0,7%	10,9			
Argentina	2,3	0,1%	10,1	América Latina	765	10,10%
Bolívia	16,2	1,0%	18,9	Total Imp. China Mundo	7539,60612	100%
Brasil	2,4	0,1%	6,8			
Colômbia	8	0,5%	39,4			
Peru	1,6	0,1%	40,2			
Trinidad & Tobago	0,8	w	20,3			
Venezuela	298,3	17,5%	*			
Outros Am. Do Sul e Central	0,5	w	9,6			
Total AL	341,3	20,10%	*			

Fonte: British Petroleum. Elaboração própria.

Atualmente, a China é o principal destino das exportações latino-americanas, de forma que sua participação nas exportações totais aumentaram de 4,3% em 2001 para 12,3% em 2014. O Chile é o país que mais exporta relativamente para os chineses: 24,5% de suas exportações totais; seguido do Peru (18,2%) e Brasil (18%) (Tabela 7). Porém, em termos valorativos, o Brasil foi o que mais exportou para os chineses, com um total de US\$ 40,6 bilhões em 2014. Ao final deste capítulo, a relação entre estes três países e a China será desmembrada.

Tabela 7 - Participação da China nas exportações totais dos países selecionados, 2001 e 2014 (US\$)

País	2001	% das exportações totais do país	2014	% das exportações totais do país	Posição da China como parceiro comercial - Exportação - 2014
Argentina	1.122.612,00	4,22	4.461.619,00	6,53	2°
Brasil	1.902.122,00	3,26	40.616.108,00	18,04	1°
Chile	1.065.036,00	5,68	18.827.696,00	24,57	1°
Colômbia	19.907,00	0,16	2.263.725,00	4,13	3°
México	384.785,00	0,24	5.964.133,00	1,50	3°
Panamá	3.199,00	0,37	69.459,00	8,49	4°
Paraguai	10.710,00	1,08	30.043,00	0,31	36°
Peru	426.251,00	6,24	7.024.630,00	18,27	1°
Venezuela	101.464,00	0,40	254.069,00	0,29	7°
Total AL	266098209	4,35	2.342.343.011,00	12,34	1°

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

4.1.2. América Latina como grande mercado consumidor

A AL também interessa aos chineses devido ao grande mercado consumidor potencial que possui. No contexto da crise internacional de 2008, os países desenvolvidos tiveram o crescimento econômico desacelerado, algumas economias até mesmo se contraíram, minando as exportações dos produtos chineses a tais mercados. A fim de manter o seu crescimento econômico, a China viu-se obrigada a procurar novos mercados para seus produtos, de forma que a AL tornou-se uma de suas alternativas. Segundo Cintra (2013, p. 36), “*com uma população de mais de 600 milhões de pessoas e uma economia de US\$ 4 trilhões, a AL é um mercado atrativo para os produtos chineses*”; e a população latino americana predominantemente de renda média permite um poder aquisitivo favorável à compra dos produtos chineses, principalmente pelo fato de serem baratos.

Tabela 8 - Participação da China nas importações totais dos países selecionados, 2001 e 2014 (US\$)

País	2001	% das importações totais do país	2014	% das importações totais do país	Posição da China como parceiro comercial - Importação 2014
Argentina	1.156.737,47	5,69	10.703.416,63	16,39	2º
Brasil	1.222.098,32	2,20	37.340.607,03	16,30	1º
Chile	949.498,27	5,88	15.103.847,81	20,88	1º
Colômbia	355.825,08	2,78	11.790.385,22	18,41	2º
México	2.877.853,59	1,71	66.255.965,39	16,56	2º
Panamá	216.680,65	7,26	3.146.407,66	22,96	3º
Paraguai	260.371,15	11,93	3.078.316,21	25,30	2º
Peru	288.808,96	3,95	8.924.519,81	21,15	1º
Venezuela	215.242,99	1,31	5.827.324,05	15,31	2º
Total AL	10.485.071,00	0,17	176.362.720,00	15,90	2º

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Segundo dados do UNComtrade, no ano de 2001, a AL importava US\$10.485.71,00 em produtos provenientes da china, e em 2014 nota-se um aumento relativo de 16,3% das importações, de forma que ao país exportou para a região mais de US\$176 bilhões (Tabela 8). Em 2001 a China ocupava a 6ª posição dentre os principais parceiros comerciais latino-americanos no quesito importações totais, e em apenas dois anos (2003) tornou-se o 2º país que mais exporta produtos para a AL, e manteve-se nesta posição até 2014. Dos países selecionados, três possuem a China como principal exportador: Brasil, Chile e Peru. O México, mesmo tendo os chineses como 2º maior parceiro comercial, atrás dos EUA, é o país que mais importa do país: mais de US\$66 bilhões no ano de 2014.

Como pode ser visto na Tabela 9, a gama de produtos exportados para a AL difere grandemente daqueles que a região importa. Enquanto a AL exporta produtos primários,

importa bens industriais, mais intensivos em tecnologia, principalmente aparelhos elétricos telefônicos, televisivos e de som.

Tabela 9 – Importações da AL provenientes da China, por Capítulo HS (US\$ mil)

Capítulo HS	Descrição do produto	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
'85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes; aparelhos de som, aparelhos de imagens e de som em televisão e suas partes	2.563.520	24,4	11.894.344	32,6	41.231.435	33,9	57.064.989	31,7
'84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	1.527.753	14,5	7.237.687	19,8	25.038.110	20,6	35.739.856	19,9
'87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	260.464	2,4	1.035.724	2,8	4.097.866	3,3	7.758.251	4,3
'73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	208.837	1,9	721.476	1,9	2.886.618	2,3	5.204.043	2,9
'39	Plástico e suas obras	330.016	3,1	997.901	2,7	2.870.710	2,3	5.129.732	2,8
'29	Produtos químicos orgânicos	432.405	4,1	1.089.128	2,9	3.405.725	2,8	5.379.232	3,0
'90	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	350.138	3,3	1.096.848	3,0	3.821.429	3,1	4.605.251	2,5
Total	Todos os produtos	10.485.071	100	36.464.713	100	121.539.857	100	179.596.865	100,0

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Dos principais produtos importados pela AL, todos possuem valor agregado em algum nível, e a maior parte deles são altamente tecnológicos. A importação do Capítulo 85 é a mais significativa, aumentou 7% relativamente as importações totais em treze anos, e representou 31,7% das importações latino-americanas da China; destes, os produtos mais importados são referentes a aparelhos telefônicos. O Capítulo 84 também obteve aumento relativo de 5% durante o período, e é representado principalmente pela importação de máquinas de processamento, ares condicionados e partes de computadores. Ambos os Capítulos (85 e 84), como será visto a seguir, são importados em grandes quantidades pelos principais países latino-americanos, e apenas os dois conjuntamente representaram 51,6% das importações totais da AL provenientes da China em 2014.

Cintra (2013, p. 38), destaca que estudos recentes de Célio Hiratuka apontam que os setores de informática, máquinas e equipamentos tem aumentado de importância ao longo dos

anos 2000, enquanto produtos mais tradicionais diminuíram de importância, como vestuário, brinquedos e calçados, o que demonstra a evolução da pauta exportadora chinesa para produtos manufaturados intensivos em tecnologia e capital.

Entra aqui em questão o debate acerca de uma possível “desindustrialização” da AL. O fato de as exportações latino-americanas basearem-se essencialmente em produtos primários, enquanto perde a competitividade de seus produtos manufaturados em outros mercados devido à concorrência chinesa, aponta para uma possível dependência da região em produtos primários para a continuidade de seu crescimento econômico. Questiona-se, inclusive, se a relação AL-China baseia-se na complementariedade econômica ou na dependência de uma relação centro-periferia, assunto que será discutido ao final deste estudo (*ibid*).

4.1.3. América Latina para a questão da Ilha de Taiwan

O segundo objetivo estratégico chinês é a defesa da sua soberania e integridade territorial, e se refere à busca de uma China una, inclusive pelos territórios que reivindica. Neste contexto, torna-se ímpar a tentativa de isolar a Ilha de Taiwan, já que esta pode declarar independência caso seja reconhecida internacionalmente. A AL tornou-se uma região estratégica na defesa de tal interesse porque 12 dos 23 países que reconhecem Taiwan como um governo independente, estão localizados na América Latina e Caribe (Belize, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas).

Deste modo, China e Taiwan procuram aumentar sua influência na região como forma de maior reconhecimento e legitimidade. Utilizam-se de estratégias diferentes, conforme explana Cintra (2013):

Taiwan tem promovido o comércio e investimentos, oferecido assistência econômica e firmado acordos internacionais nas regiões onde é reconhecido. Na América Central, por exemplo, Taiwan fez acordos de livre comércio com Panamá, Nicarágua e Guatemala. [...] Mas a China tem ganhado terreno na região por meio de métodos diplomáticos discretos e consistentes, principalmente no que tange a explorar as fraquezas financeiras dos governos locais. (CINTRA, 2013, p.39).

Ainda segundo Cintra (2013, p.40), esta busca por reconhecimento demanda grandes recursos financeiros, já que “*alguns Estados têm buscado se beneficiar dessa rivalidade por meio de obtenção de empréstimos, créditos, investimentos e concessões*” para apoiar um ou outro; apesar disso, Taiwan encontra dificuldades crescentes na competição com a China, no âmbito da AL, face ao notável crescimento econômico e aumento dos IED realizados pelo último.

4.1.4. América Latina como Parceria Estratégica

Esta face do interesse Chinês na AL remonta ao terceiro objetivo da Grande Estratégia, o qual visa obter e manter a influência geopolítica do país, de forma que torne-se proeminente e proporcione uma harmonia social hierárquica no plano internacional. Para aumentar sua influência além-fronteiras, a China aproximou-se de diversos países e expandiu seu sistema de parcerias estratégicas, tanto acerca de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento. Principalmente a partir de 2003, o número de parcerias estratégicas chinesas aumentou expressivamente, como pode ser observado na Tabela 10 elaborada por Gonçalves e Brito (2010).

Tabela 10 - Parcerias Estratégicas firmadas pela China, 1993-2008

Tabela 1: Parcerias Estratégicas firmadas pela China, 1993-2008	
1993	Brasil
2001	Bolívia
2003	União Europeia, México
2004	França, Itália, África do Sul, Reino Unido, Argentina, Argélia, Índia, Cazaquistão, Paquistão, Portugal, ASEAN,
2005	Espanha, Filipinas, Indonésia, Canadá, Venezuela
2006	Grécia, Nigéria, Alemanha
2008	Vietnã, Coréia do Sul

Fonte: Medeiros (2009) e Mitchell (2007). Elaboração Gonçalves e Brito (2010).

A aproximação com a AL e a África ocorreu principalmente pela utilização de relações diplomáticas estratégicas e do discurso de “Cooperação Sul-Sul”, em que as ferramentas de IED, *soft power* e diplomacia simbólica são frequentemente adotadas. A política externa adotada é conhecida como “Consenso de Beijing”, que busca a não-intervenção em assuntos domésticos e promoção da soberania do Estado, aspectos de grande aceitabilidade por parte dos países em desenvolvimento (CINTRA, 2013).

Especificamente na AL, pode-se depreender da tabela 10 que a China considera como “parceiros estratégicos” o Brasil, Bolívia, México, Argentina e Venezuela. Há diversas interpretações acerca do significado de “parceria estratégica” para os chineses, e na interpretação de Bergsten *et al.* (2008, apud GONÇALVES e BRITO 2010), as parcerias estratégicas cumprem a meta de evidenciar a importância relativa dessas regiões para a consecução dos interesses globais da China, e a meta de promover o conceito de segurança chinês, em que parcerias estratégicas seriam similares ao conceito de alianças. Assim, os

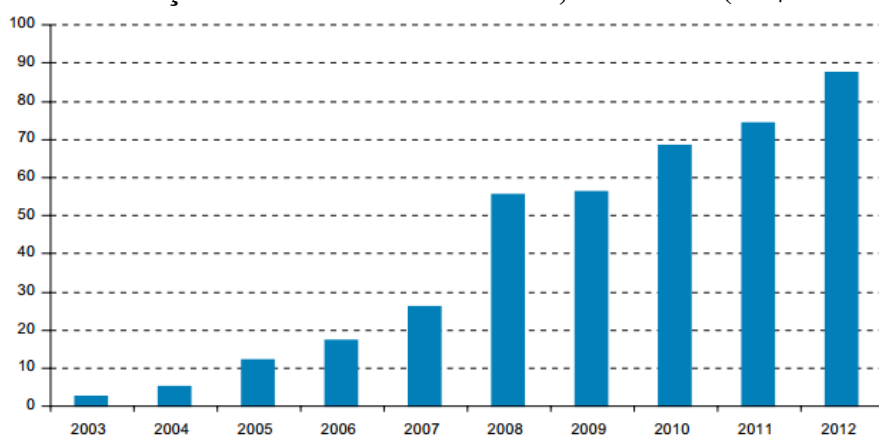
chineses aumentam sua influência sobre a região, enquanto tentam atingir seus objetivos, principalmente energéticos e econômicos; mas possivelmente reconhecem a sensibilidade de fazê-lo em uma região que fora tradicionalmente considerada o “quintal” dos norte-americanos, e tentam convencer aos EUA e o resto do mundo de que suas intenções são pacíficas (CINTRA, 2013).

4.1.5. América Latina como destino de IED

Apesar da relativa distância da China com os latino-americanos nos anos 90, observa-se nos após os anos 2000 um expressivo aumento de IED na AL. Muito deve-se à entrada chinesa na OMC, em 2001, e à política de “*Go Global*” propagada no 10º Plano Quinquenal, a qual estimula as empresas do país a lançaram-se internacionalmente a fim de expandir a presença chinesa comercial em outros locais do globo (Gráfico 14).

A partir de 2008, o país tornou-se um grande investidor estrangeiro, e em 2012 passou a ser um dos três países que mais investem no mundo, com 22,000 empresas estabelecidas em 179 territórios só naquele ano. A Ásia recebe 71% do total de investimentos, e a AL é o segundo principal destino do capital chinês, 13% do total. As empresas públicas possuem as maiores parcelas dos investimentos, os quais se destinaram principalmente para mineração, serviços, construção e finanças (CEPAL, 2013)

Gráfico 14 - Evolução do IED chinês no mundo, 2003-2012 (US\$ bilhões)



Fonte: CEPAL.

Para a Cepal (2013), as regiões para as quais as empresas chinesas destinaram-se demonstram que suas motivações são a procura de recursos, mercados e eficiência, que variam conforme a indústria em questão - quanto aos recursos naturais, o déficit de fontes naturais são

a motivação original para os investimentos de empresas públicas no setor de mineração, por exemplo; no setor manufatureiro, procuram ampliar seus mercados. Em um estudo realizado por Holland & Barbi (2010, apud CINTRA, 2013), as conclusões foram similares às da Cepal, e identificaram quatro objetivos possíveis para o IED chinês: 1- as empresas chinesas buscam garantir acesso e controle às fontes de recursos naturais, de forma que possam manter seu acelerado crescimento econômico e de que garantam a aquisição de *commodities* mais baratos; 2- aumentar a competitividade das empresas chinesas após a entrada do país na OMC; 3- obter mais tecnologias através da compra de empresas estrangeiras; 4- aumentar a influência política do país no mundo.

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os investimentos chineses foram limitados na região entre os anos 1990 e 2010, como pode ser visto na Tabela 11. Nestes vinte anos, a somatória total dos investimentos ultrapassou pouco mais de US\$ 6 bilhões de dólares. A partir de 2010, os investimentos aumentaram exponencialmente: foram mais de US\$ 13 bilhões em um ano, principalmente devido à aquisição de duas empresas petrolíferas no Brasil, pela Sinopec, e Argentina, pela CNOOC. Além disso, outras empresas chinesas adentraram a região, como a State Grid (setor energético), Chery (setor automobilístico) e Chinalco (setor de mineração).

Tabela 11 - IED estimado chinês em países selecionados da Am. Latina, 1990-2012 (US\$ milhões)

	1990-2009	2010	2011	2012
Argentina	143	3 100	2 450	600.00
Brazil	255	9 563	5 676	6 066.63
Chile	...	5	...	76
Colombia	1 677	6	293	996
Ecuador	1 619	45	59	86
Mexico	146	9	2	74
Peru	2 262	84	829	1306.84
Venezuela (Bolivarian Republic of)	240	900
Total	6 342	13 712	9 309	9 206

Fonte: CEPAL.

O direcionamento dos IED quanto aos países em particular são brevemente expostos pela Cepal (2013):

Companies are among the most important foreign players in the oil and gas industry in Argentina, the Bolivarian Republic of Venezuela, Brazil, Colombia and Ecuador, and have a smaller presence in Peru. In mining, Chinese firms have concentrated their investments in Peru and, to a lesser extent, in Brazil. The largest present of Chinese companies outside the natural resources

sector is in Brazil, where there are a number of manufacturing companies operating and at least one large company in electricity services. (CEPAL, 2013, p.12)

De forma geral, como reflexo de uma relação em que a China importa essencialmente *commodities* da AL, as indústrias extrativas recebem a maior parte do capital externo chinês: segundo a Cepal, 90% dos investimentos estimados chineses destinam-se a recursos naturais e energia. Os investimentos mais pesados ocorrem no setor de petróleo e extração mineral, e investimentos mais modestos direcionam-se à agricultura.

De fato, como pode ser observado na Tabela 12, as principais transações realizadas pelos chineses na região destinaram-se a matérias primas.

Tabela 12 - Investimentos chineses na AL – principais transações realizadas pelos chineses na AL (US\$ milhões)

	Uso	Data	Vendedor	Comprador	País Vendedor	Valor
1	matéria-prima	out-10	Repsol YPF Brasil SA	Sinopec Group	Brasil	7.111,0
2	matéria-prima	mar-10	Bridas Corp	CNOOC Ltd	Argentina	3.100,0
3	matéria-prima	mai-10	Peregrino Project Campos Basin	Sinochem Group	Brasil	3.070,0
4	matéria-prima	dez-10	Occidental Argentina Expl	Sinopec Group	Argentina	2.450,0
5	matéria-prima	set-11	CBMM	China Niobium Investment	Brasil	1.950,0
6	matéria-prima	mai-10	Expansion Transmissao Itumbiar	State Grid Brazil Holding Ltda	Brasil	1.702,0
7	matéria-prima	set-05	EnCana Corp-Ecuador Assets	Andes Petroleum Co	Equador	1.420,0
8	mercado	ago-11	GE SeaCo Ltd	Investor Group	Barbados	1.049,0
9	mercado	nov-02	Asia Global Crossing Ltd	Asia Netcom Corp Ltd	Bermuda	870,0
10	matéria-prima	jun-09	MMX Sudeste Mineração SA	Wuhan Iron & Steel Co Ltd	Brasil	400,0
11	mercado	fev-10	Garden Plaza Capital SRL	Skysail Investments Ltd	Barbados	328,0
12	matéria-prima	fev-04	PlusPetrol Norte SA	CNPC	Peru	200,0
13	matéria-prima	mai-09	MMX Mineração e Metálicos SA	Wuhan Iron & Steel Co Ltd	Brasil	120,0
14	matéria-prima	out-08	Pampa de Pongo Property, Peru	Zibo Hongda Mining Ind Co Ltd	Peru	100,0
15	matéria-prima	set-03	Ecuador Block 16	Sinochem	Equador	100,0

Fonte: Dussels (2012 apud Cintra, 2013)

A partir da análise geral acerca dos interesses chineses na AL e panorama geral de sua relação, a compreensão dos laços da China com os países que possuem maiores vínculos econômicos com o país asiático torna-se essencial, a fim de compreender os traços mais marcantes de suas relações bilaterais.

4.2. BREVE PANORAMA DAS REL. ECONÔMICAS ENTRE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E A CHINA: ARGENTINA, CHILE E PERU

Argentina, Chile e Peru são os países que possuem as relações econômicas mais estreitas com a China na América Latina. Ao longo dos anos 2000, a China passou a ser o principal destino de suas exportações, assim como o principal fornecedor de suas importações. Esta rápida aproximação bilateral levou a um padrão com estes três países que é seguido pela maior parte dos países latino-americanos: a exportação de recursos naturais para os chineses, em troca

de produtos manufaturados. Como será visto, os interesses chineses refletem-se da mesma forma nos três os países latino-americanos, mas voltados para as maiores forças de cada um: Argentina como grande exportadora de soja, Chile como grande exportador de cobre e Peru como grande exportador de cobre, petróleo e farinha de peixe.

4.2.1. Argentina

Argentina e China iniciaram suas relações diplomáticas em 1972, quando o latino-americano tornou-se um dos primeiros países a reconhecer a República Popular da China. Desde então, suas relações comerciais também se intensificaram, e em 2014 a China tornou-se o 2º maior parceiro comercial da Argentina, atrás apenas dos EUA. Como demonstrado nas Tabelas 7 e 8 (parte 3.1.), a China representou 6,5% das exportações totais e 16,3% das importações totais argentinas em 2014.

A Argentina é um importante fornecedor de produtos primários para o país asiático, com destaque para a exportação de grãos de soja (Capítulo 12). De 2001 a 2014, a sua importância relativa diminuiu pouco mais de 4%, mas em 2014 ainda representou 68,2% das exportações totais para o país (Tabela 13). Os outros dois principais produtos exportados são sementes e frutos oleaginosos (Capítulo 15) e carnes (Capítulo 02), proporcionalmente muito menores do que as exportações de soja, mas que conjuntamente representam 80,6% das exportações totais do país para a China.

Outros artigos exportados para o país são produtos de girassol, óleos minerais, combustíveis, óleos vegetais e animais, couro e tabaco (CINTRA, 2013). A Argentina é o maior produtor de óleo de soja do mundo, e por muito tempo exportou grandes quantidades para a China. Em 2009 o país chegou a exportar 45% das exportações totais do óleo de soja para a China, mas em 2010 os chineses diminuíram sua demanda pelo produto e passaram a produzi-lo em território nacional, o que minorou o valor agregado das exportações argentinas. Agora, as exportações para o país concentram-se no grão de soja (PETERS, 2015).

Tabela 13 - Exportações da Argentina para a China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	1.122.612,00	100,0	4.461.619,00	100,0
'12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	829.157,00	73,9	3.043.324,00	68,2
'15	Gorduras e óleos animais ou vegetais	6.891,00	0,6	402.422,00	9,0
'02	Carnes e miudezas, comestíveis	4.584,00	0,4	152.185,00	3,4

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

No que tange as importações, em 2014 a China foi o segundo país que mais exportou para os argentinos, US\$ 10,7 bilhões, correspondente a 16,3% de suas importações totais (atrás apenas do Brasil). Estas importações são compostas basicamente por bens industriais, e 30% concentram-se em eletrônicos (Capítulo 85) - um aumento de 10% em relação à participação que teve em 2001. Destes 30%, 44% referem-se a aparelhos telefônicos (produto “8517 - Aparelhos eléctricos para telefonia ou telegrafia”). Além destes, máquinas e reatores nucleares foram de grande importância, e representaram 21,2% das importações argentinas.

Tabela 14 - Importações da Argentina provenientes da China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	1.066.327,00	100,0	10.703.417,00	100,0
'85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	213.662,00	20,0	3.272.857,00	30,6
'84	Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, aparatos e artefatos mecânicos.	219.400,00	20,6	2.271.694,00	21,2
'29	Produtos químicos orgânicos	82.723,00	7,8	920.993,00	8,6

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

De forma sumária, em 2012, as importações argentinas provenientes da China foram compostas 21,8% de bens de capital, 22,5% de bens intermediários, 11,6% de partes e acessórios de bens de capital, 24,7% de bens de consumo e 0,3% de outros. Já as exportações para os chineses foram compostas, em 2012, 57% de bens primários, 29% de manufaturas agrícolas, 11% de petróleo, energia e gás e 3% de manufaturas industriais (DONABAUER *et al.*, 2015).

No que se refere aos IED, Donabauer *et al.* (2015) destaca que:

[...] FDI flows (when measured by official investment statistics) are very low. According to Argentina's Central Bank (BCRA), Chinese FDI in Argentina reached around USD 500 million between 2005 and 2012, barely 0.7% of all FDI inflows to Argentina in that period, although Chinese FDI has been growing tremendously in that period and recorded an acceleration in 2010-2012. (DONABAUER *et al.*, 2015, p. 7)

Para os autores, os investimentos chineses na Argentina são menos concentrados em recursos naturais do que o IED total do país, sendo que 11% direcionaram-se para o setor de mineração (relevantemente o China Metallurgical Group Corporation), 13% para petróleo (Sinopec e CNOOC); a maior parte do IED chinês direciona-se para o setor bancário, 50% (principalmente pelas operações do Banco Industrial e Comercial da China), 9% para o setor industrial e 9% para comércio. Das empresas que investiram no país, a maioria são estatais (State Owned Enterprise – SOEs), principalmente nos setores estratégicos, como o petrolífero (*ibid.*).

Portanto, a relação bilateral Argentina-China é marcada principalmente por produtos primários, baseados em recursos naturais, com grande concentração na exportação de grãos de soja argentinos, em troca de bens manufaturados (principalmente eletrônicos) chineses. O IED chinês no país latino americano é baixo, e não tão concentrado em recursos naturais. De qualquer forma, a relação entre os dois países, como classifica Donabauer *et al.* (2015), baseia-se em um “‘*standard pattern*’ of bilateral trade relations with China for all Latin American countries.” (DONABAUER *et al.*, 2015, p. 3).

4.2.2. Chile

O Chile foi a primeira nação sul-americana a estabelecer relações diplomáticas com a China, ainda em 1970. Em 2001, o Chile apoiou os chineses na entrada à OMC, e em 2006, o foi o primeiro país latino-americano a estabelecer um acordo de livre comércio com a China. Em 2014, o país asiático passou a ser o principal parceiro comercial chileno, mas fica claro, novamente, o interesse chinês em recursos naturais.

O Chile é o país que mais exporta relativamente para a China: em 2014, enviou para o país US\$ 18,8 bilhões em produtos, correspondente a 24,5% das exportações totais chilenas. Desde o início da década, houve uma concentração das exportações chilenas para a China: em 2001, as exportações de “Cobre e suas obras”, “Minerais, escórias e cinzas” e “Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel” representavam 82,2% das exportações totais do país (Tabela 15). Em 2014, apenas os dois primeiros artigos (cobre e minerais) corresponderam a 82,8% das exportações totais para a China. Ainda assim, o Capítulo 26, segundo mais exportado, tem como principal produto comercializado “2603 - Minérios de ferro e seus concentrados”. Desta forma, fica claro que o elemento de maior interesse chinês no Chile é o cobre, já que possui aproximadamente 17% das reservas mundiais do metal. Cintra (2013), assinala que:

O caso do cobre chileno demonstra não apenas o interesse chinês por recursos naturais na América Latina como também a forma como os investimentos chineses têm sido direcionados para ganhar ou melhorar o acesso a esses produtos. Em 2006, China Minmetals injetou US\$550 milhões na Codelco, companhia nacional de cobre chilena. Como pagamento, ficou acertado o fornecimento de mais de 55 mil toneladas de cobre a preços fixos, por 15 anos. Dessa forma, Codelco poderia usar o dinheiro para expandir sua produção e atender a crescente demanda chinesa. (CINTRA, 2013, p. 65)

O cobre é de suma importância para a China devido à sua ampla utilização no setor automotivo e indústrias de eletrônicos, na construção de infraestruturas, construções civis, projetos energéticos, refinarias de petróleo e gás natural, dentre outros setores. Mesmo que

possua reservas do metal, o país que mais consome cobre no mundo, de forma que torna-se fundamental garantir outras fontes do produto (GACHÚZ, 2012).

Tabela 15- Exportações do Chile para a China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	1.065.036,00	100,0	18.827.696,00	100,0
'74	Cobre e suas obras	336.787,00	31,6	9.230.015,00	49,0
'26	Minerais, escórias e cinzas	293.780,00	27,6	6.369.179,00	33,8
'47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel	244.440,00	23,0	1.173.633,00	6,2

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

No que tange às importações, o Chile mantém a China como principal fornecedor de produtos, correspondente a 20,8% das importações totais do país em 2014 (4º país que mais importa na AL). Neste ano, os produtos comercializados seguem a mesma tendência dos demais países latino-americanos: materiais eletrônicos e máquinas e reatores nucleares encontram-se entre os produtos mais exportados pelos chineses para a região, respectivamente 20,9% e 12,4% das importações totais chilenas provenientes da China (Tabela 16).

Tabela 16 - Importações do Chile provenientes da China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	1.013.099,00	100,0	15.103.848,00	100,0
'85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes	134.051,00	13,2	3.162.581,00	20,9
'84	Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, aparatos e artefatos mecânicos.	88.366,00	8,7	1.867.578,00	12,4
'62	Vestuários e seus acessórios, exceto malhas	157.928,00	15,6	1.173.304,00	7,8

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

O acordo de livre comércio entre China e Chile, assinado em 2006, também foi um marco para a relação bilateral dos países. O acordo estabelecia uma redução de tarifas em dez anos, com exceção de setores sensíveis para as economias¹⁵, barreiras ao comércio, defesa comercial, acesso ao mercado, dentre outras, além de colaboração em algumas áreas, como trabalho, segurança e meio ambiente (*ibid.*).

O IED chinês no Chile é muito baixo, quase insignificante. Do total de IED que os chilenos recebem, apenas 0,2% é provenientes da Ásia e, destes, apenas 33,8% tem origem

¹⁵ Conforme Gachúz (2012, p. 142), “such as those representing 1 per cent of Chilean exports and 3 per cent of Chinese exports. It also excluded 152 products, including wheat, sugar, tires, some textiles, metal products and white linen.”

chinesa. Até 2010¹⁶, a China realizou apenas US\$ 2,4 milhões em investimentos, segundo o Comitê de Investimento Externo do Chile.

4.2.3. Peru

O Peru foi o segundo país da AL a reconhecer a República Popular da China diplomaticamente, em 1971. Suas relações estreitaram-se desde então: em 1992 os chineses iniciaram IEDs no país; em 2004 o Peru reconheceu o *status* de economia de mercado da China; e em 2008 estabeleceram uma “parceria estratégica”, seguido da assinatura de um acordo de livre comércio entre ambos em 2009. Em 2014 a China foi o principal parceiro comercial peruano, tanto em importações quanto exportações.

Em 2001, a China representava apenas 6,2% das exportações totais peruanas, e em 2014 este percentual passou para 18,2% - o que torna o Peru o segundo maior exportador relativo da AL para a China, atrás apenas do Chile. O país também exporta fundamentalmente produtos primários para a China, que concentram-se em minérios (Capítulo 26), resíduos alimentares (Capítulo 23) e cobre (Capítulo 74), os quais representam 91% das exportações totais peruanas para a China (Tabela 17). 46% destas exportações totais resumem-se ao produto “2603 – Minérios de cobre e seus concentrados”, os quais representaram US\$ 3,6 bilhões em 2014. “Cobre e suas obras” diminuiu muito sua participação nas exportações, de 59% em 2001 para 9,4% em 2014, mas foi compensado pelo aumento dos minérios de cobre. Seguindo a tendência chilena, o Peru também é grande exportador de cobre para a China.

O Capítulo 23 tem como principal produto exportado a farinha de peixe (HS 2302), e juntamente com o Chile, ambos os países exportam cerca de 80% de toda a farinha de peixe que a China importa. Em 2006, a China Fishery Group comprou a empresa Alexandria Fishing Company e Pesquería Isla Blanca, e em 2007 adquiriu a Pesquería Maru e Pesquería El Pilar (CINTRA, 2013). O acordo de livre comércio também é muito importante para o comércio bilateral, pois cerca de 83% dos produtos peruanos podem adentrar o país asiático com tarifa zero, além de proteger setores menos competitivos do Peru da concorrência chinesa (SANBORN, 2015).

¹⁶ Não foram encontrados dados oficiais mais recentes

Tabela 17- Exportações do Peru para a China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	498.019,00	100,0	8.167.334,00	100,0
'26	Minérios, escórias e cinzas	157.375,00	31,6	5.533.998,00	67,8
'23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	21.831,00	4,4	1.124.025,00	13,8
'74	Cobre e suas obras	293.386,00	58,9	771.412,00	9,4

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

O Peru é o 3º país da AL que mais importa relativamente dos chineses, de forma que a China é o país que mais exporta relativamente aos peruanos, cerca de 21,5% das importações totais do país, o equivalente a US\$ 8.9 bilhões. Novamente, observa-se que os Capítulos mais importados são 85 e 84, correspondentes a 25,6% e 16,2% das importações totais da China (Tabela 18). Porém aqui, o 3º Capítulo mais importado refere-se a “Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios”, que representam 6,7%.

Tabela 18 - Importações do Peru provenientes da China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	%	2014	%
TOTAL	Todos os produtos	353.578,00	100,0	8.924.520,00	100,0
'85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	57.982,00	16,4	2.288.944,00	25,6
'84	Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, aparatos e artefatos mecânicos.	43.423,00	12,3	1.447.112,00	16,2
'87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	10.265,00	2,9	597.460,00	6,7

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

O Peru é um grande destino dos IED chineses na AL. entre 1990 e 2012, ficou apenas atrás do Brasil, mas em 2014 recebeu praticamente metade dos IEDs dos asiáticos na região. A maior parte provém de SOEs, direcionados principalmente para o setor de minas, pesca e hidrocarbonetos. Em 2013, a China foi o 17º país que mais investiu no Peru, mas foi o país que mais investiu no setor de mineração. Cintra (2013) descreve a trajetória de investimentos chineses no setor de minérios:

Em 2004, a CNPC comprou 45% da companhia de petróleo peruana PlusPetrol Norte, tendo desembolsado US\$200 milhões por ela. [...] Em abril de 2007, o grupo de mineração chinês Zijin comprou parte da companhia de mineração inglesa Monterrico Metals, [...]. Em julho de 2007, a Corporação de Alumínio da China (Chinalco) comprou participação na companhia de mineração canadense Peru Copper por US\$792 milhões. Em dezembro do mesmo ano, China Minmetals e Corporação de Cobre Jiangxi compraram a firma canadense Northern Peru Copper por US\$ 446 milhões. Em maio de 2008 Chinalco ganhou um contrato de concessão de US\$2,15 bilhões para operar a mina de cobre Toromocho, a maior mina de cobre do país. (CINTRA, 2013, p. 79-80)

De forma geral, a China possui interesses políticos (Ilha de Taiwan) e econômicos na AL, tanto como mercado para seus produtos manufaturados e crescentemente tecnológicos, como forma de importação de bens que é deficiente. Porém, a AL torna-se marcada principalmente pelo interesse da China em seus recursos naturais, que demonstra-se em dois níveis: pela exportações de *commodities* essenciais para a sua indústria e população e pela forma de IED direcionados aos recursos naturais. As exportações mais significativas da região para os chineses são soja, (exportada primordialmente pela Argentina), petróleo (exportada principalmente pela Venezuela, mas com grande contribuição vários países da AL), minério de ferro (como será analisado a seguir) e cobre (Chile e Peru), os quais possuem papel fundamental para a continuidade do crescimento econômico do país asiático.

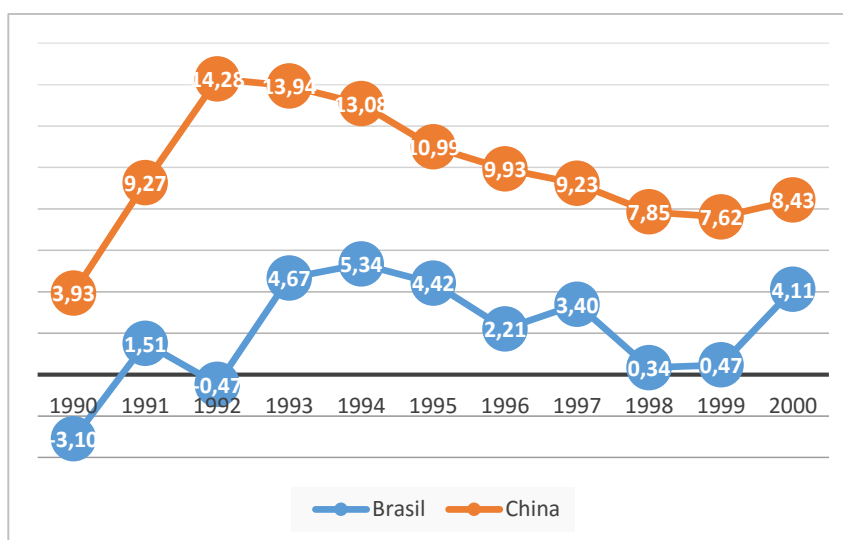
Desenha-se assim um padrão questionável e que suscita muitas dúvidas entre governantes, acadêmicos e empresários, no qual a AL torna-se crescentemente especializada na exportação de seus recursos naturais enquanto importa os bens manufaturados chineses. O próximo capítulo, após uma análise sobre as relações chinesas com o Brasil, buscará conGráficor o relacionamento que vem se desdobrando desde o início dos anos 2000.

5. CHINA E BRASIL: MUDANÇAS QUE LEVAM À DEPENDÊNCIA ECONÔMICA?

Brasil e China mantiveram poucas relações de proximidade durante o séc. XX, e estreitaram mais suas ligações a partir dos anos 1970, assim como grande parte dos países da América Latina. Com o reconhecimento diplomático da República Popular da China por parte do Brasil, em 1974, a qual possuía assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países intensificaram suas relações e normalizaram o relacionamento diplomático no governo do então Presidente Ernesto Geisel.

As trajetórias de ambos os países no que tange a economia internacional nos anos 1990 foram bem diferentes, e podem ajudar a compreender o relacionamento e desempenhos que se desenharam a partir dos anos 2000. Segundo Barbosa e Mendes (2006, apud LUI 2010), na década de 90, enquanto o Brasil passava por uma fase de estabilização econômica e uma situação *stop and go*, com uma média de crescimento do PIB de menos de 2% a.a., a China apresentou um crescimento surpreendente do PIB, a uma média de 10% a.a., baseado em altas taxas de IED, aumento das exportações, crescimento do mercado interno e forte presença estatal no controle econômico. A Gráfico 15 compara o crescimento do PIB de ambos os países no período de 1990 a 2000.

Gráfico 15 - Crescimento do PIB do Brasil e da China, 1990-2000 (%)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Além disso, a China fez grandes investimentos em P&D, o que aumentou o valor agregado e seus produtos e possibilitou a expansão dos produtos chineses no mercado de manufaturados mundial através das exportações. Por outro lado, as exportações brasileiras entre

1990 e 2004 deveram-se à expansão do setor de *commodities* e a desvalorização da moeda nacional, o que tornou o país dependente dos preços do mercado internacional (LUI, 2010, p. 76).

Tabela 19 - Composição do PIB por setor (valor agregado, % do PIB)

		1990	1995	2000	2005	2010	2014
Brasil	Serviços	53,210	66,703	67,728	66,050	67,783	70,809
	Indústria	38,690	27,526	26,749	28,472	27,375	23,969
	Agricultura	8,100	5,771	5,523	5,478	4,842	5,223
China	Serviços	32,381	33,656	39,823	41,402	44,202	48,109
	Indústria	40,896	46,681	45,428	46,869	46,174	42,721
	Agricultura	26,723	19,663	14,749	11,729	9,624	9,170

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Ao analisar-se a participação de cada setor na composição do PIB de ambos os países na Tabela 19, nota-se que ambos possuem baixa participação da agricultura, mas que oferece perspectivas diferentes: na China, o êxodo rural somado aos baixos investimentos no setor, demonstram a efetividade das políticas governamentais no estímulo ao setor de serviços e indústria e da política de abertura comercial; no Brasil, enquanto o setor de agricultura é baixo, o setor industrial também o é comparativamente ao tamanho do setor de serviços, que segundo LUI (2010, p. 58) é *“justificado pela falta de competitividade desse setor perante a concorrência mundial, pelo excesso burocrático em que estes estão inseridos, altos impostos etc.”*.

5.1. A EVOLUÇÃO COMERCIAL NO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000

Uma maior aproximação bilateral comercial entre Brasil e China teve início ainda na abertura comercial principiada no governo Collor, e acentuou-se principalmente após os anos 2000; ainda assim, tal conjectura não ocorreu de forma isolada, mas seguiu padrões de relacionamentos que surgiam entre outros países em desenvolvimento.

Segundo Soares (2013), a aproximação comercial bilateral sino-brasileira acentuou-se nos anos 2000 devido a:

Retomada do crescimento econômico brasileiro, com maior participação do consumo interno; a continuidade do forte desempenho econômico chinês; o desenvolvimento produtivo do país asiático, com maior conteúdo tecnológico, agregando ao valor às mercadorias produzidas, e cada vez mais menos intensivos em trabalho e mais em *commodities* – principalmente metais, minérios e minerais (JENKINS, 2011); a entrada da China na OMC, em 2001; o grande volume de investimentos em infraestrutura executados no país oriental; e a dinâmica recente dos preços internacionais de *commodities*. (SOARES, 2013, p. 61).

Desde o início do séc. XXI, as relações comerciais entre os dois países transformaram-se em cunho, magnitude e intensidade, com mudanças que refletem-se principalmente na corrente de comércio bilateral e nos IED entre os países.

5.1.1. Corrente de Comércio

De acordo com dados da *Unctad*, no ano de 1995, a corrente de comércio entre China e Brasil era de US\$ 1.990 bilhões, e em cinco anos (ano 2000), este número incrementou-se pouco e contabilizou US\$ 2.884 bilhões. O que se observa a partir do ano 2000 é uma grande aceleração da corrente de comércio, o qual em apenas 5 anos cresceu 422%, totalizando US\$ 12.189 bilhões. Entre 2009 e 2010 houve um incremento de 52% da corrente de comércio bilateral, que em 2010 foi de US\$ 56.381 bilhões, e em 2014 contabilizou US\$ 77.961 bilhões, ou seja, um aumento de 2703% em relação ao ano de 2000 (CEBC, 2011, p. 20).

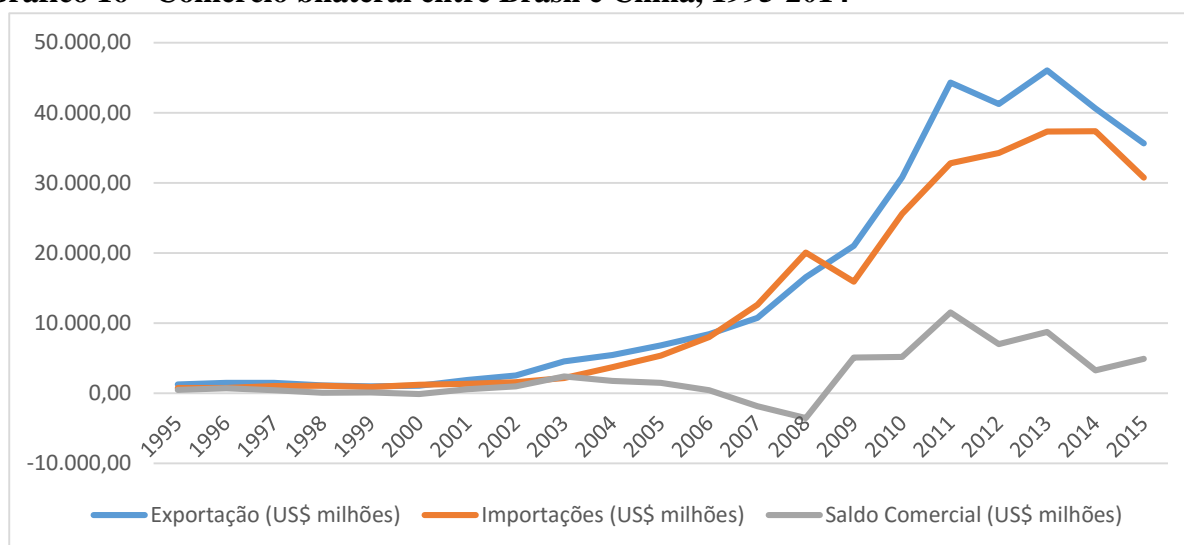
A China também passa a se caracterizar como um importante mercado destino das exportações brasileiras, e passa a ser um dos principais responsáveis pela geração de superávits comerciais a partir de 2000, como pode ser observado na Gráfico 16. Durante os últimos 15 anos, o saldo foi positivo em 12, sendo os anos de 2000, 2007 e 2008 os únicos negativos - tais déficits devem-se, principalmente, à crise internacional de 2008 e a contração o comércio internacional. Já entre 2009 e 2011 há rápida recuperação do saldo comercial, que começa a diminuir entre 2012 e 2015, mas mantem-se positivo.

Tabela 20 - Corrente de comércio bilateral, importações e exportações entre China e Brasil, 1995-2014 (US\$ Milhões)

	1995	2000	2005	2010	2014
Exportação	759,058	1.085,30	6.835,00	30.785,91	40.616,00
Importação	1.231,53	1.222,10	5.354,52	32.787,72	37.345
Corrente de Comércio	1.990,58	2.307,40	12.189,52	56.381,13	77.961,00

Fonte: CEBC e UNComtrade. Elaboração própria.

Gráfico 16 - Comércio bilateral entre Brasil e China, 1995-2014



Fonte: CEBC. Elaboração própria.

O que se observa também é um aumento da importância relativa da China tanto para as importações, quanto para o destino das exportações dos produtos brasileiros. No ano de 2001, dentre as economias que exportam para o Brasil, a China era o 9º maior exportador do país, com exportações na safra de US\$1,328,389 – atrás dos EUA, Argentina, Alemanha, Japão, Itália, França, Coreia e Nigéria. Rapidamente a sua crescente relevância refletiu-se no ganho de posições em um período de tempo relativamente curto: em 2002 a China passou a ocupar a 7ª posição (US\$ 1,553,994) dentre os exportadores brasileiros; em 2003 a 5ª posição (US\$ 2,147,799); em 2004 a 4ª posição (US\$ 3,710,477); em 2006 a 3ª posição (US\$ 7,989,343); em 2007 a 2ª posição (US\$ 12,617,755), atrás apenas dos EUA; e em 2012 tornou-se o principal exportador para o Brasil, superando os EUA (US\$ 34,248,498). A China manteve sua posição, e em 2014 exportou para o Brasil um total de US\$ 37,345,607.

Como pode ser observado na Gráfico 17, a participação da China nas importações brasileiras aumentou 15% entre 2001 e 2014: em 2001, a China exportava apenas 2,3% das importações totais do Brasil, e em 2014 este percentual passou a ser de 17,9%.

Gráfico 18 - Participação da China nas importações do Brasil, 2001-2014 (%)

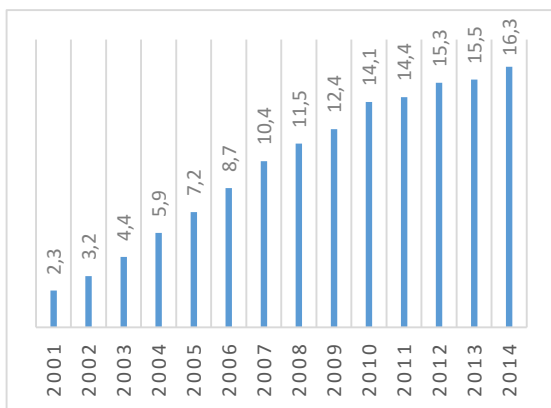
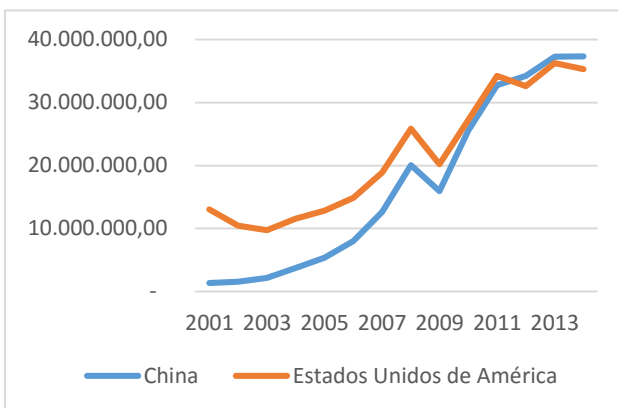


Gráfico 17 - Importações do Brasil provenientes da China e EUA, 2001-2014(US\$)



Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

No que tange às exportações de produtos brasileiros, em 2001 a China possuía uma participação de 3,2% nas exportações totais do Brasil, ocupando a 6ª posição dentre os principais importadores do país, com importações de US\$ 1,902,122. No ano seguinte, o país passou a ocupar a 4ª posição, e importou US\$ 2,520,979 em produtos brasileiros. Em 2003 já ocupava a 3ª posição (US\$ 4,533,363), a qual manteve até 2008. Em 2009, passou a ocupar o 1º lugar dentre os principais importadores brasileiros, superando finalmente os EUA com uma importação anual de US\$ 20,190,831. A partir de então, manteve-se como o principal destino das exportações brasileiras, e em 2014 importou o valor de US\$ 40,616,108, correspondente a 18% de suas exportações totais.

Gráfico 20 - Participação da China nas exportações do Brasil, 2001-2014 (%)

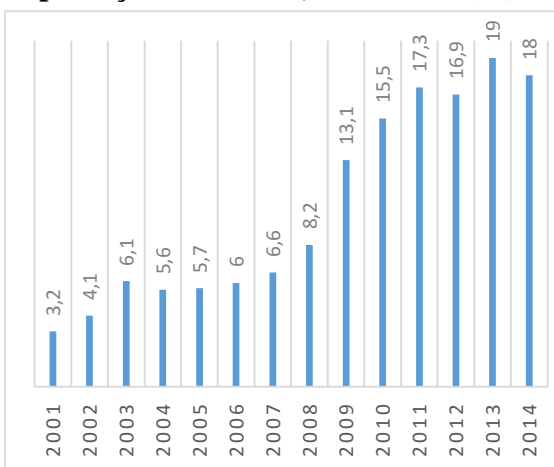
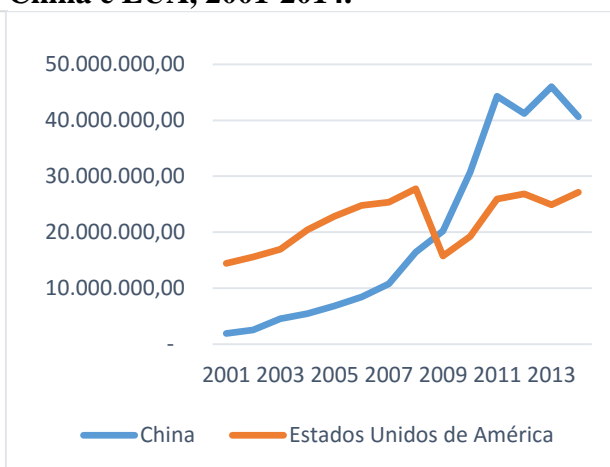


Gráfico 19 - Exportações do Brasil para a China e EUA, 2001-2014.



Fonte: UnComtrade. Elaboração própria.

De forma geral, observa-se que o fluxo entre China e Brasil acentuou-se a ponto de a China tornar-se o principal parceiro comercial brasileiro: desde de 2009 como principal destino dos produtos brasileiros, e desde 2012 como principal fonte de importação brasileira. As importações e exportações brasileiras possuem níveis parecidos, porém desde 2008 as exportações para a China superam as importações provenientes do país. Na AL, atualmente o Brasil é o segundo maior importador da China, atrás apenas do México.

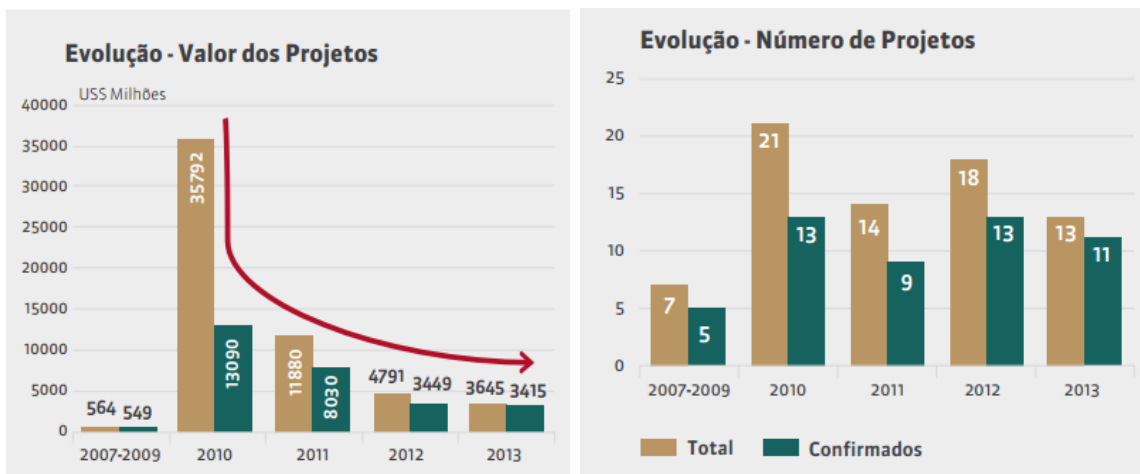
5.1.2. Investimento Externo Direto

Como visto na seção anterior, os IED da China avançaram no mundo e na AL a partir de 2005; porém, o Brasil ainda não era alvo dos interesses de investimentos chineses, os quais eram pouco significativos no território. A partir de 2010, no entanto, as relações sino-brasileiras adentraram uma nova fase, anunciada por grandes fluxos de investimentos chineses no Brasil, e segundo a CEBC (2011, p. 20), *“momento em que a China passo a incorporar as trocas com o Brasil às necessidades da sua economia”*.

Segundo dados da CEPAL, no ano de 2010 houve um influxo de US\$ 9.563 bilhões para o Brasil, o maior da AL (Tabela 11, Cap. 3, p. 50), o que tornou a China uma das maiores fontes de IED para o país. Ainda assim, para a CEBC, os investimentos realizados no Brasil por parte da China não conferem ao país um caráter extraordinário, pois apenas acompanharam o que já vinha ocorrendo em outras partes do mundo (expansão de IED). Além disso, o Brasil fora incluído na base internacional de fornecimento de recursos naturais para a China, juntamente com a Indonésia, Austrália e África, nos quais os principais IED voltam-se para os setores de mineração, petróleo e gás e infraestrutura.

Segundo a CEBC 2011, a maioria dos investimentos anunciados no Brasil deram-se por meio de Fusões & Aquisições (que caracteriza-se pela compra total ou parcial, por parte de estrangeiros, das empresas situadas no país), totalizando 67% dos IED chineses. Tem-se como exemplo a aquisição de 40% das ações da Repsol Brasil por parte da Sinopec, no valor de US\$ 7,1 bilhões. Os investimentos em Greenfield (quando o investidor estrangeiro constrói instalações totalmente novas no país destino) ocorrem em menor volume, 23%, exemplificadas pela Chery, que construiu uma fábrica no interior de São Paulo com o valor de US\$400 milhões. As Joint Ventures são as menos representativas, apenas 10%, a exemplo da joint venture entre Wuhan Iron Steel Group e o grupo EBX para a instalação de uma siderúrgica no valor de US\$ 3,5 bilhões no país.

Gráfico 21 - Evolução dos projetos de investimento chinês no Brasil, 2007-2013.



Fonte: Lista consolidada CEBC.

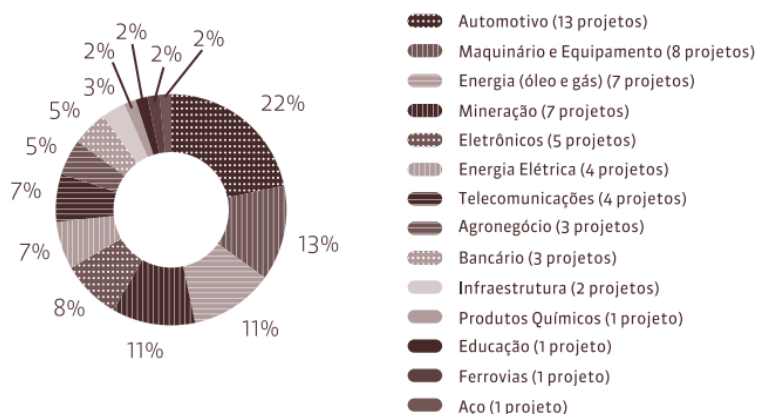
Como pode ser visto na Gráfico 21, nota-se que o valor dos projetos, a partir de 2010 diminuiu; ainda assim, o número de projetos confirmados manteve-se mais ou menos constante durante o período. Como possíveis fatores apontados pela CEBC 2013, pode-se considerar o melhor planejamento das ações empresariais baseados na ampliação do conhecimento sobre a economia e o mercado brasileiro; dificuldades burocráticas e tributárias do sistema brasileiro; a desaceleração da economia brasileira, que apesar de estimular o consumo, possui uma classe média altamente endividada; mudança de desenvolvimento chinês, agora mais voltado para o consumo interno, o que faz com que as empresas planejem estrategicamente seus investimentos de forma a atender o mercado interno do país.

Com os investimentos chineses no Brasil, Pereira & Neves (2011) apontam que:

The winners of this partnership on Brazil's side are easy to point out. Agribusiness (soy and other crops) experienced a boost in productivity and record-levels of export. Vale became, in the past decade, one of the largest mining companies in the world. Petrobras benefited not only from China's demand for oil but also from much-needed Chinese investment in the company amid plans to explore deepsea oil fields off the coast of Brazil.¹⁰ Embraer opened its first airplane factory overseas in China and the country became the company's second largest consumer, behind the United States. Furthermore, Brazil's infrastructure benefited from Chinese investments in the steel sector (Companhia Siderurgica do Atlantico), in a major gas pipeline (Gasoduto Gasene), and in a thermoelectric power plant (Candiota). (PEREIRA, NEVES, 2011, p. 8)

Os setores prioritários de IED chinês em 2010 foram agribusiness (20%), energia (48%) e mineração (20%), os quais refletem o aumento de 202% das exportações de minério de ferro em 2010, e que demonstra que “os chineses estão dispostos a inserir definitivamente o Brasil em sua base internacional de fornecimento de recursos naturais” (CEBC, 2011, p. 24).

Gráfico 22 - Investimentos chineses no Brasil por setor da economia, 2007-2012



Fonte: Lista consolidada CEBC.

No entanto, quando expande-se o período para 2010-2013, a indústria é o setor econômico que mais recebeu projetos (em quantidade) de IED da China no período, com destaque para as empresas automotivas, de eletrônicos e de máquinas e equipamentos, que representam 43% dos projetos anunciados (Gráfico 22). Ainda assim, os maiores valores investidos foram nos setores de petróleo, gás e energia elétrica no período de 2012-2013. Ao lado da Sinopec e Sinochem, que realizaram investimentos em 2010 e 2011, em 2012 e 2013 também juntaram-se ao setor de petróleo e gás as empresas CNPC e CNOOC, com investimentos na ordem de 1,5 bilhões. Já a agricultura, entre 2012-2013, recebeu apenas dois projetos realizados no Mato Grosso do Sul, para processamento de milho, e Acre, para o manejo da madeira (CEBC, 2013). Na área financeira, dois importantes bancos chineses anunciaram o ingresso no Brasil: Industrial & Commercial Bank of China e China Construction Bank (pela compra do Bicbanco) (CEBC, 2013).

Além disso, a maior parte dos projetos de IED chineses direcionam-se para a região Sudeste, concentrando-se 62% nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso acontece principalmente pelos grandes projetos de mineração no Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto que os projetos para atendimento interno concentram-se em São Paulo (CEBC, 2012, p. 15). Os investimentos também expandem-se para outras áreas, como pode ser visto na Tabela 22, que apresenta alguns dos principais investimentos chineses no Brasil.

Tabela 21 - Principais investimentos chineses no Brasil, 2007-2013 (US\$ milhões)

Empresa	Estado	Valor da Operação (US\$ milhões)	Descrição
Sinopec	RJ	13.584	Petróleo e gás
Sinochem	RJ	3.070	Petróleo e gás
Foxconn	SP	3.000	Eletrônicos
State Grid	MT	1.652	Energia
CNPC	RJ	1.500	Petróleo
State Grid Corporation of China	RJ	930	Energia Elétrica
China Construction Bank	SP	810	Bancário
Jac Motors	BA	500	Automotivo
Shaanxi	PE	500	Automotivo
Foxxcon	SP	500	Eletrônicos
Chery	SP	400	Automotivo
Astroenergy	CE	350	Energia
BBCA Group	MS	320	Agronegócio
Cheng Qing Grain Group CO. LTD	BA	300	Agricultura
Huawei	SP	300	Telecomunicações
Shcman	SP	200	Automotivo
Lenovo	AM	150	Eletrônicos
Foton	RS	150	Automotivo
ICBC	SP	100	Bancário
ICBC	SP	100	Bancário
DFM	RS	93	Automotivo
Bomco	BA	70	Equipamento e maquinário
Shineray	PE	65	Automotivo
Lenovo	SP	30	Eletrônicos
Ciaohub	ES	14	Eletrônicos
China Telecom	SP	5	Telecomunicações

Fonte: CEBC. Elaboração própria.

De forma geral, o IED chinês, que passou a ser mais relevante no Brasil a partir de 2010, inicialmente caracterizou-se pela busca semelhante que ocorreu por parte do país no restante do mundo: a busca por matérias primas. Porém, para o CEBC (2013), as últimas tendências demonstram que:

O Brasil é percebido tanto como base de produção manufatureira para abastecimento dos mercados nacional e regional, quanto como potencial vetor de capacitação em bens de capital, veículos, equipamentos de telecomunicação e indústrias complexas fabricantes de produtos de alto valor agregado. Nesse cenário, a grande demanda brasileira por investimentos em infraestrutura tem sido aceita, como no caso de tecnologias para transmissão de energia. Ainda assim, o conjunto de obstáculos aos investimentos no Brasil afeta tanto investidores nacionais quanto estrangeiros, sobretudo no que diz respeito aos seguintes temas: incerteza regulatória, carga tributária, gargalos na infraestrutura, altos custos de serviços e leis trabalhistas frequentemente rígidas. (CEBC, 2012, p. 17).

5.2. MUDANÇAS NA PAUTA IMPORTADORA E EXPORTADORA BRASILEIRA

Ao evidenciar a importância da China como principal parceiro comercial brasileiro nos anos 2000, torna-se importante analisar as mudanças que ocorreram nas pautas importadoras e exportadoras brasileiras do país no decorrer de sua aproximação. A dinâmica comercial da China para com os países da América Latina, como visto no capítulo 3, baseia-se

primordialmente em interesses de fornecimento de *commodities* latino-americanos para os chineses, enquanto estes fornecem produtos de maior valor agregado e intensivos em tecnologia. No Brasil, como será visto detalhadamente, tais padrões repetem-se.

5.2.1. Pauta exportadora do Brasil para a China

A Tabela 23 apresenta os dados das exportações brasileiras para a China evolutivamente, nos períodos de 2001, 2005, 2010 e 2014, que conjuntamente fornecem um panorama geral das mudanças ocorridas no século XXI.

No ano de 2001, os setores mais relevantes para as exportações brasileiras eram: 1) Agricultura, caça, silvicultura e pesca (29,2%); 2) Produtos Minerais (28,6%); 3) Material de transporte (10,7%); 4) Máquinas e aparelhos, material elétrico (7,3% do total); 5) Celulose, papel e suas obras (7,3%). Conjuntamente, tais setores correspondiam a 83,1% do total exportado para o país. Já no ano de 2014, os setores mais relevantes para as exportações brasileiras foram: 1) Agricultura, caça, silvicultura e pesca (43,3%) e 2) Produtos Minerais (40,2%); os quais conjuntamente corresponderam a 83,3% das exportações totais do Brasil para a China.

No ano de 2001, as exportações brasileiras possuíam grande parcela de participação dos setores de “Agricultura, caça, silvicultura e pesca” e “Produtos Minerais”, os quais representavam 57,8% do total. Ainda assim, o restante distribuía-se entre outros setores, dos quais a maioria agregava algum nível de manufatura e tecnologia, como o setor de “Celulose, papel e suas obras”, “Material de Transporte”, “Máquinas e Aparelhos, Materiais Elétricos”, até mesmo “Couros, Indústria calçadista”.

Porém, ao longo da década, nota-se um aumento da participação dos produtos primários, em que o setor de “Produtos Minerais” chegou a representar quase 58% das exportações totais para a China no ano de 2010. Ainda que sua participação relativa tenha reduzindo-se para 40,2% em 2014, o que se seguiu foi uma expansão relativa significativa do setor de “Agricultura, caça, silvicultura e pesca”, que passou de 26,7% em 2010 para 43,3% do total das exportações em 2014. Concomitante ao aumento da participação destes dois setores, os outros três setores mais importantes para a economia em 2001 viram-se drasticamente reduzidos: enquanto representavam conjuntamente 25,3% em 2001, em 2014 participavam de apenas 5,8% das exportações. No que se refere aos demais setores, **todos** diminuíram sua participação nas exportações totais para a China entre 2001 e 2014 – com exceção de “Têxteis e suas Obras”,

que obteve um pequeno aumento relativo de 0,9%; e “Plásticos e Borracha” e “Pedras preciosas, metais preciosos, bijuterias”, que mantiveram-se com a mesma participação percentual.

Tabela 22 - Exportações do Brasil para a China, por setor (US\$ mil)

Seção HS	Setor	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
I, II, III	Agricultura, caça, silvicultura e pesca	555.796	29,2	1.990.232	29,1	8.210.124	26,7	17.598.258	43,3
IV	Alimentos, bebidas e tabaco	90.789	4,8	295.761	4,3	974.124	3,2	1.367.369	3,4
V	Produtos Minerais	544.754	28,6	2.510.662	36,7	17.809.340	57,9	16.337.911	40,2
VI	Produtos da indústria química	25.516	1,3	107.387	1,6	175.689	0,6	388.611	1,0
VII	Plásticos e Borracha	12.347	0,6	110.832	1,6	171.341	0,6	225.175	0,6
VII, XIII	Couros, Indústria calçadista	56.278	3,0	253.411	3,7	360.199	1,2	832.817	2,1
IX, X	Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras	46.226	2,4	148.012	2,2	74.800	0,2	83.340	0,2
	Celulose, papel e suas obras	138.804	7,3	288.754	4,2	1.212.967	3,9	1.801.387	4,4
XI	Têxteis e suas obras	1.461	0,1	110.507	1,6	154.884	0,5	375.355	0,9
XIV	Pedras preciosas, metais preciosos, bijuterias	2.178	0,1	6.744	0,1	25.560	0,1	54.400	0,1
XV	Metais comuns e suas obras	65.937	3,5	590.576	8,6	846.594	2,8	945.430	2,3
XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico	139.135	7,3	331.107	4,8	305.229	1,0	346.412	0,9
XVII	Material de transporte	204.095	10,7	71.039	1,0	400.452	1,3	201.861	0,5
XVIII	Equipamentos elétricos e óticos	6.270	0,3	11.856	0,2	19.790	0,1	35.347	0,1
XX	Mercadorias e produtos diversos	1.194	0,1	1.566	0,0	187	0,0	6.647	0,0
XIX, XXI	Outros	14.715	0,8	14.859	0,2	36.825	0,1	76.835	0,2
	Exportações Totais	1.902.122	100	6.834.997	100	30.752.356	100	40.616.108	100

Dados: CEBC. Elaboração da autora, baseado no trabalho de Soares (2013) e na classificação *Wold Input-Output Database* (WIOD).

Notas: “Seção” refere-se à seção da nomenclatura do Sistema Harmonizado (SH); os Setores foram elaborados pela autora de forma a facilitar a compreensão dos dados; os dados totalizam a somatória do total de cada Seção referido do sistema HS. % refere-se à porcentagem do valor daquele setor referente à exportação total do Brasil para a China.

A Tabela 24 analisa as exportações dos Capítulos específicos de acordo com a nomenclatura HS, de forma que representa em ordem decrescente os cinco Capítulos com maior representatividade para a pauta de exportações totais brasileiras. Observa-se que o Capítulo 12, referente “Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens”, é o mais exportado em 2001 e igualmente em 2014. Ao comparar os números com a Tabela 23, observa-se que as exportações do setor de “Agricultura, caça, silvicultura e pesca” são compostas quase que em sua totalidade pelo Capítulo 12, o qual exportou US\$ 537,676 milhões em 2001, ou seja, 96,7% do total do Setor daquele ano; e US\$ 16.615,721 bilhões em 2014, ou seja, 94,4% do Setor. Também chama a atenção o fato de que praticamente todo o montante exportado no Capítulo 12 refere-se ao produto “1201 - Soja, mesmo triturada”, que segundo dados da *UNComtrade* em 2001 representou US\$ 537,664

milhões das exportações, e em 2014 representou US\$ 16.615,160 bilhões, ou seja, 99,99% das exportações do Capítulo 12 em ambos os anos.

O Setor de “Produtos e Minerais” observado na Tabela 23, que possuiu representatividade de 40,2% do total exportado em 2014, é composto essencialmente pelos Capítulos 26 (Minérios, escórias e cinzas) e 27 (Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais), os quais representam respectivamente 77,7% e 21,2% do total do Setor. No que tange às exportações totais, o Capítulo 26 representou 31,2% das exportações em 2014 e o Capítulo 27 representou 8,5%. Observa-se que houve um aumento considerável da representatividade de ambos os Capítulos, que em 2001 compunham 25,8% e 2% das exportações totais, respectivamente.

Dentro do Capítulo 26, destaca-se a participação do produto “2601 - Minérios de ferro e seus concentrados”, que segundo dados da UNComtrade, em 2001 foi responsável por 98,2% (US\$ 482,633 milhões) e em 2014 por 96% (US\$ 12,303 bilhões) das exportações do Capítulo. No Capítulo 27, é relevante o produto “2701 - Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos”, que representou 99,9% (US\$ 39,847 milhões) das exportações do Capítulo em 2001, e 99,8% (US\$ 3,472 bilhões) em 2014.

Tabela 23 - Exportações do Brasil para a China, por Capítulo HS (US\$)

Capítulo HS	Descrição	2001	2005	2010	2014
TOTAL	Todos os produtos	1.902.122,00	6.834.997,00	30.752.356,00	40.616.108,00
'12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	537.676,00	1.717.113,00	7.133.713,00	16.615.721,00
'26	Minérios, escórias e cinzas	491.003,00	1.891.778,00	13.625.893,00	12.709.216,00
'27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	39.868,00	558.074,00	4.053.876,00	3.479.815,00
'47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar	127.268,00	270.051,00	1.126.181,00	1.710.693,00
'17	Açúcares e produtos de confeitaria	26.887,00	705	515.009,00	880.179,00

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

De forma geral, a pauta exportadora brasileira para a China em 2001 era composta principalmente pelos setores de “Agricultura, caça, silvicultura e pesca”, “Produtos Minerais”, “Material de transporte” e “Máquinas e aparelhos, material elétrico”. O que se observou no ano de 2014 foi a perda relativa do espaço destes dois últimos setores, e o aumento da relevância dos setores de “Agricultura, caça, silvicultura e pesca” e “Produtos Minerais”, em que os dois conjuntamente representam 83,3% das exportações totais brasileiras. Consequentemente, ocorreu a expansão das exportações de soja, minério de ferro e petróleo, que representam a

quase totalidade dos principais setores de exportações do Brasil. De acordo com Cintra (2013), “a China é a principal cliente da Empresa Vale/SA”, localizada no Brasil, e considerada a “maior produtora de minério de ferro do mundo”. Para Soares (2013), isso significa que:

Não apenas o Brasil vinha primarizando a sua pauta de exportação para a China, como mesmo no interior das categorias ocorreu ao longo da década uma redução de valor adicionado nos produtos básicos. Um exemplo deste cenário foi o aumento da importação por parte da China de grãos de soja, substituindo a demanda por óleo e resíduos do mesmo produto. Como apontado por Castilho (2007), tratou-se de uma estratégia local de incorporação das atividades de beneficiamento do insumo, que agregaram valor ao produto, em solo chinês. Esse reposicionamento também ocorreu dentro de outros setores produtivos, de acordo com Puga *et al* (2004). (SOARES, 2013, p. 63).

Os fatos apresentados levam a crer que a grande representatividade destes setores nas exportações brasileiras devem-se principalmente às crescentes necessidades chinesas para o abastecimento alimentício da população e ao suprimento das necessidades da indústria pesada que desenvolveu-se na China nos períodos recentes, como já explanado nos capítulos anteriores.

5.2.2. Pauta importadora do Brasil de produtos provenientes da China

A Tabela 25 apresenta os dados das importações brasileiras provenientes da China evolutivamente, nos períodos de 2001, 2005, 2010 e 2014, que conjuntamente fornecem um panorama geral das mudanças ocorridas no século XXI.

No ano de 2001, os principais setores importados pelo Brasil da China eram: 1) Máquinas e aparelhos, material elétrico (42,3%); 2) Produtos da indústria química (15,6%); 3) Produtos Minerais (9,8%); e 4) Têxteis e suas obras (6,9%). Conjuntamente, tais setores correspondiam a 74,6% do total importado da China pelo Brasil. Já no ano de 2014, os setores mais relevantes para as exportações brasileiras foram: 1) Máquinas e aparelhos, material elétrico (48,3%); 2) Produtos da indústria química (11%); 3) Têxteis e suas obras (10,2%); e 4) Metais Comuns e suas Obras (8,8%), os quais conjuntamente corresponderam a 78,3% das importações totais do Brasil provenientes da China.

Entre 2001 e 2014, o setor de “Máquinas e Aparelhos, Material Elétrico” aumentou sua participação relativa nas importações, e passou a compor quase metade do seu total (48,3%); igualmente, o setor de “Têxteis e suas Obras” também aumentou seu percentual relativo de 6,9% para 10,2%. Porém, os outros setores relevantes em 2001 diminuíram sua representatividade relativa em 2014; o que mais chama a atenção dentre eles é o setor de “Produtos Minerais”, que de 9,8% em 2001, passou a representar 0,6% em 2014. Tomou o seu lugar, então, a categoria de “Metais Comuns e suas Obras”, que de 4,5% em 2001 passou a representar 8,8% em 2014.

Pode-se notar que, diferentemente das exportações, as importações brasileiras provenientes da China são mais distribuídas (ainda que o setor de “Máquinas e Aparelhos, Material Elétrico” tenha se tornado mais concentrado). Em 2014, setores como “Material de Transporte”, “Metais Comuns e suas Obras”, “Plásticos e Borracha” e “Agricultura, Caça, Silvicultura e Pesca” aumentaram sua participação percentual nas importações.

É interessante observar que em 2014 os setores mais básicos são os que possuíram menor representatividade nas importações do Brasil, como “Alimentos, bebidas e Tabaco”, “Produtos Minerais”, “Madeira, Carvão Vegetal”, “Celulose, Papel e suas Obras”; enquanto que aqueles que possuem maior grau de tecnologia empregado são os que tenderam a ser mais importados pela economia brasileira em 2014.

Tabela 24 - Importações do Brasil provenientes da China, por setor (US\$ milhões)

Seção	Descrição	2001	%	2005	%	2010	%	2014	%
I, II, III	Agricultura, caça, silvicultura e pesca	15.883	1,2	50.565	0,9	375.043	1,5	504.778	1,4
IV	Alimentos, bebidas e tabaco	4.438	0,3	15.641	0,3	95.239	0,4	126.773	0,3
V	Produtos Minerais	129.825	9,8	203.311	3,8	253.022	1,0	227.034	0,6
VI	Produtos da indústria química	207.744	15,6	583.710	10,9	2.027.663	7,9	4.106.891	11,0
VII	Plásticos e Borracha	22.530	1,7	139.344	2,6	874.892	3,4	1.634.220	4,4
VII, XIII	Couros, Indústria calçadista	51.066	3,8	162.971	3,0	509.134	2,0	674.647	1,8
IX	Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras	2.209	0,2	4.455	0,1	28.547	0,1	47.387	0,1
X	Celulose, papel e suas obras	4.710	0,4	8.108	0,2	147.964	0,6	311.626	0,8
XI	Têxteis e suas obras	91.217	6,9	359.545	6,7	2.146.377	8,4	3.812.157	10,2
XV	Metais comuns e suas obras	59.292	4,5	222.229	4,2	2.484.828	9,7	3.298.873	8,8
XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico	561.714	42,3	2.898.945	54,1	13.592.208	53,2	18.048.117	48,3
XVII	Material de transporte	15.613	1,2	93.759	1,8	681.098	2,7	1.647.286	4,4
XVIII	Equipamentos elétricos e óticos	80.704	6,1	399.743	7,5	1.064.117	4,2	937.160	2,5
XX	Mercadorias e produtos diversos	67.819	5,1	148.007	2,8	777.816	3,0	1.245.809	3,3
XIX, XXI	Outros	13.625	1,0	64.185	1,2	477.741	1,9	717.848	1,9
	Total de todos os produtos	1.328.389	100	5.354.519	100	25.535.684	100	37.340.607	100

Fonte: UnComtrade. Elaboração própria.

A Tabela 26 analisa as exportações dos Capítulos específicos de acordo com a nomenclatura HS, de forma que representa em ordem decrescente os cinco Capítulos com maior representatividade para a pauta de exportações totais brasileiras. Os Capítulos 85 e 84, referentes a “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios” e “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes” foram mais exportados em 2001 e também em 2014; ambos compõem o Setor de “Máquinas e Aparelhos, Material Elétrico” apresentados na Tabela 25.

O Capítulo 85 representou 28,6% e 29,1% das importações totais brasileiras no ano de 2001 e 2014, respectivamente. Aqui, os produtos de código HS “8517 - Aparelhos eléctricos para telefonia ou telegrafia” representaram 27% das importações do Capítulo (valor de US\$ 3.029,016), mas o Capítulo também engloba motores e geradores eléctricos, pilhas, baterias, televisores, reprodutores de sons, dentre outros. Já o Capítulo 84 obteve aumento relativo mais expressivo no período: de 13,6% em 2001, sua participação foi para 19,1% em 2014. Aqui, o principal produto comercializado foi o de código HS “8473 – Partes de computadores e máquinas de escritório”, que compõe 18,4% das importações totais do produto (valor de US\$ 1.316,62). Já o Capítulo 29, referente a “Produtos Químicos e Orgânicos”, que representava 10% das importações totais do Brasil em 2001, diminuíram sua participação relativa para 5,9% em 2014, enquanto o Capítulo de “Ferro fundido, ferro e aço” aumentou sua parcela de 0,36% para 3,7% durante o período.

Tabela 25 - Importações do Brasil provenientes da China, por Capítulo HS (US\$ milhões)

Capítulo HS	Descrição	2001	2005	2010	2014
TOTAL	Todos os produtos	1.328.389,00	5.354.519,00	25.535.684,00	37.340.607,00
'85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios	380.110,00	2.138.105,00	7.978.999,00	10.897.250,00
'84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	181.604,00	760.840,00	5.613.209,00	7.150.867,00
'29	Produtos químicos orgânicos	144.414,00	396.016,00	1.282.072,00	2.229.999,00
'72	Ferro fundido, ferro e aço	4.822,00	48.720,00	1.203.004,00	1.388.238,00
'39	Plástico e suas obras	14.703,00	73.426,00	513.410,00	1.069.801,00

Fonte: UNComtrade. Elaboração própria.

Assim, a partir das modificações observadas entre 2001 e 2014, nota-se, conforme explana Soares (2013), que:

Não apenas que as importações provenientes da China se tornaram mais diversificadas, como também a desagregação por produto indica, mais uma vez, a transformação produtiva que houve no país, com crescimento da presença de mercadorias com maior conteúdo tecnológico e valor agregado. (SOARES, 2013, p. 65).

5.3. DEBATE BRASIL-CHINA: COMPLEMENTARIEDADE OU DEPENDÊNCIA?

A expansão chinesa de comércio e investimentos para o mundo, especialmente para os países em desenvolvimento, tem causado importantes mudanças no meio internacional. A China enfatiza sua aproximação, diplomática e economicamente, como moldada por benefícios

mútuos para ambas as partes de suas parcerias, de forma que seriam um resultado natural do relacionamento “Sul-Sul” e de seu desenvolvimento ainda emergente. Porém, as relações com os países em desenvolvimento de que se aproxima, como AL, África e Austrália, despertam indagações acerca de suas intenções e, principalmente, acerca das consequências de um relacionamento tão próximo com a China. Como visto no decorrer deste estudo, especialmente na América Latina e Brasil, suas relações baseiam-se no fornecimento de *commodities* por parte dos latino-americanos *versus* fornecimento de produtos manufaturados e altamente tecnológicos para a região por parte do país asiático. São notáveis as grandes mudanças nas pautas importadoras, exportadoras e no sistema produtivo da AL em geral, e do Brasil especificamente, que ocorreram em um curto período de tempo – notavelmente desde o início do século XXI. Neste contexto, as consequências da nova dinâmica que se delineia passam a não ser mais negligenciáveis.

Como exposto no capítulo 2, a China passou por grandes transformações na segunda metade do século XX que tiveram grande peso em sua ascensão mundial. A inserção internacional do país baseou-se no estímulo das exportações e desvalorização do iene, enquanto que o capital produtivo do país foi estimulado pela facilidade ao crédito e proteção da concorrência interna. Suas empresas aumentaram a competitividade, e os investimentos em P&D atribuíram maior capital tecnológico aos produtos exportados. Sua entrada na OMC em 2001 também lhe deu os benefícios de uma economia de mercado e proteção das regras internacionais. Além disso, o país passou a contar com uma crescente indústria de base, uma população crescentemente urbana e demandas cada vez maiores por energia, recursos naturais e alimentos.

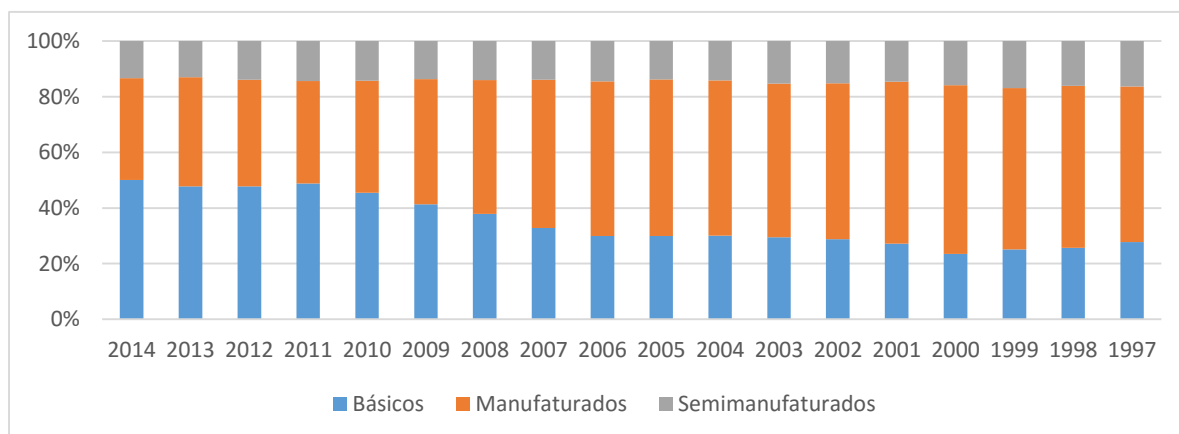
As relações da China com os países em desenvolvimento (Austrália, países da África e AL, dentre outros) passaram a intensificar-se mais ou menos no mesmo período em que as principais mudanças produtivas no país ocorreram, no ano de 2001. A partir disso, a China estabeleceu com países da AL uma relação mais próxima e voltada para suas necessidades vitais: minérios, energia e *commodities* agrícolas. Em troca, esses países importam manufaturas, as quais tornaram-se crescentemente tecnológicas. No decorrer do período de 2000 a 2014, os países latino-americanos viram a China tornar-se um de seus principais parceiros comerciais, tanto como destino de exportações, quanto de fonte de importações. Além disso, a AL viu sua pauta exportadora modificar-se de forma que concentrou-se e primarizou-se, tornando a soja, minérios e petróleo os principais produtos comercializados com a China.

O que aconteceu na AL como um todo, é semelhantemente reproduzido no Brasil. China e Brasil aproximaram-se a partir de 2000, e em 2009 a China tornou-se o principal destino das

exportações brasileiras e o principal exportador para o Brasil em 2012. Em 2014, 17,9% das importações e 18% das exportações brasileiras foram resultado da corrente de comércio com a China. Durante o período de 2000 a 2014, as pautas comerciais brasileiras modificaram-se grandemente, no sentido da concentração das exportações em produtos básicos, como petróleo, minérios e soja, enquanto as importações concentraram-se ainda mais em produtos eletrônicos e químicos provenientes da China, com maior valor tecnológico agregado.

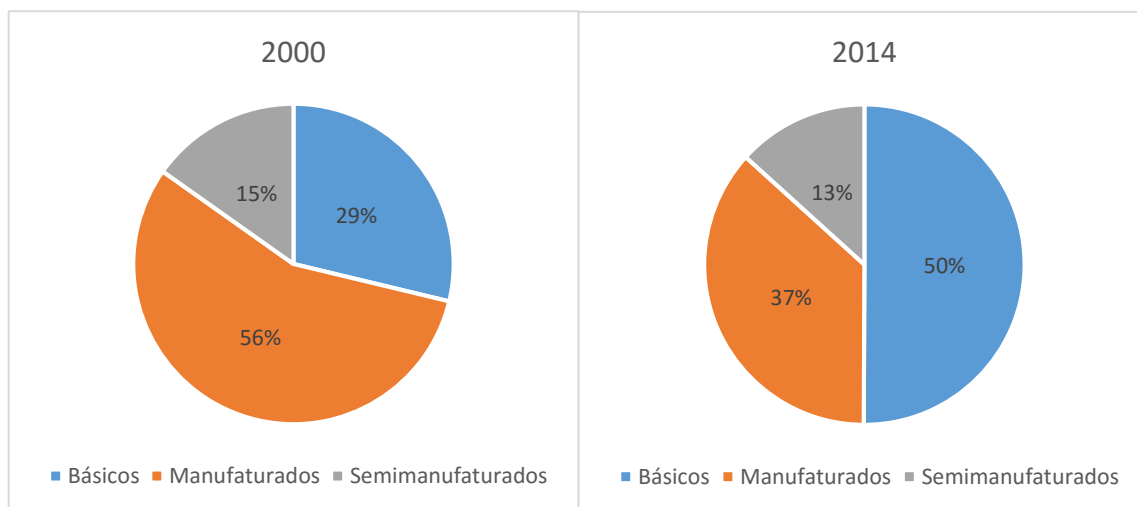
Os reflexos do comércio com a China refletem-se não apenas no comércio bilateral, mas também na pauta exportadora do Brasil para o Mundo. Os Gráficos 27 e 28 apontam as mudanças de composição da pauta exportadora brasileira em produtos Básicos, Manufaturados e Semimanufaturados para o Mundo, e torna clara a primarização da economia brasileira. Nota-se que no ano de 2000 as exportações brasileiras eram compostas 56% por produtos manufaturados, 29% por produtos manufaturados e 15% por produtos semimanufaturados. O que acontece no decorrer de 14 anos é o aumento drástico da exportação de produtos básicos, que passam a compor 50% das exportações totais em 2014, enquanto produtos manufaturados perderam representatividade e compõem 37% das exportações, ao passo que houve diminuição de 2% da composição de produtos semimanufaturados.

Tabela 26 - Evolução das exportações brasileiras para o Mundo por fator agregado, 1995-2014 (%)



Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Tabela 27 - Exportações brasileiras para o Mundo por fator agregado, 2000 e 2014 (%)



Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Desde 2010, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sugere as tendências de mudança na natureza das trocas bilaterais entre China e Brasil, na qual o Brasil passa a importar produtos mais intensivos em tecnologia e conhecimento do país; além da perda de competitividade dos produtos brasileiros em terceiros mercados (PUGA; NASCIMENTO, 2010). A China também concebe a AL como um mercado potencial de seus produtos, como os de bens intermediários e de consumo não duráveis, e que competem com diversos produtos da região na mesma categoria. Desta forma, os países perdem mercados relevantes, como o norte-americano, principalmente pela alta competitividade da indústria Chinesa. O Brasil e o México particularmente, sofrem grandemente com os processos de fusão e aquisição, que promovem a desnacionalização do parque industrial da região, e por vezes intensifica o fornecimento de *commodities* (CERI-OFTA, 2011).

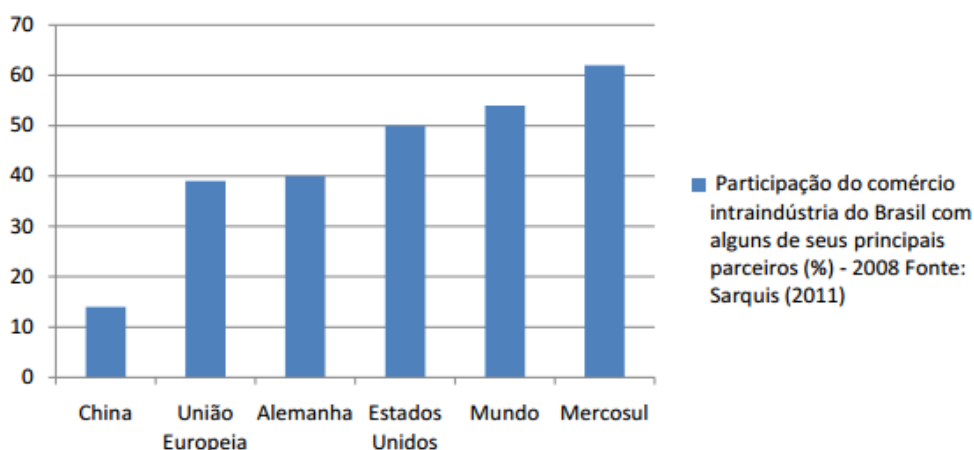
Por mais que traga benefícios a curto prazo, como lucros para os produtores de bens básicos e atração de investimentos para o setor, as exportações baseadas nos *commodities* estimulam a produção e exportação de produtos básicos a longo prazo, enquanto desestimula a produção e exportação manufatureira e aumenta a vulnerabilidade do país quanto a choques externos (SANTOS, 2012). De acordo com a visão de Sarquis (2011),

O comércio de *commodities* tende a maior volatilidade. Pode rapidamente perder a persistência de sua expansão, uma vez sejam retraídos os ciclos de crescimento rápido no continente asiático. Nesse sentido, o comércio com a Ásia revela potencialmente menor dinamismo e externalidades para o crescimento do País. Seu aporte para os setores em que naturalmente nos especializamos não pode ser obtido às custas de uma relação com a região que possa contribuir à desindustrialização do País, sobretudo em setores de maior agregação de valor. (SARQUIS, 2011, p.188).

Segundo Sarquis (2011), a relação comercial entre Brasil e China também caracteriza-se por ser mais assimétrica do que o padrão de comércio entre Brasil e EUA, ou mesmo Brasil e UE. Desta forma, reproduz um novo padrão de relações Norte-Sul, que concentra-se na demanda por recursos naturais em troca de produtos manufaturados, além de um comércio intraindústria em níveis baixos: fatos que, combinados, “*tendem a oferecer ganhos de crescimento demasiadamente estáticos para o Brasil*” (ibid. p. 184). Esta situação pode ser compreendida através de Vadell (2013, apud Santos 2011, p. 25), que na Gráfico 25 demonstra que a participação do comércio intraindústria com a China foi de apenas 14% em 2008, enquanto que tal porcentagem foi de 39% com a União Europeia e 50% com os EUA. Isto evidencia um crescente padrão “Norte-Sul”, mais profundo do que aquele das relações com os países desenvolvidos.

Forma-se um quadro em que o Brasil se consolida como exportador de *commodities* minerais e agrícolas, intensivos em recursos naturais, e a China torna-se grande exportadora de manufaturados, intensivos em capital e trabalho. Mesmo que seu desenvolvimento seja relativamente inferior ao do Brasil, a China passa a representar o “Norte” na relação, contando com grande “*mercado consumidor e fornecedor, maiores taxas de inovação tecnológica e de investimentos em capital, físico e humano*” (SARQUIS, 2011, p. 185).

Gráfico 23 - Participação do comércio intraindústria do Brasil com alguns de seus principais parceiros (%)



Fonte: Santos (2012).

Mesmo que a primarização da economia brasileira ofereça benefícios a curto prazo, como baixos preços de produtos importados, altos lucros com as exportações e facilidade de

investimentos, a médio e longo prazo traz ricos que podem minar o crescimento sustentável do país. Para Santos (2012),

Diferentemente de muitos outros países emergentes produtores de *commodities*, o Brasil já tem uma indústria consolidada, inclusive com *market-share* internacional não desprezível em alguns setores e, assim, tem muito a perder com a estagnação de sua indústria. Além do mais, o setor de *commodities* é um setor que emprega muito pouco, e, por isso, não solucionará os problemas de pobreza e distribuição funcional e pessoal de renda. (SANTOS, 2012, p.28)

Outro ponto muito discutido acerca da dependência latino-americana e brasileira em relação à China é a instabilidade comercial que a relação oferece a longo prazo. Indaga-se até que momento a China poderá manter seu crescimento acelerado, ou *se* irá querer fazê-lo, e quais seus impactos para os países que destinam grandes montantes de sua exportação aos asiáticos. Considerando-se a hipótese de que a economia chinesa desacelere seu crescimento, a tendência à diminuição da demanda por *commodities* torna-se praticamente inevitável. Motivos que podem levar à tal desaceleração são a intensificação do desenvolvimento econômico, financeiro e tecnológico; ou os efeitos a longo prazo da crise internacional de 2008. Como visto anteriormente, o Brasil obteve déficit com a China nos anos de 2007 e 2008, momento em que a crise internacional abatia o mundo, e em que a China teve uma demanda inferior às importações do Brasil provenientes do país. A retração da demanda de *commodities* também alteraria os preços internacionais para uma diminuição. Correm-se riscos comerciais, econômicos e financeiros (SARQUIS, 2011).

Na verdade, tal realidade não encontra-se muito distante. No ano de 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já havia anunciado que a China passaria a privilegiar o consumo interno como forma de crescimento, e que seu crescimento esperado do PIB para o ano seria (e foi) de 6,9%. Desta forma, já se anunciava uma menor demanda por matérias primas no mundo todo, além de alterações nos preços internacionais (EXAME, 2015). O PCC, sob o governo de XiJinping, também aprovou o 13º Plano Quinquenal chinês, o plano econômico para o país no período de 2016 a 2020. A nova estratégia do país buscará manter o crescimento econômico por volta de 6,5% a.a. (diferente dos 7% a.a. propostos no Plano anterior) e transformar a estrutura industrial através da qualidade, eficiência e inovação (JIANFENG, 2015).

As relações entre China e Brasil desenvolveram-se de forma que tornaram-se bem definidas, como expõe Arbache (2011):

Importam-se cada vez mais produtos manufaturados, incluindo-se bens de elevada tecnologia, e exportam-se cada vez mais produtos básicos e semimanufaturados intensivos em recursos naturais. [...] Já as importações brasileiras da China experimentaram caminho inverso e vem se concentrando cada vez mais em máquinas, material elétrico, eletrônico, mecânico, instrumentos, veículos, produtos químicos, metais e suas obras e outros produtos de alto valor agregado, os quais já representam mais de 85% do total das exportações chinesas. (ARBACHE, 2011, p.238)

Aparentemente, desenvolveram-se relações de interdependência assimétrica entre a maioria dos países latino-americanos e a China, em que o último necessita do fornecimento dos recursos naturais, e os primeiros dependem da demanda chinesa para que possam desenvolver-se. Desta forma, os países tornam-se fornecedores de produtos que sustentam as necessidades de segurança energética, produtiva e alimentar da China (CERI-OFTA, 2011).

Porém, os setores privados e governamentais, também por observar as ações da China em outros países latino americanos e na África, começam a perceber que o Brasil encaixa-se mais como uma fonte de recursos naturais do que como um parceiro político estratégico. Os riscos dessa relação tornam-se mais claros, principalmente aqueles relacionados à guerra cambial, déficits comerciais, competições em terceiros mercados, especialização econômica, dentre outros (PEREIRA, NEVES, 2011).

A redução destes riscos irá depender da suavização do padrão dependente da AL e Brasil no comércio com a China e estímulo do comércio industrial, buscando reduzir o padrão econômico “Norte-Sul” que favorece os chineses (SARQUIS, 2011). Este modelo *“pouco possibilita a construção de um modelo de inserção internacional coerente para as economias em desenvolvimento”*, até porque a AL não parece ter desenvolvido uma política externa em relação à China, o que aumenta as chances de um resgate do *“modelo agrário-exportador”* que historicamente conduziu a formação econômica destes países (CERI-OFTA, 2011, p. 134).

O relacionamento entre Brasil e China tornou-se progressivamente mais próximo nos últimos quinze anos, e fez dos chineses o principal parceiro comercial brasileiro. Porém, durante o período, modificações em sua pauta importadora e exportadora induziram o país a seguir os padrões observados na América Latina: enquanto o Brasil exporta grandes quantidades de bens primários, importa bens manufaturados da China. Observa-se uma especialização regressiva brasileira, que diminuiu a parcela das exportações de bens manufaturados e aumentou a de produtos básicos, não somente para a China, mas para o mundo. A relação Brasil-China passa a tomar viés cada vez mais centro-periferia, no qual o Brasil torna-se prejudicado a longo prazo no que tange ao desenvolvimento da sua economia. Além disso, o país torna-se vulnerável às instabilidades e incertezas referentes à déficits comerciais, competitividade, especialização econômica, dentre outros. Assim, desenha-se um padrão de relacionamento crescentemente baseado na dependência da produção de bens básicos e na demanda continuada chinesa, que toma para si características de “Centro” e que induz a trocas assimétricas ainda mais profundas do que aquelas conduzidas anteriormente pelos EUA e UE.

CONCLUSÃO

Deng Xiaoping, ao introduzir as Reformas de Abertura para o Exterior em 1978, e reforça-las através do “Grande Compromisso” em 1992, determinou a trajetória do país e induziu a nação para um admirável e único desenvolvimento econômico. O incentivo às exportações, a abertura de ZEEs, a busca por inovação e transferência tecnológica lançaram as bases das modificações pelas quais o país passou e que possibilitaram-no a tornar-se a 2ª maior economia mundial em 2014. Principalmente a partir de 2000, a indústria de base passou a ser fundamental para as altas taxas de crescimento chinês, mas trouxe consigo necessidades crescentes em recursos naturais, cuja demanda ultrapassou a capacidade produtiva do país.

No mesmo período em que a China passou por tais modificações estruturais, os chineses também aproximaram-se de diversos países em desenvolvimento, sob o discurso da “Cooperação Sul-Sul”. A América Latina tornou-se atraente para alguns interesses chineses: exportação de *commodities*, ampliação do mercado consumidor, destino de IED e parceiro político em questões internacionais. A AL fez da China seu principal parceiro econômico em poucos anos, tanto como fonte de importações, como destino de exportações. Porém, no decorrer do período de 2000 e 2014, ficou claro que a China vê a AL como fornecedora dos recursos naturais que necessita para o seu acelerado desenvolvimento.

A partir da breve análise das relações bilaterais da China com a Argentina, o Chile, o Peru, assim como a visão geral da AL, foi possível identificar uma crescente especialização nas suas pautas exportadoras, que passa a concentrar-se em média em três produtos que correspondem a praticamente 80% de suas exportações totais. Tais produtos são básicos, *commodities* com pouco ou nenhum valor agregado, e que correspondem às maiores necessidades chinesas - ou seja, grãos de soja, petróleo cru, minério de ferro e cobre. O IED chinês na região também chama a atenção, já que as maiores transações realizadas foram referentes ao setores de recursos naturais, principalmente energia, mineração e petróleo, e indicam uma tentativa chinesa de controlar diretamente os insumos básicos que anseia. Paralelamente, a pauta importadora de produtos provenientes da China baseia-se grandemente em artigos de alto valor tecnológico, principalmente telefones, televisores e computadores, além de outras manufaturas, como têxteis, brinquedos, dentre outros. Delineia-se, assim, um relacionamento comercial assimétrico, possivelmente em favor da China.

A mesma tendência foi observada nas relações chinesas com o Brasil. A China tornou-se o principal destino de suas exportações, que concentraram-se em grãos de soja, petróleo e minério de ferro. Durante o período analisado, o aumento da participação dos produtos básicos

na pauta exportadora do país refletiu-se não apenas na relação bilateral com os chineses, mas também na sua pauta exportadora para o mundo, cuja tendência acentuou-se justamente no período em que China e Brasil tornaram-se mais próximos. Ao mesmo tempo em que especializou-se em insumos básicos, a importação de produtos manufaturados chineses aumentou, seguindo a tendência latino-americana.

A partir disso, torna-se clara a crescente assimetria nas relações entre China e América Latina. Contrastando com os discursos diplomáticos de “cooperação” e “ganha-ganha”, os dados demonstraram que a AL em geral, e o Brasil especificamente, vêm especializando-se na exportação de produtos primários que atendem às necessidades energéticas e alimentares chinesas. A especialização regressiva a que se direciona a região traz grandes riscos, tanto no que tange à volatilidade do preço dos *commodities*, quanto ao desestímulo da indústria manufatureira a médio e longo prazo. Além disso, os termos entre insumos básicos e manufaturas tendem a modificar-se a longo prazo, e quase sempre em favor das manufaturas.

Delineia-se um padrão de relacionamento em que a AL e o Brasil consolidam-se como exportadores de *commodities* minerais e agrícolas, enquanto a China volta-se para exportação de manufaturados intensivos em capital e trabalho. Os vínculos tomam viés similares àqueles entre Centro-Periferia, em que fica clara a posição chinesa como o “Norte” dessa associação – e de forma mais aprofundada do que os laços econômicos entre AL e EUA ou U.E., por exemplo, que demandam mais produtos com algum valor agregado do que o país asiático.

Os padrões de dependência voltam a aparecer em moldes diferentes, mas iguais. A dependência em produtos básicos para desenvolver-se, assim como a dependência em um grande “centro”, minam as possibilidades de desenvolvimento latino-americano, além de suscitar grandes dúvidas quanto à sustentabilidade dessa dinâmica. Deixar-se levar pelos benefícios de curto prazo, podem levar ao resgate do modelo agrário-exportador que fez parte da história da região por muito tempo. Possivelmente, tornar os latino-americanos sua “periferia”, não é o objetivo chinês, mas a inércia da AL frente às mudanças recentes os levam a esse destino. É fundamental que a região, como um todo, suavize o padrão dependente a que se encaminham, principalmente através do estímulo do comércio intraindustrial. É necessário o desenvolvimento de políticas externas que definam objetivos acerca das relações com a China e de políticas internas que dinamizem a economia, principalmente para o Brasil, que almeja a posição de nação desenvolvida há décadas, mas que ainda não elaborou sua estratégia em relação à China.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L., PINTO, E. C., & CINTRA, M. A. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão Da China No Sistema Mundial E Os Desafios Para O Brasil.** Grupo de Trabalho Sobre a China, IPEA.

ARBACHE, Jorge. **O canto da Sereia.** Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536p.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do Desenvolvimento.** Petrópolis. Editora Vozes, 1997.

AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert. **A emergência da China e suas Relações com a América Latina e África.** Centro de Estudos de Relações Internacionais. Campinas: [s.n.] 2011. 293 f.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011. p. 269-305. Disponível em: <https://issuu.com/observatorio_social/docs/chinaxal_por> Acesso em: 17 fev. 2016.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004).** Brasília, FUNAG, 2008. 330p.

BRAUDEL, Fernand. **O tempo do mundo.** São Paulo, Martins Fontes, 1998.

British Petroleum. Disponível em: <<http://www.bp.com/>>

BUCKLEY, P. *et al.* (2007). **The determinants of Chinese outward foreign direct investment.** Journal of International Business Studies. p. 499–518. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23961598_The_Determinants_of_Chinese_Outward_Foreign_Direct_Investment> Acesso em: 05 mai. 2016

BROWN, Lester R. **China's Rising Soybean Consumption Reshaping Western Agriculture**. Earth Policy Institute. 8 Jan. 2013. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/data_highlights/2013/highlights34> Acesso em: 07 abr. 2016

CANUTO, Otaviano. **A crise asiática e seus desdobramentos**. Econômica, nº4, pp. 25-60, dezembro 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2016

CARNEIRO, Flávio Lyrio. **Complementariedade Comercial entre o Brasil e a China**. Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI., n. 16. Jan./Abr. 2014

COSTA, Lucas Bock da. **Ascensão da China: Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico Chinês**. 2014. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CHEN, James; ZHOU, Zoe (Org). **China: Diversidade & Oportunidades**. Agência Brasileira de Exportações e Investimentos, ApexBrasil. Euromonitor International, set. 2009.
China-Brazil Update. Conselho Empresarial Brasil-China. Ed. 8, set. 2013.

China deve crescer estimulada pelo consumo interno, diz FMI. Revista EXAME. Seç. Economia. 07 out. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-deve-crescer-estimulada-pelo-consumo-interno-diz-fmi>> Acesso em: 29 mai. 2016.

COSTA, Lucas Bock da. **ASCENSÃO DA CHINA: Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico Chinês**. 2014. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CUNHA, André Moreira. **A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 9-29, nov. 2011

DONABAUER, J.; LÓPEZ, A.; RAMOS, D. **FDI and trade: is China relevant for the future o four environment? The case of Argentina**. Global Economic Governance Initiative.

Discussion Paper. Janeiro 2015. Disponível em: <<http://www.bu.edu/pardeeschool/files/2014/12/Argentina1.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2016

Earth Policy Institute. Disponível em: <<http://www.earth-policy.org/>>

FERCHEN, Matt. **As relações entre China e América Latina: Impactos de curta ou longa duração?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011

GACHÚZ, Juan Carlos. **Chile's Economic and Political Relationship with China.** Journal of Current Chinese Affairs, v. 41, n. 1, 133-154, 2012. Disponível em: <https://www.ciaonet.org/attachments/20661/uploads>> Acesso em: 28 abr. 2016

GONÇALVES, F. T. **Relações entre Centro e Periferia nas Teorias Cepalina e da Dependência.** Julho, 2016. Disponível em: <<https://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/relacoes-entre-centro-e-periferia-nas-teorias-cepalina-e-da-dependencia/>> Acesso em: 05 jan. 2016

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992 - 16ª Edição: maio de 2007 – Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8bcTGHbGP_MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_slider_thumb&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 28 fev. 2016.

International Energy Agency. Disponível em: <<http://www.iea.org/>>

JARAMILLO, Patricio; LEHMANN, Sergio; MORENO, David. **China, Precios de Commodities y Desempeño de América Latina: Algunos Hechos Estilizados.** Cuadernos de Economía, Vol. 46 (maio), pp. 67-105, 2009.

LEIS, Hector. **O que significa um Think Tanks no Brasil hoje.** Instituto Millenium. 30 agosto 2009. Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/> Último acesso em: 20 jun. 2016

LUI, André Ka Lo. **A trajetória desenvolvimentista chinesa e os aspectos do comércio entre Brasil e China**. 2010. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas Sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEDEIROS. **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf> Acesso em: 17 abr. 2016

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>

NAKATANI, Paulo. **A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo**. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/NEheEP/Artigo_Faleiros.pdf> Acesso em: 08 mar. 2016

NONNENBERG, Marcelo José B. **China: Estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, vol 30, nº 2 (118), p. 201-218, abril-junho/2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/02.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016

Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/>>

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 01, p.7-30, 2004

Organization for Economic Co-operation and Development. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>

PALMA, J. G. 1978. **Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Study of Concrete Situations of Underdevelopment?** *World Development*, Edinburgh, v. 6, n. 7-8, p. 881-924. Disponível: <http://estudiosdeldesarrollo.net/documentos/cypher/gabriel_palma_world_development_dependency_1978.pdf> Acesso em: 05 jan. 2016

PEREIRA, Carlos; NEVES, João A. C. **Brazil and China: South-south partnership or north-north competition?** CEBRI Artigos. V. 2. Ano VI. 2011.

PEREIRA, Lia Valls. **O Efeito China nas Exportações Brasileiras em Terceiros Mercados: Uma Análise do *Constant Market Share***. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília : Rio de Janeiro: 2014

PETERS, Enrique Dussel. **China's Evolving Role in Latin America: Can It Be a Win-Win?** Atlantic Council. Whashington, Set. 2015. Disponível em: <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam//AC_CHINA090915DP.pdf> Acesso em: 18 abr. 2016

PINTO, Eduardo Costa. **O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras**. A China na Nova ConGráficoção Global: impactos políticos e econômicos. P. 19-77. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_achinaglobal.pdf> Acesso em: 15 mai. 2016

PUGA, Fernando; NASCIMENTO, Marcelo. **O efeito China sobre as importações brasileiras**. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES, No. 89, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_89.pdf> Acesso em: 02 mar. 2016

PUGA, Fernando; NASCIMENTO, Marcelo. **Visão do Desenvolvimento: o efeito China sobre as importações brasileiras** (the China effect on Brazilian imports), n. 89, 2010. BNDES – Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_89.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016

RAIMUNDO, Lício da C.; AZEVEDO, César A. L. de (Org). **A emergência da China e suas relações com América Latina e África**. Caderno Temático. Campinas: [s.n.], 2011. 293f.

SANBORN, Cynthia; CHANN, Victoria. **Chinese Investment in Peru's Mining Industry: Blessing or Curse?** Global Economic Governance Initiative. Discussion Paper. Agosto 2015. 57f. Disponível em: <<http://www.bu.edu/pardeeschool/files/2014/12/Peru2.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2016

SARQUIS, José Buiainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2016.

SILVA, E. R.; SOARES, A. **Investimentos Chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil-China**. Conselho Empresarial Brasil-China – CEBC. Maio 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. São Paulo, Nobel, 1993.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck. **O impacto das importações chinesas na indústria brasileira**. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SWAINE, Michael D.; TELLIS, Ashley J. **Interpretating China's Grand Strategy: past, present and future**. Washington, DC: Rand, 2000. Original ingles. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1121.html> Acesso em: 02 mai. 2016

THORSTENSEN, V. China e EUA – de guerras cambiais a guerra comerciais. **Política externa**, vol. 19, nº13, pp. 11-34, dez/jan/fev, 2010-2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15780/China%20e%20EUA%20-%20de%20guerras%20cambiais%20a%20guerras%20comerciais.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 abr. 2016

Trading Economics. Disponível em: < <http://pt.tradingeconomics.com/>>

Unctad. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>

United Nations Comtrade Database (UNComtrade). Disponível em:
<<http://comtrade.un.org/>>

World Bank. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>

World Development Indicator. Disponível em: <
<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>>

YONGDING, Y. 2009. China's Policy Responses to the Global Financial Crisis. Melbourne: Australia Government Productivity Commission. Disponível em:
<<http://www.eastasiaforum.org/wp-content/uploads/2010/01/2009-SnapeLecture.pdf>>
Acesso em: 04 abr. 2016

YUCING, Giovana Gia. China: o impacto das reformas econômicas chinesas dentro e fora do país. 2013. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/09/07/china-o-impacto-das-reformas-economicas-chinesas-dentro-e-fora-do-pais/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.